1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Filipa Reis de Carvalho

Maria José Marques da Silva

Uma Arquiteta Pioneira em Portugal

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, orientada pelo Professor Doutor Nuno Pedroso Correia e coorientada pela Professora Doutoura Patrícia Santos Pedrosa e apresentada Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Junho de 2020

MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA

Uma Arquiteta Pioneira em Portugal

AGRADEÇO,

Ao Professor Nuno Correia,
pelo trabalho incansável no acompanhamento desta dissertação
À Professora Patrícia Santos Pedrosa,
pela motivação e por acreditar neste trabalho desde o início

À Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva,
em especial à Dr.ª Conceição Pratas,
E à Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos,
em especial à Dr.ª Lígia Sampaio e à Dr.ª Lídia Meireles,
pela amabilidade e pelo material cedido para a realização desta dissertação

Ao D'ARQ,
e a todos os que partilharam uma tarde de sol comigo no claustro
Às Gomas e ao Estado da Arte,
por serem sempre o meu refúgio quando preciso de uma pausa

À minha família, pelo carinho e por serem o meu apoio constante
E em especial à Bia, por saber que eu era capaz
[E por todas as vírgulas que apagou deste trabalho]
Não tinha conseguido sem ti. Obrigada.

ABSTRACT

Maria José Marques da Silva (1914-1994) was the first woman to obtain a diploma in Architecture from the School of Fine Arts of Porto, in 1943, and the second to do so in her country. Daughter of the architect José Marques da Silva (1986-1947), Maria José, would start her career in her father's studio, where she would meet the architect and urbanist David Moreira da Silva (1909-2002), whom she would then marry. They would work and co-own the studio for more than fifty years.

In the later years of her life, Maria José Marques da Silva, became President of the Northern Branch of the Association of Portuguese Architects, between the years of 1984 and 1986. In this role, she would contribute to the organization of the 4th APA Congress, held in Porto in 1986; as well as the exhibition *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*, held at Casa do Infante from 1 to 6 of April, integrated on the celebrations of the aforementioned Congress. This exhibition was an important tribute to her father, Marques da Silva, a fundamental influence for the Architect. It was also the moment when the idea for a foundation dedicated to the preservation and dissemination of his work would be announced. At the time, a unique institution in Portugal, that would later become the Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

In spite of this fundamental contribution to the History of Architecture, and her pioneering role in the School of Fine Arts in Porto, architecture studios in Portugal and the Association of Portuguese Architects, Maria José Marques da Silva is still an unknown figure of Portuguese Architecture. This work aims to recover the figure of Maria José Marques da Silva, a pioneer architect in Portugal.

KEYWORDS:

Women Architects, Feminist Historiography, Association of Portuguese Architects, 4th APA Congress, 20th Century

RESUMO

Maria José Marques da Silva (1914-1994) foi a primeira mulher a obter o diploma de Arquitetura na Escola de Belas-Artes do Porto, em 1943, e a segunda em todo o país. Filha do arquiteto José Marques da Silva (1986-1947), Maria José começará, por trabalhar no *atelier* do seu pai, onde iria conhecer o arquiteto e urbanista David Moreira da Silva (1909-2002), com quem iria casar e partilhar a liderança do *atelier* onde trabalhariam durante mais de cinquenta anos.

Já no final de vida, Maria José Marques da Silva, foi Presidente da Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses (SRN/AAP), no triénio de 1984 - 1986. E, no âmbito dessas funções, iria fazer parte da organização do 4º Congresso AAP, celebrado no Porto em 1986; bem como da exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto. 1869-1947*, realizada na Casa do Infante, de 1 a 6 de Abril, e integrada na celebração do Congresso. Esta exposição é uma homenagem importante à figura do seu pai, Marques da Silva, uma influência fundamental para a Arquiteta, e coincide com o momento em que surge a intenção de criar uma fundação de preservação e divulgação do seu trabalho - o Instituto José Marque da Silva – uma fundação, na época, ímpar em Portugal.

Apesar deste contributo fundamental para a construção da História da Arquitetura, e apesar do seu papel pioneiro na Escola de Belas-Artes do Porto, nos *ateliers* de Arquitetura em Portugal e na Associação dos Arquitectos Portugueses, Maria José Marques da Silva é ainda uma figura desconhecida da Arquitetura Portuguesa. Esta investigação pretende recuperar a figura de Maria José Marques da Silva, uma arquiteta pioneira em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE:

Arquitetas, Historiografia Feminista, 4º Congresso AAP, Associação dos Arquitectos Portugueses, Século XX

SUMÁRIO

Introdução **13**

1. As Mulheres na Arquitetura em Portugal **19**

1.1 Introdução 19

1.2 Estado da Arte 23

1.3 As Pioneiras 31

2. Anos de Formação, 1933 - 1943 **41**

2.1 José Marques da Silva e a Reforma da Escola de Belas-Artes 41

2.2 Das *Beaux-Arts* à Arquitetura Moderna em Portugal 49

2.3 A Aluna Maria José Marques da Silva 55

3. O *Atelier* Moreira da Silva / Marques da Silva, 1943 - 1994 **67**

3.1 Planeamento Urbano 69

3.2 Arquitetura do Estado Novo 77

3.3 Arquitetura Religiosa 87

3.4 Conclusão das Obras do Mestre José Marques da Silva 91

3.5 Sinais de Algum Modernismo 95

4. Maria José Marques da Silva e as Instituições, 1984 - 1994 **105**

4.1 Maria José Marques da Silva, Presidente da SRN/AAP, 1984 - 86 107

4.2 O 4º Congresso da AAP, 1986 113

4.3 Homenagem a José Marques da Silva 127

Considerações Finais **135**

Referências Bibliográficas 141

Créditos das Imagens 153

Anexos 157

INTRODUÇÃO

Maria José Marques da Silva nasce a 7 de Setembro de 1914, na cidade do Porto, no seio de uma família influente e abastada da burguesia portuense. Filha de José Marques da Silva, uma das figuras mais relevantes da História da Arquitetura Portuguesa, será no meio familiar que irá cultivar o gosto pela Arte e pela Arquitetura.

Matriculava-se em 1933 no curso de Arquitectura Civil na Escola de Belas-Artes do Porto, tornando-se em 1943, após a sua graduação e casamento com o arquiteto e urbanista David Moreira da Silva, a primeira arquiteta a trabalhar e a partilhar a liderança de um *atelier* de Arquitetura em Portugal. Assumindo aqui um papel de pioneira das mulheres na arquitetura, que iria ter ao longo de toda a sua vida, não apenas na Escola de Belas-Artes do Porto e nos *ateliers* de Arquitetura, mas também na Associação dos Arquitectos Portugueses e na Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

Deste modo torna-se pertinente investigar a arquiteta Maria José Marques da Silva e o seu percurso enquanto primeira mulher portuguesa a exercer profissionalmente, documentando as dificuldades que terá encontrado nos diferentes contextos da sua vida, bem como as suas conquistas e os seus contributos para a História da Arquitetura.

A investigação torna-se ainda oportuna no enquadramento do projeto de investigação W@ARCH.PT. *Arquitetas em Portugal: Construção da Visibilidade, 1942 - 1986*, atualmente a ser desenvolvido no Centro Disciplinar de Estudos de Género (CIEG) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas na Universidade de Lisboa (ISCSP – ULisboa). Um projeto coordenado pela Prof.ª Patrícia Santos Pedrosa, coorientadora desta dissertação, que pretende compreender quais os contributos das arquitetas portuguesas não apenas na prática arquitetónica, mas também na investigação e no ensino (W@ARCH.PT., s.d.).

Na realização desta investigação recorreu-se a uma revisão bibliográfica. Tendo como base artigos, dissertações e livros sobre os principais temas da dissertação: as Mulheres na Arquitetura em Portugal; o Ensino nas Escolas de Belas-Artes; e a Arquitetura e o Urbanismo português do século XX. No entanto, de forma a documentar todo o percurso de vida da Arquiteta, foi fundamental recorrer à análise de documentação original e inédita relativa à Secção Regional Norte da Associação

dos Arquitectos Portugueses (SRN/AAP), ao 4º Congresso AAP e ao Instituto José Marques da Silva.

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos, que começando por uma contextualização da arquiteta Maria José Marques da Silva no tema da História das Arquitetas Portuguesas, fazem um retrato cronológico do seu percurso de vida.

O primeiro capítulo «As Mulheres na Arquitetura em Portugal» faz uma recapitulação da bibliografia existente o tema, em particular documentação relativa às duas primeiras arquitetas portuguesas: Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva. Um assunto que serve de base há minha investigação, já que, Maria José Marques da Silva faz parte deste momento em que o tema surge em Portugal.

O capítulo «Anos de Formação, 1933-1943» faz uma contextualização do Mestre José Marques da Silva e das alterações do ensino da Arquitetura na Escola de Belas-Artes do Porto, com a Reforma de 1931. Dois assuntos fundamentais para perceber o percurso académico de Maria José Marques da Silva e de que forma este iria, posteriormente, influenciar a sua prática profissional.

No terceiro capítulo «*Atelier* Moreira da Silva / Marques da Silva, 1943-1994» faz-se uma análise da atividade do *atelier* de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, utilizando como casos de estudo as obras que a própria arquiteta Maria José destaca no seu *Curriculum Vitae*. Tornando-se particularmente relevante neste estudo o ambiente social do casal, associado à sua formação *beaux-arts* e ao contexto político do Estado Novo.

Por último, «Maria José Marques da Silva e as Instituições, 1984-1994», foca-se no momento em que a Arquiteta é eleita Presidente da Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses e no papel que Maria José Marques da Silva iria desempenhar no cumprimento dessas funções. Aqui, destaca-se o 4º Congresso AAP (1986), o momento decisivo para a passagem da Associação dos Arquitectos Portugueses a Associação de Direito Público. E ainda, a exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto. 1986-1947*, representativa da vontade de divulgação da vida e obra do arquiteto José Marques da Silva. Surge também neste momento a intenção de criar a Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, uma fundação que muito viria a contribuir para a construção da História da Arquitetura em Portugal.

Maria José Marques da Silva. Uma Arquiteta Pioneira em Portugal é acima de tudo uma tentativa de reinscrever esta figura não apenas na História das Arquitetas, mas também consolidar o seu papel na História da Arquitetura Portuguesa.

CAPÍTULO 1

AS MULHERES NA ARQUITETURA EM PORTUGAL

1. Maria Amélia Chaves

2. Maria José Estanco

3. Maria José Marques da Silva

1. AS MULHERES NA ARQUITETURA EM PORTUGAL

1.1 INTRODUÇÃO

Em Portugal, a entrada das mulheres no mundo da Arquitetura dar-se-ia bastante mais tarde do que em muitas outras profissões. Maria Amélia Chaves (1911-2017) – a primeira Engenheira Civil em Portugal – tinha já cinco anos de trabalho[1], quando em 1942, Maria José Estanco (1905-1999) recebe em Lisboa o diploma de «Senhora Arquitecto»[2]. No ano seguinte, no Porto, Maria José Marques da Silva (1914 - 1994) recebia o mesmo diploma, definindo assim a primeira geração de arquitetas formadas nas Escolas de Belas-Artes portuguesas.

Já com grande impacto internacional, o tema das mulheres na arquitetura é investigado pela primeira vez em Portugal, no âmbito da *XII Semana Cultural da Universidade de Coimbra*, em Março de 2010. Aqui, segundo a coordenação do Prof. Jorge Figueira, é realizado simultaneamente um colóquio, exposição e lançamento do primeiro número da revista *Joelho*, todos sob o título e tema *Mulheres na Arquitectura.*

Estes tinham como objetivo:

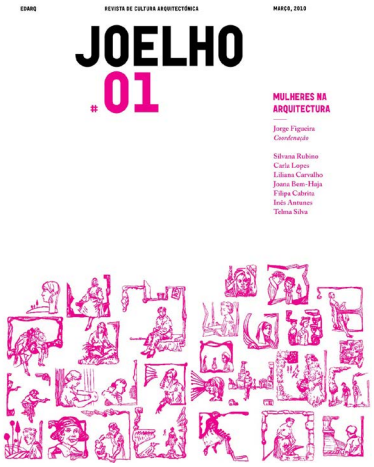
> "Fazer uma recapitulação da presença da mulher na história da arquitetura do século XX; apresentar o trabalho de arquitetas recém-formadas, como testemunho dessa presença e vitalidade; e debater a presença pública e a contribuição da mulher em diversos planos - arquitetura, história, crítica, investigação" (Figueira, 2010, p.6).

Numa primeira parte, a revista apresenta dois artigos: «Olhar Para as Estrelas: Notas Sobre o Feminino / Masculino em Arquitectura», de Jorge Figueira, e

---

[1] Em «Women Architects in Portugal. A long and winding road», Patrícia Santos Pedrosa faz uma apresentação das mulheres pioneiras das diferentes áreas profissionais em Portugal, uma das quais Maria Amália Chaves que se terá formado em Engenharia Civil em 1937 no Instituto Superior Técnico de Lisboa (Pedrosa, 2014).

[2] Título da Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura de Joana Roxo. É a arquiteta Maria José Estanco que começa a utilizar o termo «arquiteta» na profissão: "Não queriam que eu fosse 'arquiteta', queriam que eu fosse a 'senhora arquiteto'. Eu disse sempre não. Os femininos dos cabos terminados em 'o' transformam-se em 'a', ora 'arquiteto' passar a ser 'arquiteta' e eu sou arquiteta nunca escrevi outro nome" (Roxo, 2011, p.87).



4. Capa da revista *Joelho #1: Mulheres na Arquitectura*

5. Capa da revista *J.A. 242: Ser Mulher / Being a Woman*

«Corpo, Imagem, Objeto: A Cadeira LC9 e Charlotte Perriand», de Silvana Rubino. Seguem-se breves perfis de várias arquitetas internacionais, entre as quais surgem apenas duas arquitetas portuguesas: Maria José Marques da Silva e Maria Carlota Quintanilha[3]. A publicação é concluída com artigos de diversos outros temas (como exemplos: Memória, Cidade e Turismo), apresentados por arquitetas, à altura, recém-licenciadas do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra.

No ano seguinte, em 2011, o *Jornal dos Arquitectos* nº 424: Ser Mulher / *Being a Woman* iria lançar também algumas pistas para o desenvolvimento do tema das mulheres na arquitetura no contexto português. Neste, aos perfis das arquitetas portuguesas Maria Carlota Quintanilha, Paula Santos, Luísa Penha, Graça Correia, Cristina Guedes, Teresa Novais, Margarida Grácio Nunes; e aquela que será a nova geração, Inês Lobo, Catarina Almada Negreiros e Rita Almada Negreiros; acrescenta-se a teoria feminista internacional interpretada pelos olhares de Jane Jacobs, Denise Scott Brown, Beatriz Colomina, Mary McLeod, entre outros. Uma segunda abordagem ao tema, onde para além do testemunho da presença da mulher se pretende "debater os estudos de género em arquitetura [...] que em Portugal entraram tardiamente" (Ana Vaz Milheiro *in* Dias, 2011, p.3). Estabelecia-se ainda, de forma clara, através das palavras de Manuel Graça Dias, a pertinência do tema no contexto português:

> "Evocar a não existência do problema, em nome de uma constitucional «igualdade de oportunidades», é contribuir para a mistificação que insinua serem as mulheres «menos capazes» (já que, apesar das oportunidades, na realidade, os seus nomes não chegam a aparecer)" (Dias, 2011, p. 43).

Desde esse momento, e cada vez mais, as mulheres na arquitetura tem vindo a tornar-se um tema relevante e atual. Sendo possível hoje em dia encontrar em reconhecidos *sites* de notícias ou arquitetura várias publicações que o discutem. Artigos como «I Am Not the Decorator: Female Architects Speak Out», de Robin Pogrebin, no jornal *The New York Times*; «Por que a representação igualitária para mulheres na arquitetura é melhor para todos», de Lance Hosey, traduzido e

[3] Maria Carlota Quintanilha: Nascida em Coimbra, a 11 / Nov / 1923, conclui o curso de Arquitetura em 1953 na Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Casa nesse mesmo ano com o João José Tinoco, com quem viajaria para Angola. Apesar dos vários testemunhos da parceria profissional de ambos, com a maioria da obra construída em Moçambique, Maria Carlota Quintanilha, já no final de vida, daria mais valor à sua carreira enquanto docente (Milheiro, 2011).

6. Logótipo do coletivo
Un Dia / Una Arquitecta

7. Logótipo do projeto MoMoWo

8. Logótipo da associação
Mulheres na Arquitectura

publicado no *site ArchDaily*; ou «Ela é cada vez mais feminina», de Jorge Figueira, na revista *Público*; que começam a trazer o tema para o *mainstream* da profissão e da sociedade.

Entre muitos outros, surgem também coletivos como Un día / Una Arquitecta, e o Projecto MoMoWo, que trabalham para dar visibilidade às histórias, percursos e obras das arquitetas. E ainda Arquitetas Invisíveis, que surge na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, "no sentido de ampliar o repertório dos estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo e, ao mesmo tempo, incitar a discussão sobre gênero no meio acadêmico e profissional" (Arquitetas Invisíveis, 2015).

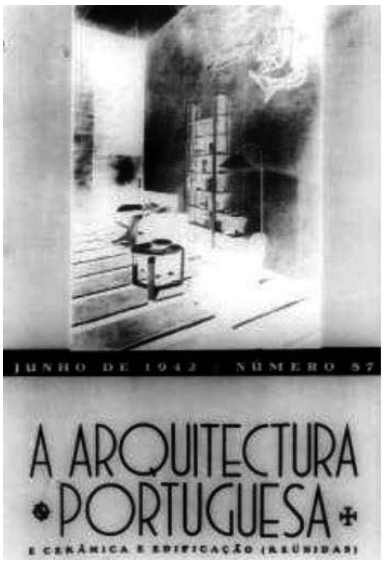
Mais recentemente surge em Portugal a associação Mulheres na Arquitectura que através das suas reivindicações pela igualdade na profissão e por uma visão mais global das cidades e da arquitetura, tem aberto novos caminhos e plataformas de discussão para o tema em Portugal (Antunes, 2018). Criando iniciativas que apontam para uma maior divulgação do tema:

> "Oferecem pequenos pedaços da história, dos percursos e das obras de arquitetas, e estimulam a criação de importantes redes de investigação, académicas, profissionais e de reflexão, fundamentais aos estudos [de] géneros, estudos feministas e estudos sobre as mulheres" (Antunes, 2016, p.3).

1.2 ESTADO DA ARTE

Apesar de ser no meio académico que as grandes investigações sobre o tema das mulheres na arquitetura se irão realizar, surgem indícios anteriores de se estar a caminhar para esse debate com a publicação do relatório, *Profissão: Arquitecto/a* da Ordem dos Arquitectos (Cabral, 2006). Aqui, faz-se uma primeira abordagem à profissão segundo o género, incluindo na «Caracterização Sócio-Demográfica dos Arquitectos Portugueses» uma análise do «Factor Género». Um estudo de 2006, que merecia um desenvolvimento mais cuidado em relação ao impacto das diferenças de género em Arquitetura e do que elas significam para a profissão (Cabral, 2006).

Nas universidades, autores como Lia Antunes, Rita Portela, Juliana Ferreira e, mais recentemente, Tiago Almeida, Natascha Cabral e Sónia Pinheiro, têm feito várias



9. Capa da revista *A Arquitectura Portuguesa* nº 87, onde Maria José Estanco surge como a primeira arquiteta portuguesa

10. Teresa Fonseca

11. Graça Correia

abordagens ao tema. As investigações dividem-se entre o contexto internacional e o contexto português. Explorando as relações entre género e arquitetura nas várias formas em que ambas se relacionam (a mulher como criadora, utilizadora etc.). Ou ainda, apresentando casos de estudo específicos com o objetivo de contribuir para a nossa História da Arquitetura.

A primeira dissertação surge no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, onde Lia Antunes realiza a dissertação, *Arquitectura: Substantivo Feminino. Contribuição para uma História das Mulheres na Arquitectura.* Estudando o tema através de duas perspetivas: "a vivência do espaço no feminino e a construção da cidade no masculino" (Antunes, 2012), nas quais se analisa as relações entre género, arquitetura e cidade. Partindo destas, Lia Antunes propõe ainda um reescrever da História da Arquitetura onde defende que apenas incluindo as perspetivas das arquitetas será possível construir uma visão mais global e diversa da mesma (Antunes, 2012).

Em 2013, Rita Portela pública a sua investigação, *Mundo Novo. Feminino Tropical: Maria Emília Caria e o Urbanismo no Ultramar*. Aqui, ao contrário das outras investigações nomeadas, a autora contextualiza o tema num sentido mais lato, optando por abordar o Feminismo em Portugal, não apenas restrito à Arquitetura. Uma abordagem particularmente relevante, na forma como Rita Portela expõe as relações entre a Mulher e o Estado Novo, época que marca grande parte da minha própria investigação. Onde o Regime, "através de um discurso astuto de valorização da função social da mulher enquanto pilar moral da família, necessário à pátria, procurava impor suavemente o regresso da mulher ao lar" (Paula Tavares *in* Portela, 2013, p.127).

Numa investigação mais recente, Juliana Ferreira na sua dissertação, *Entre a Janela e o Corpo: As Relações de Género no Limiar da Habitação*, estuda de que forma o fator género condiciona a relação com a Arquitetura, "quer no momento da sua idealização quer na vivência efetiva do espaço" (Ferreira, 2016).

Sobre esta entrada das mulheres no mundo da Arquitetura, é ainda importante referir o trabalho de Tiago Almeida, *Arquitectura e Binário, 1940 - 1979. As (In) visibilidades das Mulheres na Arquitectura Portuguesa,* que se foca na presença das arquitetas portuguesas nas revistas específicas de Arquitetura. E que procura entender, através da análise do momento de publicação e pela frequência destas publicações no intervalo de tempo em estudo, a evolução do envolvimento e

12. Raquel Barbosa

13. Mercês Vieira

14. Desirée Pedro

aceitação da mulher no mundo da arquitetura em Portugal (Almeida, 2017).

Ainda em 2017, Natascha Cabral realiza a investigação, *Três Arquitetas. Três Gerações. Uma Escola*, onde estuda as arquitetas Teresa Fonseca, Graça Correia e Raquel Barbosa, da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, e cujo capítulo «A História das Mulheres nas Belas-Artes e na Arquitetura» será particularmente importante para a minha investigação por contextualizar a entrada das mulheres nos cursos de Arquitetura das Escolas de Belas-Artes portuguesas (Cabral, 2017).

Com o seu trabalho, *Arquitectas: Superar a Invisibilidade. Reconhecimento de Mercês Vieira e Desirée Pedro na Arquitectura Portuguesa*, Sónia Pinheiro dá um contributo importante para a contextualização do tema das mulheres na arquitetura ao nível nacional. Começa por apresentar um panorama geral do tema desde o seu início ao nível internacional até à forma como chega a Portugal. Menciona brevemente as pioneiras - Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva - e as suas histórias, passando depois para uma análise do tema ao nível do ensino e da profissão em Portugal. Termina com dois casos de estudo contemporâneos: a arquiteta Mercês Vieira e a arquiteta Desirée Pedro, fazendo uma análise dos seus percursos e tentando perceber, em conversa com as mesmas, as suas experiências como mulheres arquitetas (Pinheiro, 2018).

Vale a pena ainda fazer menção a algumas publicações de simpósios, colóquios, revistas científicas e outros meios na esfera académica portuguesa e internacional, que têm vindo ao longo dos anos a debater o tema das mulheres na arquitetura em Portugal.

As publicações de Lia Antunes, «Questões de Género em Arquitectura: História(s), Espaço(s) e Experiências Profissionais e Arquitectónicas» e «Reinventar la Arquitectura. Hay una mujer justo a tu lado», onde a autora faz uma breve história das condições na profissão que foram contribuindo para o desaparecimento das mulheres na História da Arquitetura (Antunes, 2015; Antunes [a], 2016). Para tal, começa por perceber de que forma é que as Arquitetas foram entrando na profissão, primeiro ao nível internacional, focando-se depois no contexto português. Aqui, tenta perceber de que forma elas permaneceram, ou não, na área, explorando os fatores que ainda hoje em dia mantêm as arquitetas afastadas da profissão, apesar da sua presença maioritária nos contextos académicos (Antunes, 2015; Antunes [a], 2016). Tendo como base a História, nestes artigos Lia Antunes defende-a como o elemento fundamental para encontrar igualdade em Arquitetura.

15. Lia Gil Antunes

16. Patrícia Santos Pedrosa

> "A partir da história e da partilha de experiências pessoais, as arquitetas podem estabelecer as estruturas da sua resistência e da sua permanência na profissão, de tal forma que acabem por traçar uma outra face da história oficial. Por sua vez, a combinação da «voz pública» com a «voz íntima» constrói a história que nunca foi contada, rompendo a cadeia ideológica erigida pela História (dos homens). Quanto mais pessoal e diversificada for essa narrativa, mais ela se torna verdadeira e abrangente na medida em que engloba as mais variadas experiências vividas pelas arquitetas e pelas mulheres que usufruem da arquitetura" (Antunes [a], 2016, p.80).

De Patrícia Santos Pedrosa em colaboração com a Lia Antunes, surge um artigo novamente focado na importância de contar a história das arquitetas portuguesas, «Female Portuguese Architects History: A fundamental act of citizenship» (Antunes e Pedrosa, 2018). Não só pelas múltiplas perspetivas e vivências da História da Arquitetura que estas proporcionam, mas acima de tudo pela urgência de documentar e proteger o património construído das mesmas. Já que, não estando estas obras inscritas nos livros, revistas e jornais de Arquitetura, estão a perder-se estes testemunhos com a passagem do tempo (Antunes e Pedrosa, 2018).

Mais recentemente, surge pela primeira vez um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para o estudo específico das mulheres arquitetas: o projeto *W@ARCH.PT. Arquitectas em Portugal: Construção da Visibilidade, 1942 - 1986*. Dessa investigação destacam-se os artigos «The W@ARCH.PT as an Ongoing Feminist Research Project in Architecture: Contextualizing Initial Reflections» (Pedrosa, 2019) e «Women Architects on the Road to an Egalitarian Profession - The Portuguese and Spanish Cases» (Pérez-Moreno e Pedrosa, 2020).

O primeiro faz um desenvolvimento sobre a pertinência, objetivos, metodologias e plano de trabalho do projeto W@ARCH.PT. Que levanta as questões "quem?, quando?, e como?, contribuíram as arquitetas para a nossa história da arquitetura" (Pedrosa, 2019). Fazendo já algumas reflexões sobre o estudo das mulheres na arquitetura em Portugal, revelando as complexidades que lhe são intrínsecas, bem como a absoluta necessidade destas investigações.

«Women Architects on the Road to an Egalitarian Profession - The Portuguese and Spanish Cases» analisa o caso particular de Portugal e Espanha, no processo de feminização da Arquitetura, apresentando as dificuldades particulares das arquitetas nestes dois países, nos quais os regimes ditatoriais que se manteriam no poder até

A PRIMEIRA SENHORA PORTUGUESA

a quem foi concedido o diploma de arquitecto

17. Maria José Estanco, *Diário de Notícias*

18. Maria José Marques da Silva, 1934

aos anos 70, acresceriam de forma significativa as dificuldades das mulheres na entrada nas escolas de arquitetura e na profissão (Pérez-Moreno e Pedrosa, 2020).

1.3 AS PIONEIRAS

No entanto, pouco se sabe ainda sobre o percurso das arquitetas pioneiras: Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva. Assim, nos anos mais recentes, os esforços de autoras como Patrícia Santos Pedrosa, Paula Monteiro, Joana Roxo e Maria do Carmo Pires, têm sido fundamentais para compreender o percurso destas arquitetas e não deixar desaparecer as figuras iniciais da História das Arquitetas Portuguesas.

«Being a female architect in Portugal: A short introduction to a long ride» (Pedrosa, 2010) de Patrícia Santos Pedrosa foi o primeiro texto académico português sobre o temas das mulheres na arquitetura. Nele, após uma contextualização histórica, a autora faz um paralelo entre as pioneiras e a situação atual das arquitetas portuguesas. Onde o afastamento da profissão, à semelhança de Maria José Estanco, é ainda uma realidade presente. Mas a partilha de *atelier*, como no caso de Maria José Marques da Silva, atualmente nem sempre significa um casamento, e traz já o reconhecimento da autoria da arquiteta (Pedrosa, 2010, p.237).

Em «Women Architects in Portugal. A long and winding road», Patrícia Santos Pedrosa faz uma contextualização dos momentos mais marcantes da história portuguesa que levam ao percurso conturbado e tardio da feminização da Arquitetura em relação ao resto da Europa (Pedrosa, 2014). Através desta contextualização histórica e social, a autora apresenta estas duas arquitetas pioneiras e a forma como ambas foram sendo esquecidas da História da Arquitetura Portuguesa (Pedrosa, 2014).

Se por um lado, Maria José Estanco é a primeira mulher a receber o diploma em Arquitetura, essa conquista seria seguida do desprazer de nunca ter conseguido trabalhar num *atelier*, tendo como experiência profissional reconhecida apenas uma obra encomendada por amigos (Pedrosa, 2014). Por outro, Maria José Marques da Silva, que conseguiria como a sua antecessora formar-se em Arquitetura e ainda conquistar a sua posição no meio profissional, que só recentemente é reconhecida como coautora das obras que realiza com o seu marido e sócio - o Arquiteto Urbanista David Moreira da Silva.

19. Retrato de Maria José Estanco
por Machado da Luz

20. Casa de Férias, projeto de
Maria José Estanco

Ainda de Patrícia Santos Pedrosa, existem duas pequenas biografias das Arquitetas Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva no *Le Dictionnaire Universel des Créatrices*. Uma enciclopédia que pretende documentar criadoras que tenham contribuído para a abertura de novos caminhos nas suas áreas (Pedrosa, 2013; Pedrosa [a], 2013; Pedrosa [b], 2013).

Paula Monteiro escreve o artigo, «Mulheres Invisíveis: princípios para uma reconstrução do discurso em arquitectura», um texto que procura levantar várias hipóteses para a invisibilidade das mulheres na Arquitetura, começando a combatê-la através de uma breve contextualização das pioneiras e da segunda geração de arquitetas portuguesas (Monteiro, 2016).

Sobre cada uma das pioneiras, começo por referir Joana Roxo e a sua investigação *"A Senhora Arquitecto": Maria José Estanco. Contribuição para o estudo da 1ª arquiteta portuguesa*. Um trabalho essencial sobre esta primeira mulher na arquitetura em Portugal, onde a autora estabelece como objetivos "perceber quem foi esta mulher; que dificuldades encontrou ao ingressar numa profissão que, em meados do século XX, era exclusivamente masculina e que importância tem na história das arquitetas portuguesas" (Roxo, 2011, p.68). Assim, a investigação divide-se em dois momentos «Vida e Anos de Formação» e a «2ª Profissão e Atividades que Desenvolveu», englobando todo o percurso pessoal, académico e profissional da arquiteta Maria José Estanco.

Apesar de não ter sentido qualquer estranheza nas Belas-Artes, onde as mulheres teriam tido uma entrada quase natural em Arquitetura, que à altura partilhava o espaço com os cursos de Pintura e Escultura onde as mulheres ocupavam já uma posição reconhecida (Monteiro, 2016); Maria José Estanco viria a ser completamente negada no mundo profissional[4], onde a presença de mulheres arquitetas nos *ateliers* em Portugal seria mais do que estranha, um fenómeno completamente desconhecido. Apesar disso, constrói uma única obra em S. Pedro de Moel, uma casa de férias encomendada por amigos[5], e segue o seu percurso profissional no ensino de liceu, onde é recordada como "uma professora exigente, determinada e comunicativa, acabando por ser uma figura bastante marcante para

[4] O mesmo não terá acontecido a Maria José Marques da Silva, por ter nascido num contexto familiar privilegiado da burguesia portuense, filha do conceituado arquiteto José Marques da Silva e, mais tarde, esposa do arquiteto e urbanista David Moreira da Silva.

21. Maria José Marques da Silva
e David Moreira da Silva

22. David Moreira da Silva, 1943

todas [as alunas], sendo por vezes referenciada como uma influência" (Roxo, 2016, p.103).

Maria José Estanco viria ainda a fazer parte de algumas instituições que durante a ditadura reivindicavam os direitos das mulheres. Tais como: *Revista Modas e Bordados*, «Conselho Português para a Paz» e o «Movimento Democrático das Mulheres» (MDM). Viria a ter um papel mais ativo depois de Abril de 1974, chegando a participar em 1981 na «Conferência Mundial de Mulheres», em Praga, organizada pela «Federação Democrática Internacional de Mulheres» (Roxo, 2016, pp.97-101). Roxo faz assim uma investigação "fundamental para restituir a Maria José Estanco o valor e a importância que tem na História da Arquitetura em Portugal" (Roxo, 2016, p.104).

Já sobre a arquiteta Maria José Marques da Silva, foco desta investigação, faço novamente menção à revista *Joelho #1: Mulheres na Arquitectura*, que apresenta um breve perfil do percurso e da obra da arquiteta. (Trigoso, A.F. *et all*, 2010, pp.60-63). No entanto, será fundamental o trabalho de Maria do Carmo Pires, cuja Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa, *O Atelier de Arquitectura / Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva. Visibilidade e Memória* faz já uma primeira aproximação ao tema que me proponho investigar. Maria do Carmo Pires faz um trabalho extensivo sobre o *atelier* partilhado por Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva.

Dividindo o trabalho em quatro grandes temas: os anos de formação, a atividade pedagógica de David Moreira da Silva, o *atelier* onde trabalhavam em parceria e, finalmente, a análise de obras quer de carácter urbano quer de carácter arquitetónico; a autora analisa todo o percurso profissional dos dois arquitetos.

Pretendo agora na minha investigação focar-me no percurso de Maria José Marques da Silva, acrescentando ao estudo da Dr.ª Maria do Carmo Pires dois momentos que me parecem fundamentais na vida da arquiteta: o seu papel na Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses e a criação da Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

---

[5] "É no seguimento deste plano [urbano traçado pela Câmara Municipal] que nos anos 1947/48, a arquiteta Maria José Estanco desenha e constrói o seu único projeto. A encomenda, que surgiu por parte da amiga Maria da Conceição Duarte, que morava em Lisboa, tratava-se de uma pequena casa de veraneio em São Pedro de Moel, cuja arquitetura remete para a "casa portuguesa" de Raul Lino" (Roxo, 2011, p.89).

23. Maria José Marques da Silva
e David Moreira da Silva em passeio

24. Maria José Marques da Silva, 1953

Passando naturalmente pelos anos de formação na Escola de Belas-Artes do Porto e pelo trabalho no *atelier* que a arquiteta irá dirigir, durante mais de cinquenta anos, com o seu marido e sócio David Moreira da Silva. Períodos, respetivamente, muito marcados pela presença de José Marques da Silva e as políticas construtivas do Estado Novo. Procuro, nesta dissertação, perceber ainda de que forma, já no final de vida, Maria José Marques da Silva terá contribuído no panorama político e cultural da Arquitetura.

Sendo a primeira Arquiteta a presidir a Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), Maria José Marques da Silva iria fazer parte da organização do 4º Congresso Nacional dos Arquitectos, que se organiza pela primeira vez no Porto. E, ainda, testemunhar a passagem da AAP a Associação de Direito Público. Este período da sua vida estaria igualmente marcado por um forte desejo de divulgação e conservação do trabalho do seu mestre e pai, José Marques da Silva. Resultando em diversas homenagens e exposições da obra do arquiteto, que iriam culminar na criação de uma fundação pioneira de conservação do seu trabalho - a Fundação Marques da Silva.

Maria José Marques da Silva. Uma Arquiteta Pioneira em Portugal pretende ser um estudo abrangente da vida e obra da arquiteta Maria José Marques da Silva, e reconhecer o seu papel como uma das pioneiras na História das Arquitetas Portuguesas.

CAPÍTULO 2

ANOS DE FORMAÇÃO, 1933 - 1943

25. José Marques da Silva

26. Estação de São Bento, Porto

27. Casa de Serralves, Porto

2. ANOS DE FORMAÇÃO, 1933 - 1943

2.1. JOSÉ MARQUES DA SILVA E A REFORMA DA ESCOLA DE BELAS-ARTES

José Marques da Silva (1869-1947) é um nome fundamental da Arquitetura Portuguesa. Ainda que a sua influência seja mais notória no Porto, cidade que o viu nascer, os seus contributos na paisagem da cidade, mas sobretudo no ensino, iriam influenciar uma geração que revolucionaria a arquitetura em todo o país. Aluno da Escola de Belas-Artes do Porto e, posteriormente, da Escola de Belas-Artes de Paris e do *atelier* de Laloux, o arquiteto traria consigo de regresso a Portugal, "a cultura francesa [que] subsistirá como sistema de referências, de pauta e norma, informando os costumes e o seu trem de vida" (Cardoso, 1997, p.2).

Marcadas pela atenção ao detalhe e um profundo sentido urbano, seria este contacto com o exterior mantido ao longo dos anos, que permitiria a José Marques da Silva, conservar a contemporaneidade e cosmopolitismo que iremos sempre reconhecer nas suas obras. Com elas, através de diferentes experimentações formais e plásticas, desde a Estação de São Bento (1896-1916) à Casa de Serralves (1925-1943), Marques da Silva iria atravessar quatro regimes políticos e as consequentes mudanças que estes provocariam, conseguindo, "sem nunca trair a sua filiação *beaux-arts*, [ir] acertando a sua prática para corresponder às aspirações da sociedade" («José Marques da Silva», s.d.).

Desse modo, e através dos contactos pessoais e profissionais que mantinha, ser-lhe-ia possível não só desenvolver obra em locais centrais do progresso urbano, cultural e artístico (FIMS e FAUP, 2006), como também estar à frente ou ser figura central de diversas instituições que contribuíam ativamente nesta época para o desenvolvimento da Arquitetura e da Arte em Portugal. Assim, José Marques da Silva seria nomeado, em 1904, Arquiteto da Câmara Municipal, testemunhando e fazendo parte das profundas alterações urbanas que o Porto iria sofrer nesta época («José Marques da Silva», s.d.). Estaria ainda presente no Conselho de Arte Nacional (1911), sendo aí escolhido para participar no IX Congresso Internacional dos Arquitectos, nesse mesmo ano, em Roma. Faria ainda parte da Comissão para

28. IX Congresso Internacional dos Arquitectos, Roma, 1911

29. António de Oliveira Salazar e José Marques da Silva

a Estética da cidade do Porto, do Conselho Superior da Instrução Pública e da Sociedade dos Arquitectos do Norte, "associação que ajudara a criar, em 1920." (Cardoso, 1997, pp.169-182)

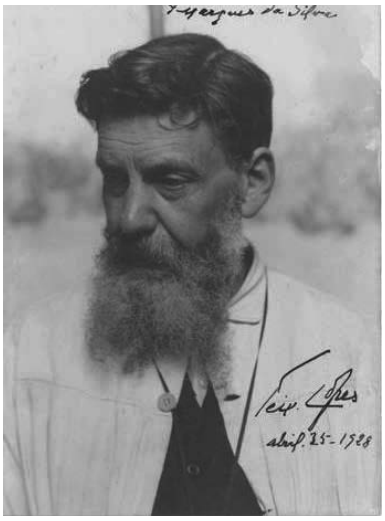
Enquanto docente, José Marques da Silva iria novamente fazer parte de várias instituições. Começaria por ser professor de Desenho e Modelação no Instituto Industrial e Comercial do Porto (1900). Mas estaria mais significativamente ligado à Escola de Belas-Artes do Porto, onde lecionaria a cadeira de Arquitectura Civil e, enquanto diretor, faria parte da Reforma do Ensino de 1931.

É neste clima que Marques da Silva estaria, embora intermitentemente, 16 anos à frente da Escola de Belas-Artes do Porto. Seria eleito pela primeira vez a 2 de Abril de 1913, com já sete anos de ensino, ficando à frente da Escola até 1918. Terá regressado à sua direção em 1930, onde ficaria até ao ano da sua jubilação, em 1939 («Diretores FBAUP», 2014).

Nos trinta anos em que dela fez parte, José Marques da Silva, estaria no centro das várias mudanças que se fariam sentir na Escola de Belas-Artes do Porto. Desde o momento em que substitui o Mestre Silva Sardinha na cadeira de Arquitectura Civil, em 1906, mas principalmente nos seus anos como diretor da Escola, onde definiria como linhas de trabalho a reforma do ensino, a renovação do corpo docente e a modernização das instalações (Cardoso, 1997, pp.151-217; Moniz, 2011, pp.102-121).

Na década de 1930, o Ensino das Belas Artes em Portugal iria sofrer uma reforma à imagem da Escola Superior de Belas-Artes de Paris, transformando o ensino no Porto naquilo que Maria José Marques da Silva viria a conhecer. Impulsionada pelo governo de Domingos Oliveira, juntamente com António Oliveira Salazar (Ministro das Finanças) e Gustavo Cordeiro Ramos (Ministro da Instrução Pública), esta reforma teve como objetivo "clarificar o sistema de ensino através da uniformização de critérios de ensino técnico e profissional" (Moniz, 2011, p.102). Para tal, é organizada uma Comissão:

> "Constituída pelos diretores das duas Escolas de Belas-Artes, João António Piloto e José Marques da Silva, pelo diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea, Adriano Sousa Lopes, e por três personalidades: D. José Pessanha, professor da cadeira de História de Arte da EBAL, que seria eleito presidente da comissão, Porfírio Pardal Monteiro, arquiteto e chefe de obras do Instituto Superior Técnico, e Diogo de Macedo, escultor e escritor" (Moniz, 2011, p.102).



30. António Teixeira Lopes

31. José Marques da Silva

Depois de uma primeira proposta que dividia a formação em três fases - Curso Preparatório Geral (dois anos), Curso Especial (três anos) e Curso Superior (através de concursos de emulação) - parte-se para uma nova proposta, mais semelhante ao modelo da *École*, em que se prescinde do Curso Preparatório Geral, passando a haver um concurso de admissão para ingressar no Curso Especial (alargado para quatro anos) e começa a haver um maior número de concursos para o Curso Superior (Moniz, 2011, p.103).

Esta reforma vem reforçar a ideia do Arquiteto-Artista que José Marques da Silva traz da sua formação na Escola de Belas-Artes de Paris. Em que após quatro anos destinados à aquisição de conhecimentos de cultura geral e de princípios fundamentais do desenvolvimento das artes, é permitido a cada aluno expressar-se como artista, competindo e sendo avaliado como tal nos concursos de emulação (Pires, 2012, p.131). Existe apenas uma divergência deste novo currículo das Belas-Artes do Porto em relação ao modelo de ensino parisiense, a cadeira de Teoria da Arquitectura, incluída na reforma anterior (1911), que era agora retirada do currículo escolar (Moniz, 2011, pp.103-104).

A par com a reforma do curso de Arquitectura Civil, Marques da Silva, iria ainda tentar nesta época uma renovação do corpo docente. No entanto, com a morte ou aposentação de alguns dos professores mais antigos, bem como a dificuldade em fazer novas contratações, já por interferência do Regime (Moniz, 2011, p.110), a Escola verá o seu número de professores bastante reduzido à data de frequência de Maria José Marques da Silva. Perdendo nomes relevantes como Bonfim Barreiros na Geometria Descritiva e Teixeira Lopes na Escultura (Moniz, 2011, p.110), o próprio Diretor Marques da Silva iria lecionar a 8ª Cadeira: Construção, a par com a 4ª Cadeira: Arquitectura Civil. Marques da Silva e a Comissão, não conseguiriam realizar a sua vontade de atribuir um professor a cada uma das catorze cadeiras no novo plano de estudos e a renovação que pretendiam no corpo docente da Escola (Moniz, 2011, p.109).

O Mestre iria ainda debruçar-se sobre o tópico das instalações, uma problemática da Escola de Belas-Artes do Porto há já vários anos, que iria passar do seu antecessor Silva Sardinha para José Marques da Silva, que o terá como preocupação constante (Moniz, 2011, pp.98-100). Um assunto que chega mesmo a contaminar a sala de aula, onde na cadeira de Arquitectura Civil, com José Marques da Silva, se desenvolvem projetos para uma Escola de Belas Artes. Aqui, como

32. Convento de Santo António, Porto

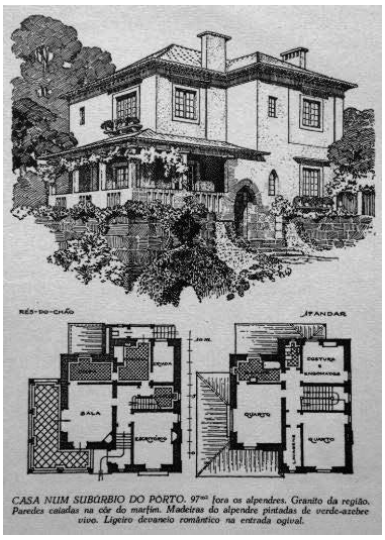
33. Palacete Braguinha, Porto

um exercício totalmente académico e livre dos constrangimentos do espaço real. Um dos alunos, David Moreira da Silva, futuro companheiro de vida de Maria José, apresenta nessa época um trabalho que se aproxima muito "das soluções propostas por José Marques da Silva para o Liceu Alexandre Herculano e para o Liceu Rodrigues de Freitas, com as quais David mantinha contacto no *atelier* de Marques da Silva." (Moniz, 2011, pp.112-113)

Apesar da tentativa de pôr em prática o projeto de Silva Sardinha para a ampliação do Convento de Santo António da Cidade, onde a escola se encontrava instalada, chegaríamos à década de 30 ainda na mesma situação (Moniz, 2011, pp. 99-111; Cardoso, 1997, p.175). Aí, a pretexto da inauguração da 2.ª Exposição dos Alunos de Belas Artes do Porto (1932), Marques da Silva reitera no seu discurso as dificuldades em que a Escola se encontra, conseguindo em 1933 a autorização para a instalar no Palacete Braguinha, que albergava até então o Instituto Superior do Comércio do Porto (Cardoso, 1997, pp.197-199). Manuel Marques e José Marques da Silva iriam desenvolver projetos para a restauração deste palacete, adaptando-o às necessidades da época da Escola de Belas-Artes (Cardoso, 1997, p.199; Moniz, 2011, pp.116-121). No entanto, já em 1936, a própria Maria José Marques da Silva, enquanto aluna da EBAP, continuaria a transmitir esta preocupação quando entrevistada para a revista *Modas e Bordados*.

> "Calcule-se que se acumulam em tão pequeno espaço dois museus - o «Municipal» e o de «Soares dos Reis» - a Biblioteca Municipal e ainda um corpo de guarda que vela pelo precioso recheio da decadente construção. A escola fica apertada entre isto tudo com uma sala, apenas, para exames. Tinha-se projetado coincidir o lançamento da primeira pedra com o centenário da Escola, mas a data passou e nada foi feito..." (Marques da Silva, 1936, p.7).

Só em 1937 é que o diretor José Marques da Silva tomaria posse das novas instalações. No entanto a restauração do Palacete Braguinha começaria apenas na década de 1940, já após a aposentação do Mestre (Cardoso, 1997, p.199).



34. Casa num Subúrbio do Porto, Raúl Lino

35. Armazéns Nascimento, Porto, 1927

2.2. DAS *BEAUX-ARTS* À ARQUITETURA MODERNA EM PORTUGAL

Neste início do século XX, assistia-se em Portugal a uma convivência de diferentes modelos de fazer arquitetura, de referências históricas, onde os «neos» Românico, Gótico, Manuelino e Clássico iriam imperar (Fernandes, 2003, p.29). Destes, iria surgir o paradigma da «Casa Portuguesa» de Raúl Lino, o expoente máximo de uma discussão que agora começava entre um tradicionalismo arquitetónico e os temas funcionalistas e urbanos que os novos materiais de construção, o desenvolvimento industrial e a transformação da sociedade tornavam relevantes («José Marques da Silva», s.d.).

Os ensinamentos das *beaux-arts* pareciam tornar-se terrivelmente desajustados perante estas novas realidades («José Marques da Silva», s.d.), apesar disso, Marques da Silva, juntamente com Ventura Terra e outros bolseiros, traziam de Paris, uma certa modernidade preocupada com estes temas mais funcionalistas que se contrapunham ao nacionalismo da «Casa Portuguesa» (Almeida, Becker e Wang, 2001, p.11).

Em José Marques da Silva, vemos estas referências, nos Armazéns Nascimento (1914), onde começaria a explorar as possibilidades do novo material, betão armado, e as espacialidades que este permitiria. Aqui:

> "Entre o programa funcional reflexo de uma nova era de trocas comerciais massificadas, a adoção de um sistema construtivo em franca ascensão e o compromisso entre as novidades e as práticas de desenho e projeto da tradição académica, os Armazéns Nascimento ensaiam uma síntese impossível e constituíram-se como uma obra estruturante da história da arquitetura portuguesa" («Grandes Armazéns Nascimento», s.d.).

Uma possibilidade de abertura ao Movimento Moderno, representada na obra do próprio José Marques da Silva, para Cassiano Branco[1], "paradoxalmente, o último arquiteto clássico e o primeiro arquiteto moderno do Porto" (Cassiano Branco *in* Cardoso, 1986, p.36).

Previa-se então, na geração de José Marques da Silva, a chegada da Arquitetura Moderna a Portugal, coincidindo pela primeira vez com os movimentos

[1] Esta afirmação surge no contexto do catálogo da exposição *J. Marques da Silva: Arquitecto, 1969-1947*, onde Cassiano Branco escreve: "Na minha opinião, Marques da Silva foi, paradoxalmente, o último arquiteto clássico e o primeiro arquiteto moderno do Porto como o atestam algumas das suas obras, portadoras do embrião do progresso" (Cardoso, 1986, p.36).

36. Instituto Superior Técnico, Lisboa,
Porfírio Pardal Monteiro

37. Casa da Moeda, Lisboa, Jorge Segurado

de vanguarda internacionais (Pereira, 1987, p.326). No entanto, no início da década de 1920, com as escolas de arquitetura portuguesas ainda presas neste academismo das *beaux-arts*, estabelece-se neste primeiro momento uma Arquitetura Moderna muito superficial, adotada apenas como uma linguagem e sem as bases teóricas ou as preocupações sociais das quais o movimento tinha nascido na Europa (Pereira, 1987, p.326).

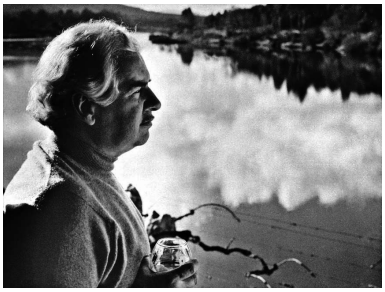
Não obstante, com o forte investimento nas obras públicas de um novo regime político de ideais ainda pouco definidos, são desta época as primeiras experiências modernas portuguesas. Obras como o Instituto Superior Técnico (1927), de Porfírio Pardal Monteiro, ou a Casa da Moeda (1934), de Jorge Segurado, que apesar das suas condicionantes, não deixam de ter qualidade própria "não sendo pois meros produtos redutores dos modelos europeus" (Almeida, Becker, Tostões, e Wang, 2001, p.25).

No entanto, à semelhança dos restantes regimes ditatoriais da Europa, após este período inicial onde o Estado Novo aceita os novos modelos de arquitetura (Pereira, 1987, p.324) com a sua consolidação a partir da década de 1930, passa agora a surgir a necessidade "de utilizar a arquitetura como forma de expressão dos seus ideais: a autoridade, a disciplina e a ordem, por um lado, e, por outro, o culto da nacionalidade, da tradição e do mundo rural" (Rosas e Brito, 1996, p.62; Pereira, 1987, pp.323-358).

Muitos arquitetos iriam aderir nesta época de forma pacífica a esta linguagem, não só pela forma superficial com que tinham adotado o Movimento Moderno, mas também porque, como classe, viam pela primeira vez o seu trabalho valorizado e o número de encomendas a aumentar com o investimento nas obras públicas. Como tal, "não estavam motivados a oferecer resistência aos ditames oficiais, até porque a maioria apoiava ideologicamente o regime" (Pereira, 1997, p.35).

Aqui, José Marques da Silva possibilitaria novamente uma alternativa, agora não apenas no *atelier* da Praça Marquês de Pombal, mas também como docente na Escola de Belas-Artes do Porto, lecionando a 4ª Cadeira: Arquitectura Civil e da 8ª Cadeira: Construção. Na cadeira de Arquitectura Civil, tendo como base o currículo do Professor Sardinha, que substitui nesta cadeira, Marques da Silva iria acima de tudo trazer as lições aprendidas em Paris na *École des Beaux-Arts* e no *atelier* de Laloux (Moniz, 2011, p.96). Na 8ª Cadeira, de Construção, servir-lhe-á o conhecimento que terá aprendido com Ferdinand Louis Dutert, seu professor de Construção também naquela escola (Moniz, 2011, p.96). Desde o momento em que

38. Alfredo Viana de Lima



39. Agostinho Ricca

começará a lecionar na Escola de Belas-Artes do Porto (1906), José Marques da Silva irá adotar o modelo de ensino das *beaux-arts*, que lhe era tão familiar.

Nesse modelo, os alunos no primeiro ano de Arquitectura Civil estariam focados na cópia de estampas, de forma a aperfeiçoar e dominar não apenas o desenho mas também as proporções arquitetónicas, passando nos anos seguintes à "prática da composição arquitetónica e construção de edifícios" (Pires, 2012, p.133). Terminando o Curso Especial de Arquitectura, os alunos passariam ao Curso Superior, onde estariam mais livres, não sendo obrigatória a sua presença nem a inscrição imediata nos Concursos de Emulação. Assim, os alunos podiam conjugar trabalho em *atelier* com a realização dos concursos, podendo passar à Prova Final, quando obtivessem os pontos necessários nos mesmos (Moniz, 2011, pp.106-107).

Para José Marques da Silva, a planta iria ser a peça fundamental do trabalho de projeto (Cardoso, 1997, p.162), algo que traria também para as aulas que leciona e que iria incutir em todos os seus alunos: "David Moreira da Silva recorda a regra *beaux-arts* que Marques da Silva sempre repetia aos seus alunos, «a planta é tudo, uma boa planta dá sempre uma boa fachada»" (Moniz, 2011, p.96).

Na sala de aula, um grande espaço do convento de Santo António da Cidade, fazendo recordar os *ateliers* que teria frequentado em Paris, José Marques da Silva começaria a sua ronda ao fim da tarde passando e corrigindo os desenhos que os alunos, desde o início ao último ano do curso, teriam preparado para o Mestre ver (Moniz, 2011, p.111). Apesar da exigência e rigor no desenho da planta que iria impor aos seus alunos, será a visão de Marques da Silva das *beaux-arts* como um "processo de pensar" (Moniz, 2011, p.87), que permitiria aos seus discípulos o uso de referências e linguagens mais modernas nos seus trabalhos. Chegando a afirmar aos seus alunos, no final da década de 20[2]:

> "Nunca me preocupou o modo particular como cada aluno interpreta o assunto que tem a tratar. Deixo-lhe, nesse ponto de vista, a maior liberdade de ação. Mas não se pense que essa liberdade… é o arbítrio incondicional… No estudo da planta há a aplicação de toda a Arte e o conhecimento profundo do assunto a tratar, a fim de que ela corresponda, na sua aplicação, às necessidades a que tem de satisfazer" (José Marques da Silva *in* Moniz, 2011, p. 96).

[2] Discurso de José Marques da Silva na homenagem em sua honra, organizada pelos alunos da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1928.

40. Maria José Marques da Silva

Na Escola de Belas Artes do Pôrto

A Escola de Belas Artes do Pôrto, de prestígio e renome há muito consagrado, que se impõe pela gloriosa lista de Itens preeminentes nos criadas e pela ilustre pléiade de artistas e obreiros, compostos dos seus quadros, ocupa o número 57 da rua de Gonçalo Cristóvão. Maria José Marques da Silva, ilustre arquitecta portuense, pode-nos dizer, a sua maneira, que o seu gosto, o seu dever de verte as alunas do conservando estabelecimento de ensino artístico, donde saíram nomes femininos ilustres como o da saudosa pintora Aurora Ribeiro.

Pouco mais, as duas dependências de antigo edifício: Ópera de Cramer, as salas, arejadas e amplas, estão quási desertas. Alunas e alunas passeiam pelo arvoredo de velho claustro. Brilha, no centro, um repuxo de água cristalina no lago cercado de flores e de verdura. Pelaus pombas brancas, saltitando a relva, dando ao velho claustro um ar de paz e de sossego. Um pouco distanciado está o grupo de escolares: Maria José Marques da Silva, futura arquitecta; Maria Luísa Mendes Tudela, aluna de escultura; Elia Estrela e Aurora Ribeiro, que, ainda, não sabem que pretende aplicar-se em Gravura (ovas, sendo já ilustrado alguns para crianças.

Convocamos, As duas primeiras palavras são de descrição pelas próximas instalações em que funciona a escola:

— Chamar que se acumulam em tão pequeno espaço, a Escola de Belas Artes, e a de Alvares dos Santos — a Biblioteca Municipal e ainda um corpo de guarda que vila pelo precioso recheio da decadente construção. A escola fica apertada entre duas ruas, uma sub, aprisionada, para cúmulo. Tudo isso prejudica sobretudo o lado-mente da primeira. Nem sequer, o espaço, brigado com o estudante da Escola, mas a dela pessoa e nada fui bibe...

— É local para as novas instalações?

— Esta escolinha e aturmado, cerqueo que oficialmente, o edifício e jardim do

Em cima: Maria José Marques da Silva, aluna de arquitectura, à esquerda: Elia Estrela, aluna de escultura, à direita, na sala de pintura: Ao centro: Maria Luísa Mendes Tudela, escultora. Em baixo: Maria José Marques da Silva e Maria Luísa Mendes Tudela, no claustro, com o relicário de Mafra e bordados.

Apresenta vários pavilhões dispostos em torno de um jardim, que, gráficos e um mesmo acordeão a escola para estudo e exclarecimento do alunos. Dentro do novo projecto há condições de luz e outras requisitos

41. Na Escola de Belas Artes do Porto, Revista Modas e Bordados

Permitindo aqui uma convivência de dois modelos aparentemente contrários, o academismo das *Beaux-Arts* e o Moderno (Moniz, 2011, pp.24-25), possibilitando a esta geração da Escola de Marques da Silva formar um núcleo de resistência e "assegurar a continuidade entre os pioneiros do modernismo e as seguintes gerações de arquitetos modernos" (Pereira, 1987, p.335).

Arquitetos como Viana de Lima (1913-1991), que desde os tempos de escola iria adotar uma linguagem moderna e cujos trabalhos seriam mais tarde considerados "como obras fundamentais para a compreensão da Arquitetura Moderna Portuguesa" («Alfredo Viana de Lima», s.d.). Ou mesmo, os colegas de turma de Maria José Marques da Silva, Agostinho Ricca (1915-2010) e Cassiano Barbosa (1911-1998), que poucos anos depois se juntavam aos arquitetos fundadores da ODAM: Organização dos Arquitectos Modernos. Uma das peças fundamentais no I Congresso Nacional de Arquitectura (1948) para a "reconquista da liberdade de expressão dos arquitetos" (Pereira, 1987, p.347).

2.3. A ALUNA MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA

Quando entrevistada pela revista *Modas e Bordados*, Maria José Marques da Silva seria questionada sobre "a aplicação que pretende dar ao seu curso de arquitetura" (Marques da Silva, 1936, p.14). Maria José responde despreocupadamente a esta questão, que seria já recorrente:

> "Tem sido muito discutida esta minha vocação que muitos pretendem, ainda, ser apenas inerente ao homem. Não falando nas grades conceções: hospitais, maternidades, escolas e creches, onde há exigências que a sensibilidade feminina melhor compreende, a mulher, que pela sua condição natural procura cuidar com carinho e elegância do seu lar não será mais feliz concebendo e realizando a sua casa? Os pormenores mais íntimos devem ser considerados na arquitetura da habitação, logo na distribuição da planta. Quem melhor do que ela conhece as necessidades caseiras?" (Marques da Silva, 1936, p.14).

Apesar desta resistência ao desejo de Maria José Marques da Silva pretender estudar Arquitetura, um gosto que certamente terá cultivado no meio familiar (Pires, 2012, p.128), a sua entrada na Escola seria feita com alguma naturalidade. As mulheres estariam presentes há já vários anos nos cursos de Pintura e Escultura da

42. Maria José Marques da Silva,
colegas e Prof. Acácio Lino

43. Maria José Marques da Silva
e colegas em aula, 1934

EBAP, não sendo portanto estranha a sua presença na Escola. A forte influência de Marques da Silva quer na Escola de Belas-Artes do Porto, como diretor e professor; quer na própria cidade, como um dos arquitetos mais reconhecidos e respeitados do Porto, fariam também parte da forma descomplicada com que a sua filha iria frequentar o curso de Arquitetura.

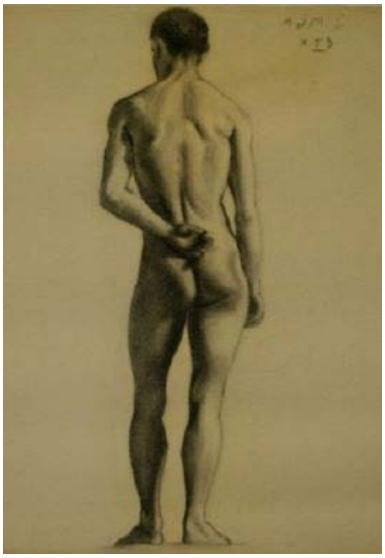
Maria José Marques da Silva, entre 1933 e 1943, irá então frequentar esta Escola de Belas-Artes do Porto, moldada pelos sucessos e dificuldades da Reforma de 1931, onde, como iremos ver, terá tido grande sucesso. Enquanto aluna das Belas-Artes do Porto, Maria José, iria partilhar a sala de aula com a geração de resistência que adivinhava mudanças profundas na arquitetura em Portugal (Pereira, 1987, p.335). Apesar disso, no consenso de autores como Maria do Carmo Pires (2012) e Gonçalo Canto Moniz (2011), os trabalhos escolares de Maria José Marques da Silva, contrariando a corrente das Belas-Artes do Porto, iriam submeter-se "à tradição clássica, não acompanhando a renovação de linguagens que entretanto se processava no *atelier* da Praça Marquês de Pombal" (Moniz, 2011, p.113).

No entanto, com presença em muitos outros momentos da sua vida, a influência do seu pai José Marques da Silva começava a fazer-se sentir desde muito cedo, resultando nos tempos de escola, numa abertura inicial ao movimento moderno, que Jorge Figueira irá reconhecer nos trabalhos da aluna (Figueira, 2019). Não só no esboço de nus para a cadeira de Desenho, mas também em trabalhos de Arquitectura Civil, onde o uso de cor iria conferir uma certa plasticidade a alguns dos seus trabalhos (Figueira, 2019). Maria José Marques da Silva acompanharia nos primeiros anos, ainda que timidamente, esta renovação de linguagens.

Após este momento inicial, os trabalhos escolares de Maria José Marques da Silva traduzem muito daquele que terá sido o seu contexto familiar, social, histórico e político. Passando para uma linguagem mais clássica e tradicional, numa época em que a expressão da Arquitetura começa a ser extremamente controlada de forma a responder às exigências políticas do Estado (Pereira, 1987, p.324). Assim, colocava-se desde muito cedo, de forma extremamente inteligente, a par da narrativa construtiva do Estado, como vimos muitos arquitetos nesta época fazerem, permitindo-lhe no futuro, juntamente com o seu marido David Moreira da Silva, construir obra durante mais de meio século.

Com um ano inicial comum aos três cursos da Escola (Arquitetura, Pintura e Escultura), onde se apostava na prática do Desenho e na introdução da História e da

44. Desenho de Nu



45. Desenho de Modelo Vivo

46. Estudo para Uma Casa Oficina
de um Artista Pintor, 1936

Matemática (Moniz, 2011, p.105), Maria José Marques da Silva, só começaria a ter cadeiras específicas de Arquitetura a partir do 2º ano letivo, de 1934/1935.

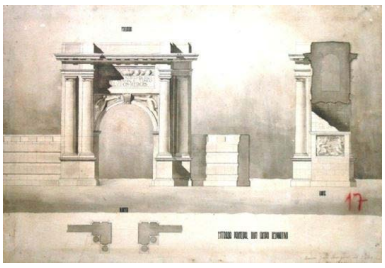
Em Arquitectura Civil, com José Marques da Silva, surgem programas dentro das preocupações do Estado Novo, como «Liceu», «Tribunal», «Estação de Camionetas» ou «Pousada», equipamentos e obras públicas em falta em todo o país. Numa tentativa de "formar os alunos como profissionais preparados para os desafios do seu tempo" (Pires, 2012, p.132).

Nestes, Maria José Marques da Silva iria maioritariamente adotar uma "gramática formal clássica, neorromânica e neogótica" (Pires, 2012, p.142). Como é possível verificar, por exemplo, nos seus trabalhos «Entrada Principal de um Campo Desportivo» (2º Ano, 1934/1935) onde as referências neoclássicas são absolutamente claras (Pires [a], 2012, p.118).Ou «Paços do Concelho» (4º Ano, 1936/1937), em que a influência de José Marques da Silva, a quem iria muitas vezes buscar referências diretas, se torna particularmente óbvia. Procurando aqui as linhas dos Paços do Concelho de Guimarães, "que evoca, pelo seu carácter, as antigas Casas das Câmaras Municipais, repletas de tradições da Idade Média, com a sua torre de menagem" (Cardoso, 1977, p.328).

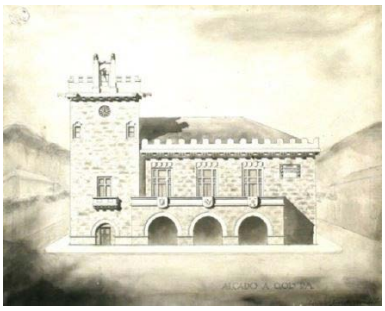
Iria ainda demonstrar um conhecimento importante de Construção e História, cadeiras em que sempre se terá distinguido, e que se traduziriam nos seus trabalhos de Arquitectura Civil em descrições detalhadas nas Memórias Descritivas dos respetivos trabalhos ou ainda nos desenhos de detalhes construtivos (Pires [a], 2012, pp.117-132).

À semelhança das cadeiras de Marques da Silva, Maria José, iria frequentar com proveito todas as restantes disciplinas do curso. Obtendo as suas melhores classificações, 18 valores, nas cadeiras de Ordens e Trechos Arquitectónicos (8ª Cadeira, 1ª Parte) e Arte Medieval e Moderna (9ª Cadeira, 2ª Parte). E a sua pior classificação, 14 valores, na cadeira de Topografia (14ª Cadeira, 3ª Parte) (Anexo 2).

Já no Curso Superior, receberia num Concurso de Emulação, em 1938, também na 4ª Cadeira de Arquitectura Civil, a classificação de 20 valores, 1ª Medalha, pelo trabalho «Um Museu Histórico» - Projecto de Grande Composição (4ª Parte) (Pires [a], 2012, p.101). Onde coexistem um grande pórtico de linguagem clássica, para lá serem "colocados baixos-relevos e estátuas da história da pátria", e uma torre de menagem de tradição neogótica. Uma clara exaltação do passado, tão cara à arquitetura estadonovista (Pires [a], 2012, p.129).



47. Entrada Principal de Um Campo Desportivo, 1934 / 1935



48. Paços do Conselho, 1936 / 1937

49. Um Museu Histórico, 1937 / 1938

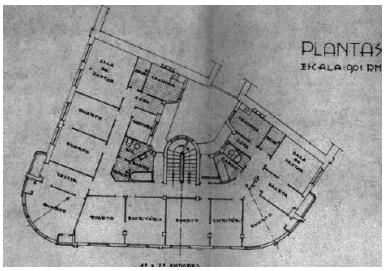
Terminando o Curso Superior em 1939, Maria José Marques da Silva iria realizar o seu tirocínio no *atelier* do seu pai, José Marques da Silva, até ao ano de 1943. Aí, iria dirigir *in loco*, sob a sua orientação, a construção de um Prédio de Rendimento nas ruas D. António Barroso e Barjona de Freira, em Barcelos («*Curriculum Vitae*», 1977, p.1).

Realizando um projeto para um objeto complexo de gaveto, que pai e filha iriam resolver com mestria através da curva que marca a fachada, "salientando a sua localização privilegiada sem ter necessidade do recurso a uma monumentalização por via decorativa" (Fernandes, 2017, p.1). Nos seus quatro andares, o rés-do-chão seria destinado a escritórios comerciais e os restantes a habitação, com a particularidade do terceiro e último andar ser recuado, criando uma varanda a toda a volta. "A presença deste elemento destacado torna a composição vertical do edifício num esquema tripartido, de raiz clássica, típico dos sistemas de composição *Beaux-Arts*" (Fernandes, 2017, p.1).

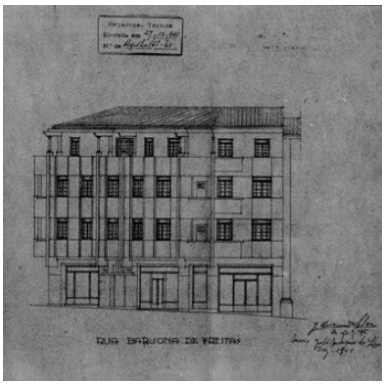
Apesar desta continuidade com os seus modelos de ensino, notamos que a linguagem do edifício acaba por ser já bastante depurada, sem chegar no entanto a ser moderna. Assim, optou-se por uma linguagem de aproximação ao sistema construtivo (lajes e pilares de betão com paredes em pedra), que iria marcar o ritmo leve que caracteriza a fachada (Fernandes, 2017, p.1). Em planta, vemos o rés-do-chão dividido em quatro grandes espaços de loja/escritório e *hall* de entrada. As habitações, distribuídas duas em cada um dos 1º, 2º e 3º andares, estão organizadas através de um corredor central. Este divide entre a fachada principal e o logradouro, respetivamente, as zonas de estar (sala de jantar, quartos e escritório) e as zonas de serviços (casas de banho e cozinha).

Aqui Maria José conseguirá familiarizar-se com todo o processo de execução de uma obra: desde o contacto com o cliente; à sua conceção (desenhos e memória descritiva); passando pelo contato com os poderes locais; à construção da obra, onde realiza o caderno de encargos e é responsável pela direção da mesma, sendo capaz de resolver problemas no local (Pires, 2012, p.141). Isto permitir-lhe-á adquirir "uma prática profissional caracterizada por uma ação dinâmica e pragmática na concretização da obra" (Pires, 2012, p. 41) que levará consigo para o futuro.

Terminado o Tirocínio, Maria José Marques da Silva iria, em finais de Março de 1943, fazer um requerimento à Escola de Belas-Artes do Porto para prestar as Provas Finais para a obtenção do «Diploma de Arquitecto»[3]. Da sua Prova Final - *A*



50. Prédio Barjona de Freitas,
Planta do 1º e 2º Andares



51. Prédio Barjona de Freitas,
Fachada Principal

52. Maria José Marques da Silva a defender
trabalho final de curso CODA, 1943

Casa-Oficina das Rendilheiras em Vila do Conde - apesar de não haver registos do trabalho, ficou o programa que Maria José Marques da Silva teria elaborado para o mesmo.

Um programa bem ao gosto da Arquiteta, "sobre uma interessantíssima indústria feminina do País", onde, após uma contextualização do tema, baseada no desenvolvimento que o Estado pretendia dar à arte, se propõe a construir um pequeno e agradável conjunto com oficinas, casa de exposições e vendas, e casa de assistência do pessoal (Pires [a], 2012, p. 139). Um tema pertinente já que, para além de tradição, a renda representava uma fonte de rendimento significativa e ocupava a maioria das trabalhadoras femininas de Vila do Conde. Maria José Marques da Silva iria ter as preocupações das mesmas em conta, criando por exemplo, uma creche destinada aos filhos das operárias (Pires [a], 2012, p. 139).

Defenderá a prova, em sessão pública, em Junho de 1943, onde será distinguida com a alta classificação de 18 valores. Receberá o seu diploma de Arquitetura, a primeira mulher a fazê-lo na Escola de Belas-Artes do Porto e a segunda em todo o país. Um "admirável exemplo para outras senhoras, que, porventura, estejam amarradas à timidez e preconceitos impróprios do século XX" (Pires [a], 2012, p.104).

CAPÍTULO 3

O *ATELIER* MOREIRA DA SILVA / MARQUES DA SILVA, 1943 - 1994

53. Casamento de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva

54. Saída da Igreja, Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva

3. O *ATELIER* MOREIRA DA SILVA / MARQUES DA SILVA, 1943 - 1994

> "Em 06/09/1943, [Maria José Marques da Silva] casou com o arquiteto David Moreira da Silva, com quem passou a ser coautora, ativa e efetivamente, dos [...] projetos de edifícios, monumentos e anteplanos de urbanização e Técnica Responsável de todas as obras executadas sob a direção do casal" («*Curriculum Vitae*», 1977, p.3).

Praticamente desde o momento em que a arquiteta recebe o seu Diploma da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, a 17 de Agosto de 1943, até à sua morte, a 13 de Maio de 1994, o *atelier* partilhado por ambos[1], iria produzir mais de uma centena de obras, num espaço geográfico bastante alargado. Começariam por trabalhar no início da sua carreira sobretudo em obras de cariz urbano, maioritariamente fora de Portugal continental, já que David Moreira da Silva era à data um dos únicos arquitetos portugueses com formação em urbanismo (Lobo, 1995, p.40).

No entanto, é no litoral norte de Portugal que a maioria da obra do *atelier* se encontra edificada, em cidades como Braga, Maia, Guimarães ou Barcelos, com especial relevância para a cidade do Porto, onde o *atelier* estava sediado[2]. Dentro deste vasto leque de obras, o «*Curriculum Vitae* de Maria José Marques da Silva» (Julho de 1977), onde a arquiteta revisita os momentos mais importantes da sua carreira até à data, tornar-se-ia num primeiro momento um documento fundamental para a elaboração deste trabalho (Anexo 3).

Neste documento, após uma breve biografia onde a arquiteta revê o seu percurso académico e enumera os congressos, visitas de estudo e outras atividades relevantes em que terá participado, Maria José Marques da Silva faz uma listagem das obras que considera mais significativas para o *atelier*, tornando-se assim o ponto de partida da minha investigação.

---

[1] Apesar de David Moreira da Silva começar o seu trabalho como urbanista no início da década de 40, para os propósitos desta investigação, consideramos o casamento (1943) e a morte de Maria José Marques da Silva (1994) como as datas de início e fim do *atelier* partilhado pelos dois arquitetos.
Uma vez que muito do trabalho de David Moreira da Silva nestes anos iniciais se irá estender ao *atelier* de ambos, no «Anexo 3: Lista das Obras do *Atelier*», indicou-se, quando necessário, a primeira fase do trabalho da autoria do arquiteto.

[2] O *atelier* de David Moreira da Silva e de Maria José Marques da Silva passaria por três espaços durante a sua existência. De 1943 a 1954, estaria situado na Praça Marquês de Pombal. De 1954 a 1970, no Palácio do Comércio (Rua Sá da Bandeira, nº481, 2º Esq.). E finalmente, de 1970 a 1994, na Torre-Miradouro (Rua da Alegria, nº582, 6º Esq.) (Pires, 2012, p. 187).

55. Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva em viagem

56. Fotografia de Grupo, 1º Congresso Nacional de Arquitectura, 1948

57. David Moreira da Silva no Ministério da Educação Nacional, 1957

Optou-se por estruturar essas obras segundo temas que se tornaram fundamentais para fazer uma síntese do trabalho do *atelier*, de forma a compreender não apenas o alcance da obra de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, mas principalmente a evolução da sua linguagem arquitetónica ao longo do tempo.

Começando no «Planeamento Urbano», a atividade mais significativa do início das suas carreiras, faz-se uma passagem pelos anteplanos mais relevantes da autoria do casal, assentes na teoria urbanística da cidade-jardim que sempre iriam adotar. No campo da Arquitetura, organizam-se cronologicamente os quatro grandes temas que iriam definir a obra de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva. Por um lado, a «Arquitetura Religiosa» e a «Conclusão das Obras do Mestre José Marques da Silva», duas áreas de grande importância quer pelo seu peso temporal quer pelo seu peso simbólico. Por outro, os temas que estruturam a restante obra do casal e denotam a evolução no pensamento do *atelier*, onde a «Arquitetura do Estado Novo» irá dar lugar, já no final da sua carreira a «Sinais de Algum Modernismo».

3.1. PLANEAMENTO URBANO

Após as colaborações com Étienne de Gröer nos Planos de Urbanização de Coimbra (1940) e Luanda (1941-1942), David Moreira da Silva era convidado para realizar os planos de Gabela (1943-1945) e vários projetos de melhoramentos na cidade do Funchal (1943-1948). Assim, tendo já iniciado a sua parceria, Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, partem em lua-de-mel e trabalho, nesse mesmo ano para a Madeira e Angola (Pires, 2012, p.195).

Numa época de grande investimento no planeamento urbano e simultaneamente grande de falta de profissionais, o casal iria realizar em paralelo anteplanos em vários outros núcleos urbanos, encontrando-se em 1945, a título de exemplo, a trabalhar nos núcleos de Gabela, Aveiro, Barcelos, Guimarães e Amares. David Moreira da Silva e Faria da Costa (1906-1971), os dois únicos portugueses com formação em urbanismo, teriam sido parte da aposta do então Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco (1900-1943),

58. Faria da Costa

59. David Moreira da Silva

> "[na] formação de portugueses na área específica do urbanismo em universidades estrangeiras com a esperança de que os conhecimentos adquiridos permitissem a criação de uma corrente de pensamento urbanístico em Portugal" (Afonso, 2017, p.33).

David Moreira da Silva traria consigo a influência francesa do *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (IUUP) e os ensinamentos das colaborações com Étienne de Gröer, que mais tarde transmitiria como docente na Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

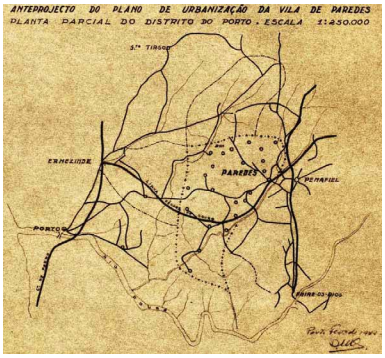
Convidado pelo diretor da Escola, David Moreira da Silva tornava-se docente da 16ª Cadeira: Projectos e Obras de Urbanização em 1946, e mais tarde, entre 1948 e 1961, professor interino da cadeira de Urbanologia (Afonso, 2017, p.61). Teria como base os princípios da cidade-jardim de Ebenezer Howard, mas desta, à semelhança do que acontecia com Étienne de Gröer e muitos outros urbanistas, David Moreira da Silva retiraria o desenho resultante, em vez do reformismo social que Ebenezer Howard pretendia (Lobo, 1995, p.52).

Aproximava-se mais das experiências de Raymond Unwin e Barry Parker dos subúrbios-jardim (Afonso, 2017, p.67), onde as vantagens do campo eram conjugadas com as redes de intercâmbio sociais da cidade (Afonso, 2017, p.37). David Moreira da Silva defendia que:

> "Uma população ativa apenas vivia em boas condições de saúde moral, espiritual e física quando dispunha dos lugares de trabalho, recreio, abastecimento, cura e repouso necessários, bem como vias de comunicação correspondentes às suas necessidades, e era neste contexto que surgiam os seus Planos Gerais de Urbanização" (Afonso, 2017, p.65).

Enquadravam-se nesta filosofia os desenhos da cidade-jardim, que permitiam uma clara separação entre as zonas de descanso necessárias, satélites à cidade central (local de trabalho e comércio), mas ligadas a esta por transportes rápidos. Adicionalmente, a cidade-jardim deveria ser marcada por amplas zonas verdes, quer de separação entre a cidade central e os seus satélites, quer dentro destas como locais de lazer. Este desenho, segundo Étienne de Gröer, seria depois adaptado a cada núcleo urbano:

> "[Conforme] a importância administrativa e cultural da cidade, o seu comércio e a sua indústria, as suas vias de acesso (caminho de ferro, estradas, rios e aeroportos), as suas



60. Anteprojeto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, 1942

61. Anteplano de Urbanização da Vila de Paredes, 1944

> comunicações interiores, o seu clima, os seus ventos dominantes, as características do seu solo e subsolo, as riquezas naturais da sua região, as suas riquezas artísticas e históricas, a composição da sua população, a habitação desta, as condições da sua existência, seu estado sanitário, etc." (Gröer, 1945-1946, p.47).

No entanto, após esta leitura crítica dos núcleos a trabalhar, surgiam nos Planos Urbanos de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva os princípios constantes que definiam este pensamento urbano e o seu método de planeamento das cidades, baseado na cidade-jardim (Afonso, 2017, p.259).

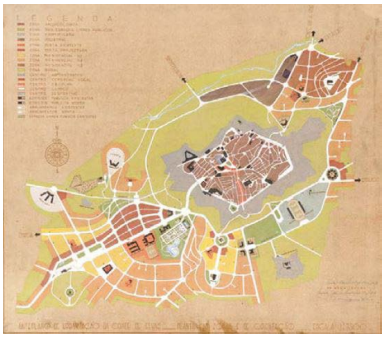
O mais marcante seria talvez a tentativa de desurbanização dos núcleos urbanos. Esta concretizar-se-ia quer através de demolições pontuais e necessárias na edificação já existente, depois de assegurado que teriam pouco ou nenhum valor patrimonial, cultural ou social; quer, mais significativamente, no planeamento das zonas de extensão. Assim eram desenhadas estas novas zonas caracterizadas por edificações de baixa densidade, com apenas um ou dois pisos, devidamente espaçadas entre si por amplas zonas verdes, e dimensionadas de acordo com a classe social para a qual a zona residencial se destinava (Afonso, 2017, p.259).

Tomando como exemplo o Anteplano de Urbanização de Paredes (1944-1945), nas novas zonas de expansão, circundando a cidade, surgiam três zonas distintas de habitação: H1 - destinadas a famílias abastadas, com moradias unifamiliares divididas por amplos talhões; H2 - destinadas à classe média com talhões menores destinados a casas isoladas ou geminadas; e, por último, H3 - destinado à classe operária, com pequenos talhões destinados a moradias em banda (Afonso, 2017, p.143).

Notamos aqui um outro conceito fundamental do planeamento urbano que David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva adotaram - o Zoneamento. Este dividia o núcleo urbano por zonas, de acordo com a função a que se destinavam, atribuindo um regulamento a cada uma delas de forma a definir as suas características, como a ocupação do solo, altura permitida, equipamentos permitidos e outros (Afonso, 2017, p.47).

As fundamentais seriam a Zona Industrial, Zona Comercial e Cívica, Zonas de Habitação, Espaços Livres e Zona Rural. No entanto, dependendo do núcleo urbano, poderiam surgir outras zonas, como o Centro de Desportos no plano que vimos anteriormente ou a Zona Arqueológica do Anteplano de Urbanização de Elvas

62. Esboceto, Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas, 1945



63. Anteplano de Urbanização da Cidade de Elvas, 1949

(1945-1950), que tinha como objetivo a preservação e valorização do edificado de valor patrimonial (Afonso, 2017, p.79).

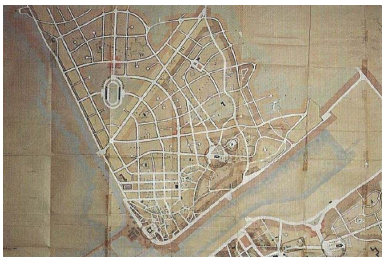
O espaço verde, na forma de Espaço Livre e Zona Rural, compreende outro aspeto fulcral do conceito da cidade-jardim. Assim, eram pré-definidas as áreas onde a construção era expressamente proibida de forma a garantir não só a preservação do ar puro e zonas de lazer no centro da cidade, como também zonas agrícolas, que contornavam a zona edificada, garantindo a saúde e a subsistência da mesma (Afonso, 2017, p. 67).

A Malha Urbana, o último destes princípios, deveria ser apropriadamente dimensionada em relação a cada zona e à importância de cada arruamento. Por um lado, com grandes avenidas, como eixos de entrada ou saída nas cidades ou ligações entre dois pontos importantes da mesma. Por outro, como acontecia por exemplo no Anteplano de Urbanização de Matosinhos (1943-1956), onde a malha urbana retilínea é subvertida, dando lugar a uma outra propositadamente orgânica e de linhas curvas e sinuosas, de forma a criar impasses e isolar as zonas residenciais (Mendes, 1999, p.109).

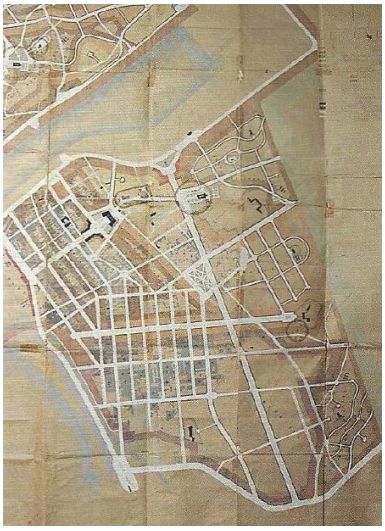
Este interesse e investimento do Estado Novo no Planeamento Urbano, protagonizado na figura de Duarte Pacheco, que "tinha em mente a transformação do país pela efetiva criação de uma imagem urbana com que o regime se identificasse" (Lobo, 1995, p.35), permitiria ao casal trabalhar em cerca de trinta planos ao longo da sua carreira, em dezanove núcleos urbanos (Afonso, 2017, p.5).

Estes Planos de Conjunto, para além de ordenar os aglomerados, tinham como objetivo desenvolver o país e as infraestruturas necessárias para a sua modernização, como saneamento, equipamentos, habitação, arruamentos ou parques (Lobo, 1995, p.36). No entanto, as imensas dificuldades que o Planeamento Urbano em Portugal iria sentir, desde a morte prematura de Duarte Pacheco, à falta de profissionais formados em Urbanismo, bem como a falta de Plantas Gerais dos locais de intervenção ou legislação necessária (Lobo, 1995), fariam com que muitos dos Anteplanos sofressem grandes atrasos, acabando na sua grande maioria por não ter muitas aplicações práticas.

No caso dos Anteplanos de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, notar-se-ia a influência dos seus desenhos apenas no desenvolvimento de pequenas áreas dos aglomerados em questão. Ficando, para além de alguns edifícios ou arruamentos executados nos locais indicados pelo casal, principalmente a



64. Anteplano de Urbanização de Matosinhos, Zona Norte



65. Anteplano de Urbanização de Matosinhos, Zona Sul

definição de zonas (Afonso, 2017, p.255). Apesar disso, a realização dos anteplanos acabaria por ocasionalmente abrir portas ao *atelier* para diferentes trabalhos de consultadoria e arquitetura, quer nas Câmaras Municipais e Juntas Locais, quer por encomenda de clientes privados. O percurso do *atelier* no urbanismo:

> "apesar das questões burocráticas ou imposições ministeriais, não deixa[ria no entanto] de ter um cunho pessoal e uma linha contínua de pensamento no que diz respeito ao planeamento da organização e desenvolvimento de cada aglomerado urbano" (Afonso, 2017, p.63).

Uma interpretação que também é de alguma forma notória no desenvolvimento das obras de arquitetura do *atelier.* Embora estas, à semelhança dos Planos Urbanos, sejam igualmente influenciadas, ou subjugadas, de forma extremamente óbvia pelos ideais estéticos do Poder Central (Pires, 2012, p.188).

No Urbanismo, a prevalência do modelo da cidade-jardim iria caminhar a par com o conservadorismo e classismo do Estado Novo (Portas, 1973, p.728). No entanto, na Arquitetura, o coincidir do investimento nas obras públicas com o surgir da Arquitetura Moderna, iria permitir no final dos anos 20 em Portugal experiências marcadamente modernistas (Pereira, 1987, p.323).

Um paradigma rapidamente subvertido, com a consolidação do poder do autodeterminado Estado Novo, que à semelhança dos restantes poderes fascistas da Europa, começa a perceber o potencial da arquitetura como instrumento de propaganda da imagem do Estado (Sebastião, 2013, p.3).

3.2. ARQUITETURA DO ESTADO NOVO

Imposta, sistemática e implacavelmente ao longo desta época, ainda que "nos moldes suaves e discretos que caracterizaram o fascismo português" (Pereira, 1987, p.337), a Arquitetura do Estado Novo iria, através dos seus modelos revivalistas, efetivamente substituir as primeiras tentativas de uma Arquitetura Moderna em Portugal.

Quando na década de 1940, Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva iniciavam obra no seu *atelier*, estava já imposto um novo modo de fazer Arquitetura, que se iria tornar um modelo comum na encomenda privada

66. Palácio do Comércio, 1953

67. Palácio do Comércio, Torreão

68. Palácio do Comércio, Projeto de Viana de Lima, 1943

e praticamente obrigatório nas encomendas do Estado, que tinha o poder de determinar a aprovação dos projetos (Rosas e Brito, 1996, p.62). Seria então possível testemunhar nas suas obras a dicotomia que autores como Nuno Teotónio Pereira (1987; 1997) e José Manuel Fernandes (2003) identificaram nesta Arquitetura do Estado Novo.

Por um lado, procurava-se um contrariar da Arquitetura Moderna através de modelos historicistas e regionalistas da arquitetura tradicional portuguesa. Por outro lado, "não é esquecida a questão de Lisboa ser a capital de um Império, com função administrativa e agregadora dos povos de aquém e além-mar, e por isso, necessitar da criação de uma imagem com um carácter monumental e expositivo" (Sebastião, 2013, p.17).

Surgem então dois modelos predominantes de fazer arquitetura nos paradigmas do Estado Novo, uma arquitetura monumental que pretendia ser representativa do poder do Estado e da sua autoridade. E outra, caracterizada pela procura de elementos regionais, nacionais e históricos que cultivassem um sentido mais tradicional e ruralizante (Rosas e Brito, 1996, p.62; Pereira, 1987, pp.323-358).

Nesta dicotomia, o Palácio do Comércio no Porto (1940-1954) surge como a obra de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva que mais significativamente representa esta faceta monumental da arquitetura estadonovista, englobando numa única obra os aspetos fundamentais de definiriam a Arquitetura Monumental das obras do *atelier*. Encomendada por Delfim Ferreira, a obra vem na sequência de uma iniciativa da Câmara Municipal do Porto para a reestruturação da Avenida Sá da Bandeira. Aqui, eram estabelecidos logo à partida uma série de pré-requisitos, como a ocupação do quarteirão, a cobertura em terraço ou telhado de quatro águas e o revestimento a granito no rés-do-chão e primeiro andar que asseguravam uma nova imagem que se procurava para a cidade (Pires, 2012, pp.324-325).

Um primeiro estudo, datado de 1940, desenhado por David Moreira da Silva, transmitia já todas estas preocupações. Ocupando todo o quarteirão, o seu interior era dividido em três pátios arborizados completamente separados entre si. Na fachada, apesar da leitura mais horizontal que os vãos dão a este projeto inicial, podemos ver já princípios que o casal mais tarde iria retomar na sua obra (Pires, 2012, pp.313-369).

Surge, em 1943, um projeto de Alfredo Viana de Lima também para o Palácio

69. Palácio do Comércio, Pátio

70. Palácio do Comércio, Cobertura Terraço

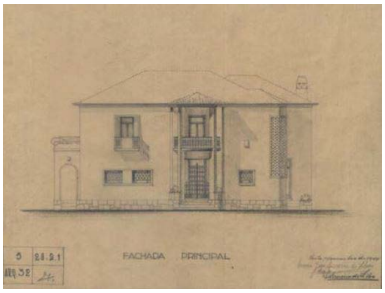
71. Palácio do Comércio, Ruas Fernandes Tomás e Bolhão, 1953

do Comércio, com uma linguagem completamente distinta do projeto de David Moreira da Silva, onde as influências da arquitetura estadonovista são substituídas pelos modelos da Arquitetura Moderna Internacional (Pires, 2012, pp.313-369). No projeto de Viana de Lima, é possível ver o quarteirão definido por dois grandes volumes envidraçados. A linguagem é claramente *corbusiana*, definindo uma nova imagem, mais depurada e funcionalista, de expressão dos novos materiais e tecnologias: o vidro, o ferro e o betão armado (Pires, 2012, pp.313-369).

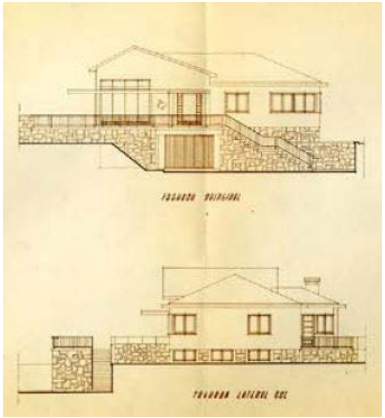
No contexto do início da década de 1940, ainda que não exista um registo do que terá ocorrido, podemos conjeturar as razões pelas quais este projeto não terá sido executado. Deste modo, Delfim Ferreira, através de José Moreira da Silva, com o qual mantinha já uma longa relação profissional, encomenda o Palácio do Comércio ao filho e nora deste (Pires, 2012, p.340). David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva iniciariam um período de trabalhos em que, chegando mesmo a coincidir com os primeiros anos da construção, tentavam definir em colaboração com o cliente aquele que seria o programa, continuando a explorar a tipologia do edifício quarteirão e a imagem que se procurava para o Palácio do Comércio (Pires, 2012, pp.313-369).

Este seria um aspeto particularmente importante. Já que, caracterizada muitas vezes como uma arquitetura de fachada, na vigência do Estado Novo, a imagem, complexa e decorada que se atribuía aos edifícios, era muitas vezes carregada de uma mensagem que se pretendia transmitir (Sebastião, 2013, p.43). No Palácio do Comércio, a linguagem de influência *art déco* iria definir o edifício que conhecemos hoje em dia. Surgindo num primeiro olhar como uma massa sólida e impenetrável, o edifício iria seguir o modelo clássico de tripartição da fachada, um tema que surgia já no primeiro projeto de David Moreira da Silva e em muitas outras obras do *atelier* (Pires, 2012, pp.313-369). Vemos o embasamento forrado a granito polido, interrompido apenas com montras ou pesadas portas de bronze que dão entrada no edifício. Separados por uma pala do rés-do-chão, os andares de serviços e habitação, apesar de forrados com o mesmo material, apresentam já um contraste de cheios e vazios, côncavos e convexos, num jogo de geometrias que, juntamente com o restante grafismo (*lettering*, estátuas e pérgulas), definiam o seu estilo *art déco* (Pires, 2012, pp.366-367).

Inseparável da imagem do Palácio do Comércio surgem ainda na fachada principal o torreão, onde os colunelos que se estendem ao restante edifício, juntamente



72. Casa Paiva Brites, Funchal, Madeira



73. Quinta da Balsa, 1960

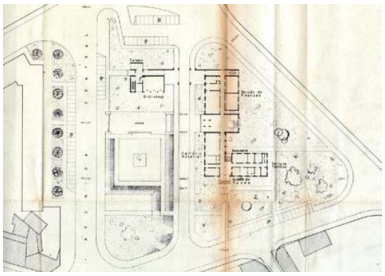
com a pérgula na cobertura, ajudam a definir a verticalidade e monumentalidade do mesmo. Uma cenografia, que escondia o sistema construtivo em betão armado, material que se tinha vindo a tornar cada vez mais popular a partir dos anos 30. Um progresso construtivo irónico quando comparado ao retrocesso estilístico que assolava o país (Fernandes, 2003, p.154). Assim, é principalmente na fachada que se lê esta influência da arquitetura estadonovista, uma arquitetura de sobrevalorização do alçado, sobrecarregado de simbolismos, quase reduzida a cenografia (Pereira, 1987, p.328).

Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva chegam a uma solução final com apenas um pátio ajardinado ocupando todo o interior do edifício quarteirão. Onde, dividindo-se em dez pisos, o programa segue as exigências da Câmara Municipal do Porto, com garagens nos pisos subterrâneos; o rés-do-chão desdobrado em restauração e comércio; o primeiro e segundo andares de escritórios; e os restantes pisos oferecem oito moradias em cada andar.

O Palácio do Comércio, surgia assim como uma obra de referência do *atelier* de uma Arquitetura de Poder. Um produto da evolução urbana da cidade, das exigências do poder municipal e da vontade de Delfim Ferreira. Este último, que pretendia claramente uma obra de destaque. Afirmando-se nas novas construções da Avenida Sá da Bandeira, por um lado, através da sua dimensão e, por outro lado, pelos nobres e ricos materiais com que foi construído («Memória Descritiva» *in* Pires [b], 2012, p.367).

Testemunhos opostos da Arquitetura do Estado Novo - uma arquitetura tradicionalista portuguesa - no *atelier* de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva surgem principalmente com as habitações unifamiliares. Que, segundo os modelos estadistas, privilegiavam um lado mais rural e tornavam-se as principais manifestações desta outra faceta da Arquitetura do Estado Novo (Rosas e Brito, 1996, p.62; Pereira, 1987, pp.323-358).

O projeto da moradia para o engenheiro Vasco Paiva Brites, na Avenida do Infante no Funchal (1944-1947), apesar de não construído, seria o primeiro destes exemplos. À semelhança de obras posteriores, como as Moradias Unifamiliares na Quinta da Balsa (1960 e 1975), apresenta muitos dos elementos típicos desta arquitetura. Nelas, é possível observar a cobertura em telha, as paredes pintadas de branco e pedra característica do local no embasamento e nas molduras dos vãos. Também no exterior, o alpendre coberto e os portões e, quando aplicável, as guardas



74. Paços do Conselho de Valongo,
Projeto, 1964

75. Paços de Conselho de Valongo,
Fachada Principal, 1970

76. Padrão Comemorativo do 1º Centenário
da Vila de Matosinhos, 1953

das varandas em ferro forjado (Fernandes, 2003, p.168).

No caso particular do projeto da Moradia no Funchal, vemos ainda um pórtico de entrada semicircular, definido por quatro colunas que suportariam uma varanda no primeiro andar, bem como a cobertura, mais uma vez, em telha. Um regresso aos modelos de 'antigamente' e 'tipicamente portugueses' que se queriam privilegiar, "com o seu cortejo de beirais, arcos, grelhas cerâmicas, ferros forjados e canteirinhos" (Fernandes, 2003, p.34).

A única exceção à tipologia das habitações unifamiliares neste tipo de arquitetura mais tradicional será o Anteprojeto dos Paços do Concelho na Praça do Município em Valongo (1961-1971). Mais uma vez, assinalando a dicotomia entre uma capital de estado monumental e um resto do país ruralizado, de volta às suas raízes vincadas na arquitetura tradicional portuguesa. Apesar disso, nos desenhos iniciais de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, datados de 1964, conseguimos ver já indícios de uma planta mais funcional, com parte do edifício de cobertura plana e linhas mais depuradas.

No entanto, com a revisão do projeto em 1970, vemos estes elementos desaparecerem completamente e o projeto regressar à linguagem estadonovista. Assim, surge um edifício de forte expressão horizontal, apenas quebrada pela torre do relógio, elemento característico deste tipo de projetos, cujo *partido plástico* apresenta as preocupações regionalistas que nesta época vemos associadas à arquitetura tradicional portuguesa. Assim, o casal sugere materiais de revestimento tradicionais, como reboco caiado ou mosaico de tons claros nas paredes, que iriam contrastar com o preto da ardósia de produção local, sugerida no revestimento da cobertura («Memória Descritiva» *in* Pires [b], 2012, p.117).

Um modelo tradicional que iríamos ver ainda, anos mais tarde, na adaptação da casa dos pais de David Moreira da Silva (1990) - José Moreira da Silva e Lucinda Alves da Silva - num infantário e centro de dia para idosos (Pires [b], 2012, p.216). Uma obra igualmente caracterizada por estes tradicionalismos, mesmo vários anos após a queda do regime.

Vale ainda a pena mencionar três pequenos monumentos da autoria do casal. O Monumento ao Dr. Lourenço Peixinho (1950) e o Monumento a Gustavo Ferreira Pinto Bastos (1952), ambos em Aveiro, e ainda, o Padrão Comemorativo do 1º Centenário da Vila de Matosinhos (1953). Que apesar da sua pequena dimensão, não deixam de transmitir também as preocupações estéticas do Poder Central no

77. Monumento ao Dr. Lourenço Peixinho, Aveiro, 1950

78. Monumento a Gustavo Ferreira Pinto Bastos, Aveiro, 1952

uso de materiais tradicionais e, no caso deste último, o grafismo nacional com o brasão de Matosinhos (Pires [b], 2012, pp.251-256).

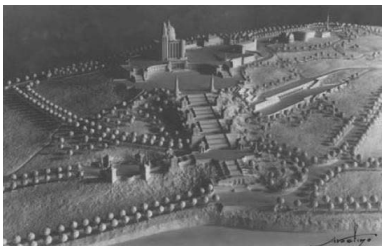
Neste contexto, é impossível afirmar se David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva terão aceite de forma pacífica, quer pelo seu contexto social, quer pela sua formação *beaux-arts,* as imposições do Estado Novo. No entanto, conseguimos perceber o peso que essas imposições teriam na sua obra. No meio de uma burguesia abastada e de um núcleo de arquitetos fortemente ligado ao poder municipal, para quem iam principalmente trabalhar, vemos a obra do casal responder com mestria às dicotomias monumentalista / tradicionalista a que o clima político obrigava. Marcando de forma muito significativa, apesar das experiências timidamente modernas a que tínhamos já assistido nos anos de formação e que iríamos voltar a ver já no final de carreira, a linguagem do *atelier* de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva e as obras produzidas desde o início da parceria do casal até aos anos 1960.

3.3. ARQUITETURA RELIGIOSA

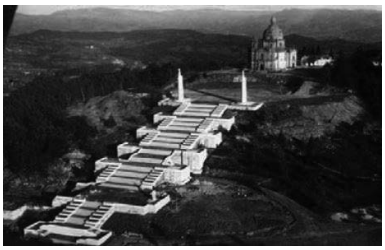
De modelos também eles tradicionalistas, as obras da Igreja nesta época iriam igualmente abraçar os paradigmas estabelecidos pelo Estado Novo. Como tal, caracterizam-se principalmente por uma "estilização medievalista, de mistura com elementos barrocos" (Rosas e Brito, 1996, p.62), mas onde será possível testemunhar as influências de outros diferentes períodos históricos.

No Porto, Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva iriam desenhar duas peças na Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, na Praça Marquês de Pombal: a Vedação e o Adro da Igreja (1951-1953), e ainda o Patronato dos Pobrezinhos (1952-1961). O segundo, um edifício destinado ao acolhimento e educação de crianças desfavorecidas (Pires [b], 2012, p.329), uma obra que se distingue por ser a única de carácter escolar / educativo que o *atelier* iria realizar.

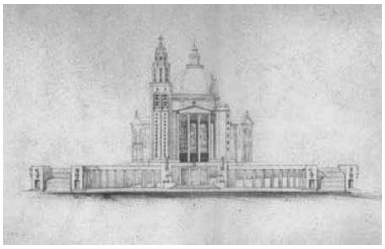
No entanto, a obra mais significativa, quer em dimensão, quer em duração temporal, seria o complexo da Nossa Senhora da Conceição do Sameiro (1948-1978). Um lugar de peregrinação há já vários séculos, onde os arquitetos iriam trabalhar durante mais de trinta anos, entre a década de 40 e 80. Localizado num local remoto, de grande altitude e difícil acesso, construía-se este templo, à semelhança de outras



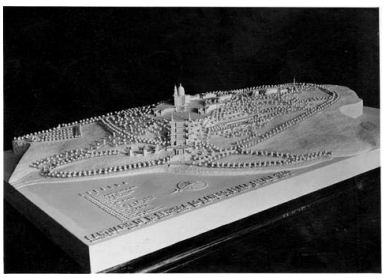
79. Santuário da N.ª Sr.ª da Conceição,
Monte Sameiro, Projeto



80. Santuário da N.ª Sr.ª da Conceição,
Monte Sameiro



81. Santuário da N.ª Sr.ª da Conceição,
Monte Sameiro, Igreja



82. Santuário da N.ª Sr.ª da Conceição,
Monte Sameiro, Maquete

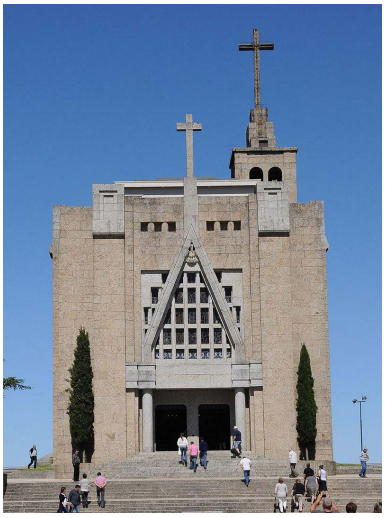
obras religiosas de grande dimensão, a partir de uma igreja monumental, escadório, grandes espaços exteriores destinados a albergar multidões, monumentos, parques de lazer, locais destinados ao turismo, acessos e outras dependências necessárias (Pires, 2012, p.384).

Os desenhos de anteplano de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, datados de 1947, previam já todos estes elementos, que viriam a ser construídos ao longo das décadas seguintes. Focando-se principalmente na resolução do acesso ao Monte Sameiro, que se afigurava como o maior problema do complexo naquela data (Pires, 2012, p.388).

De todas as obras propostas neste momento (Anexo 4), apenas o Grande Hotel, a Colónia Infantil, o Hospital e as Catorze Capelas destinadas ao Escadório Monumental não iriam ser realizadas (Pires, 2012, p.390). Das restantes, destaco três elementos que me parecem fundamentais. Num primeiro momento, a construção das Capelas Laterais (1949-1952), uma ampliação à igreja existente, onde os Arquitetos optaram por manter a linguagem neoclássica imortalizada no granito do edifício. Acompanhada da renovação da fachada principal, onde estes elementos clássicos se misturam com a linguagem barroquizante das torres sineiras. Um ecletismo natural não só deste período, mas também deste tipo de obras, onde frequentemente se iam buscar referências aos temas medievalistas gótico-românicos, às formas neo-setentistas e mais raramente a estes temas classicizantes (Fernandes, 2003, p.35).

A Escadaria Monumental (1953-1964), seria também ela um elemento de grande importância. Respondendo aos temas das obras religiosas em que o difícil acesso e a longa caminhada fazem parte da simbologia de passagem de um lugar terreno a um espaço sagrado (Pires, 2012, p.383). Aqui, em combinação com o acesso rodoviário e a chegada associada ao Adro e à Esplanada, os dois elementos de todo o projeto que iriam sofrer mais alterações, transformar-se-ia num elemento importante de ligação e de legibilidade de todo o projeto.

Por último, o Centro Apostólico (1964-1969), a última peça desenhada para o complexo, por apresentar já uma leveza e um dinamismo, quer em planta, quer em fachada, que testemunha uma fuga, ainda que muito subtil, aos modelos de arquitetura arcaicos do Estado Novo. O Monte Sameiro seria assim uma obra de grande importância para o *atelier* de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, reconhecida pelo Poder Central na exposição: «15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947», realizada no Instituto Superior Técnico de Lisboa (Pires, 2012, p.389).



83. Santuário da Penha

84. Templo de S. Torcato

O *atelier* iria ainda intervir no Santuário da Penha (1953-1958) e no Templo de S. Torcato (1953-1968), onde, numa fase inicial, se focam principalmente no arranjo de conjunto e conclusão de obras em curso. Na Penha iriam projetar a Escadaria Monumental (1953), o Miradouro (1953-1957) e o Monumento a Pio IX (1955), num complemento ao projeto da igreja de autoria de José Marques da Silva, que se tinha proposto a "fazer qualquer coisa de próprio e adequado, de expressivo e moderno" (Cardoso, 1997, p.580).

No Templo de S. Torcato, iriam proceder a uma série de alterações que visavam a atenuação dos custos e do tempo de obra do projeto inicial, de forma a responder à diminuição significativa do orçamento disponível. Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva tentavam, no entanto, manter o espírito arquitetónico do conjunto, onde apesar dos ecletismos frequentes, se destaca a influência neorromânica da fachada («Memória Descritiva» *in* Pires [b], 2012, pp.170-171).

Nesta época, a Igreja, como um dos pilares fundamentais do reformismo social do Estado Novo, iria caminhar a par com as suas ideologias políticas. Optando também ela nas suas obras por modelos arquitetónicos tradicionalistas. Aqui numa linha mais historicista, não tão preocupada com questões regionais ou nacionais, onde convivem no mesmo espaço temporal modelos que haviam representado ruturas significativas na Arquitetura ao longo da história.

3.4. CONCLUSÃO DAS OBRAS DO MESTRE JOSÉ MARQUES DA SILVA

Estas duas últimas obras, o Santuário da Penha e o Templo de S. Torcato, eram já obras de conclusão do trabalho do arquiteto José Marques da Silva, cuja morte, a 6 de Junho de 1947, deixava uma memória saudosa não só a toda a família, mas também à Escola de Belas-Artes e à cidade do Porto.

Com o seu desaparecimento, a conclusão das obras do Mestre que teriam ficado por terminar recairia sobre o *atelier* da sua filha e genro. Assim, Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva iriam cumprir ao longo dos anos os compromissos pendentes de Marques da Silva, tentando manter presente a sua memória (Pires, 2012, p.233).

Das obras que concluem, apenas uma se encontra fora de Guimarães - o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular no Porto (1948/1952) - cuja

85. Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, Porto

86. Anteplano de Urbanização de Guimarães (Aditamento), 1953

87. Mercado de Guimarães

construção, que se arrastava ao longo de vários anos, terá sido fonte de grande desgosto para o arquiteto José Marques da Silva (Cardoso, 1986, p.29).

Iniciado em 1948, com as esculturas de Alves de Sousa a complementar a grande coluna que definia o monumento, nenhum dos autores veria esta obra terminada em vida. Um assunto a que Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva farão referência em várias ocasiões, mencionando uma e outra vez o descontentamento da família. Talvez por isso, o casal tenha obedecido completamente aos projetos inicialmente concebidos e iniciados por José Marques da Silva, inaugurando a obra finalmente a 18 de Junho de 1952 (Pires, 2012, p.222; Pires [b], 2012, p.504).

Já em Guimarães, concluem o Plano Urbano da própria cidade (1945-1957) e realizam ainda o Anteplano de Urbanização de Caldas de Vizela (1950-1964). Onde, seguindo os princípios urbanos da cidade-jardim expostos anteriormente, propõe a divisão da cidade em catorze zonas e centros (Pires, 2012, p.242).

Nestas incluem-se as zonas habitacionais, com moradias unifamiliares; as zonas verdes de recreio e preservação do ar puro; novas zonas desportivas e escolares; zonas comerciais e administrativas; e ainda uma Zona Arqueológica no centro da cidade, com áreas pontuais de proteção de monumentos fora da mesma (Pires, 2012, p.242).

Para a Câmara Municipal de Guimarães, Maria José Marque da Silva e David Moreira da Silva concluem ainda o Mercado Municipal de Guimarães (1947-1955), cujo projeto de renovação, já na altura muito necessária, o arquiteto José Marques da Silva teria iniciado em 1926. A intervenção e alterações ao projeto inicial, desenhadas por Maria José e Moreira da Silva, são principalmente consequências da adaptação do projeto às novas realidades estéticas, práticas, urbanas e construtivas, de uma obra que se arrastava há já vinte anos. Assim, fazem pequenas alterações, propondo uma ampliação e reorganização do Mercado, de modo a resolver problemas ligados à higiene do espaço. Ajustando ainda o número de lojas e redesenhando o espaço exterior (Pires [b], 2012, p.142).

Por último, entre 1947 e 1968, iriam concluir as obras do Palácio da Sociedade Martins Sarmento. Novamente um projeto iniciado em 1899 pelo arquiteto José Marques da Silva, que pretendia "construir um marco de referência urbana segundo uma matriz *beaux-arts*, [conferindo] ao que restava do antigo edifício religioso uma dimensão cívica" («Palácio da Sociedade Martins Sarmento», s.d.).

88. Sociedade Martins Sarmento

89. José Marques da Silva, Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, 1944

O *atelier*, respeitando as ideias iniciais de José Marques da Silva, iria finalizar as fachadas norte, poente e sul; sala de leitura; a biblioteca; salas da direção; escada nobre; museu; lanternim e mobiliário. Integrando-se, sempre que possível, no projeto do Mestre, sendo apenas necessárias algumas alterações em alguns detalhes construtivos («Memória Descritiva» *in* Pires [a], 2012, p.341). O Edifício da Sociedade Martins Sarmento estaria concluído em Junho de 1967, assinalando-se o acontecimento com a colocação de uma lousa inaugurada por Maria José Marques da Silva (Pires, 2012, p.235).

A conclusão das obras do Arquiteto José Marques da Silva representaria assim, nesta época, uma parte importante da obra do casal. Ambos discípulos de Marques da Silva, ao qual agradeciam a sua educação, quer na Escola de Belas-Artes do Porto, quer como estagiários do seu *atelier*, deixariam transparecer nestes trabalhos o grande respeito e admiração que sempre nutririam pelo Arquiteto. Assim, as novas intervenções confundem-se com o projeto inicial, mais interessadas em preservar o trabalho e a memória do Mestre.

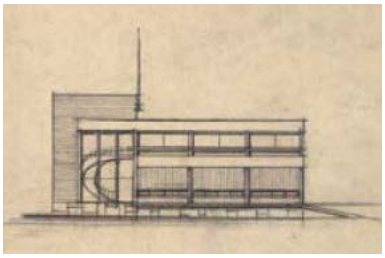
3.5. SINAIS DE ALGUM MODERNISMO

Com o fim da II Guerra Mundial e a derrota dos regimes fascistas na Europa, também em Portugal, no final da década de 1940, vamos assistir a uma perda de poder no regime ditatorial de António de Oliveira Salazar. Para a Arquitetura, tal significava uma mudança de paradigmas, com o rejeitar da linguagem arquitetónica do Estado Novo, e uma nova abertura aos modelos internacionais que se experimentavam na restante Europa desde o início dos anos 1920. Ainda assim, um grupo de arquitetos de forte tradição conservadora, mesmo após estes primeiros sinais de mudança, continuariam ou iniciariam ainda muitas obras ostentando o vocabulário típico do Estado Novo (Pereira, 1987, p.354; Pereira, 2001, p.38).

David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, mesmo fazendo parte deste grupo de arquitetos, iriam também eles aderir, já no final dos anos 60, ainda que de forma algo hesitante, à nova linguagem moderna. Assim, construíram no Porto o Prédio de Rendimento na Rua da Constituição (1960-1964), onde o vidro e o ferro tomam protagonismo em relação ao granito, aqui apenas utilizado no rés-do-chão, permitindo uma leveza e depuração dos elementos da fachada, que não

90. Prédio de Rendimento, Rua da Constituição

91. Bloco Misto de Habitação e Comércio, Gondarém



92. Oficina de Confeção de Artigos para Escritórios

tínhamos visto antes nas obras de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva.

Para além deste, surgiam o Conjunto de Blocos Mistos em Valbom (1976-1997), o Bloco Misto de Habitação e Comércio em Gondarém (1981-1995) e o projeto do Centro Comercial Almirante Reis em Lisboa (1982-1992), onde os elementos da arquitetura moderna começavam já a permear a linguagem arquitetónica do Estado Novo, sendo possível ver, mais notoriamente, a aceitação do casal em relação à construção de habitação em altura.

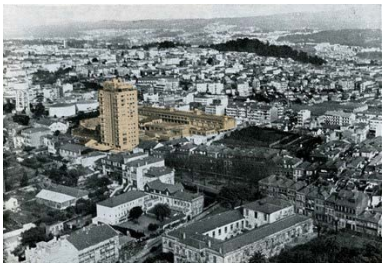
É ainda nas obras do *atelier* de caráter mais industrial que é possível ver uma arquitetura mais moderna, como na Oficina de Confeção de Artigos para Escritório (1967-1968), ou nas Novas Oficinas de Serração / Polimento de Granito da SCPOPP, em Ponte do Moreira (1974-1978). Onde na Memória Descritiva é definido, para além de um «partido construtivo», um «partido funcional» que delinearia esteticamente a obra («Memória Descritiva» *in* Pires [b], 2012, p.207).

Esta colaboração entre o *atelier* e a SCPOPP seria já uma parceria de longa data. Com José Moreira da Silva, pai de David, como um dos fundadores da Sociedade, pai e filho, e futuramente nora, iriam trabalhar juntos em inúmeras obras, quer no fornecimento de material, quer na realização de grandes complexos para a própria Sociedade. Assim, também para a Sociedade Cooperativa dos Pedreiros, surge a mais significativa obra moderna do casal, o Edifício Torre-Miradouro (1962-1976), no Porto, inserida num grande complexo de obras, todas elas localizadas no quarteirão definido pelas ruas da Alegria, D. João IV e Anselmo Braancamp.

O trabalho do *atelier* neste quarteirão começaria desde cedo (1937), alargando-se ao longo das décadas em vários projetos como, por exemplo, o Monumento (1970) e a Academia (1988-1989) em homenagem a José Moreira da Silva. O edifício da Torre-Miradouro, surgiria em 1962, altura de grande desenvolvimento urbano do Porto, em que:

> "[o] aparecimento destes edifícios em altura, na realidade pequenos arranha-céus, vêm alterar a leitura do '*skyline*' da cidade, até então dominado pela verticalidade da Torre dos Clérigos e pela mole dominante do conjunto formado pela Catedral e Palácio Episcopal" (Lousa, 2001).

Localizado no cimo da Rua D. João IV, já por si ponto de grande elevação, a Torre surge com uma dimensão impressionante. Os seus doze andares dividem-se



93. SCPOPP, Complexo

94. SCPOPP, Torre Miradouro

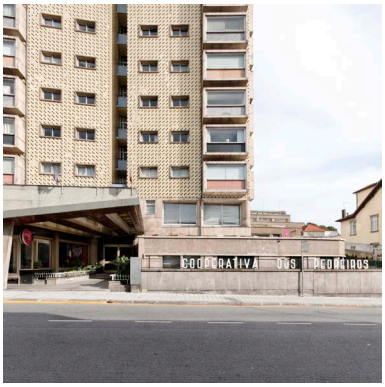
em garagem, habitação, estalagem e, finalmente, aproveitando a vista privilegiada do edifício miradouro, solário e restaurante na cobertura (Pires, 2012, pp.430-431). Em planta, as habitações e restante programa organizam-se à volta de um volume central de acessos (escadas e elevador), uma solução que reconhecemos em vários outros edifícios desta natureza. No entanto, na fachada, a construção em betão armado e o betão aparente dos pilares, palas, molduras dos vãos e varandas conjugam-se com o revestimento a azulejo, numa preocupação de conferir ao edifício residencial um aspeto mais agradável («Memória Descritiva» *in* Pires, 2012, p.428).

A Torre-Miradouro destacar-se-ia então, não tanto pela sua tipologia, mas sobretudo pela conjugação de novas linguagens e tecnologias com o granito e azulejo, materiais tradicionais do Porto (Lousa, 2001), na procura de um equilíbrio que seria tão caro à Arquitetura Moderna Portuguesa entre a tradição e o moderno.

Apesar de manterem a metodologia de planeamento, é também nesta época, anos 1960, que vemos uma ligeira alteração de pensamento no planeamento urbano. O casal aceita já a construção em altura, como vimos, opção espelhada também nas suas escolhas em projetos de arquitetura, admitindo "que tanto as técnicas construtivas como as relações sociais e os programas habitacionais tinham evoluído, não no sentido individual, mas no coletivo" (Afonso, 2017, p.103). Assim, na revisão dos Anteplanos Urbanos de Valongo (1961), Cacia-Sarrazola (1960), Aveiro (1960) e Barcelos (1963), surgem já Zonas Habitacionais com construções entre 4 e 6 andares. Para além da construção em altura, no plano de S. Jacinto (1955) surge ainda uma malha urbana regular numa zona de habitação, onde normalmente surgiriam linhas curvas ou sinuosas de uma malha orgânica, por necessidade de adaptação ao terreno ou, frequentemente, por opção dos arquitetos (Afonso, 2017, p.105).

Em jeito de conclusão, a obra do *atelier* de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva será, no Urbanismo, um contributo fundamental para compreender o desenvolvimento das cidades portuguesas e coloniais ao longo do século XX. Na Arquitetura, iria ser fortemente marcada pelos ditames do regime político sob o qual iriam trabalhar durante mais de trinta anos. Desenvolvendo obras como o Palácio do Comércio do Porto e as diversas moradias unifamiliares, expoentes, respetivamente, da linguagem monumentalista e regionalista que o Estado Novo procurava para o país. Terminaram ainda as obras do arquiteto José Marques da Silva, concluindo longos processos de construção como o Monumento

95. SCPOPP, Torre Miradouro,
Detalhe da Fachada



96. SCPOPP, Torre Miradouro, Entrada

aos Heróis da Guerra Peninsular, no Porto, ou o Templo de S. Torcato, respeitando sempre as vontades e projetos iniciais do Mestre. Não deixariam de realizar, no entanto, já neste final de carreira, algumas experiências modernistas, onde se destaca novamente a Torre-Miradouro do Porto, denotando uma evolução no pensamento de fazer arquitetura, ainda que de forma algo tardia e menos revolucionária em relação ao resto dos seus pares em Portugal.

CAPÍTULO 4

MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA E AS INSTITUIÇÕES, 1984 - 1994

97. Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, 1970

4. MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA E AS INSTITUIÇÕES, 1984 - 1994

Maria José Marques da Silva, já no final de vida, iria construir um percurso paralelo ao seu trabalho de *atelier*, empenhando-se na política relacionada com a arquitetura e no desenvolvimento cultural da área. Numa época de grandes revoluções sociais, as décadas de 70 e 80, significariam para o *atelier* de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva uma diminuição do número de obras encomendadas. Sendo esta uma fase de conclusão das grandes obras em execução, mas, acima de tudo, uma fase de trabalho de consultadoria ou pequenas encomendas de clientes privados ou familiares (Pires, 2012, pp.215-216).

O casal iria ainda dedicar-se, nestes anos, à exploração agrícola dos vários terrenos da família em Barcelos («Maria José Marques da Silva & David Moreira da Silva», s.d.), no entanto, após este período de relativo afastamento da arquitetura, Maria José Marques da Silva, já quase com setenta anos, iria ser eleita Presidente da Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses (SRN/AAP).

Seguia aqui, novamente, os passos do seu pai José Marques da Silva, que, em 1923, era nomeado Presidente Honorário da Sociedade dos Arquitectos do Norte (Cardoso, 1997, p.182). Cujo nome e legado poderão ter sido significativos na eleição de Maria José Marques da Silva[1]. Assim, em 1984, elegia-se pela primeira vez em Portugal, uma mulher para Presidente de uma secção regional da associação profissional dos arquitetos.

Uma pioneira na Escola de Belas-Artes do Porto e nos *ateliers* de arquitetura, Maria José Marques da Silva estaria aqui novamente na linha da frente, abrindo caminho na política a outras arquitetas que lhe seguiram, como Olga Quintanilha (1942-2005) que, em 1998, era eleita a primeira presidente da recém criada Ordem dos Arquitectos.

Na Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, Maria José Marques da Silva faria ainda parte de dois momentos significativos para a

[1] Numa visita à OASRN, a 25 de Fevereiro de 2019, foi possível falar com a Dr.ª Lídia Meireles, que em 1985, foi contratada pela arquiteta Maria José Marques da Silva para trabalhar na SRN / AAP. A Dr.ª Lídia indica uma das razões possíveis quanto à eleição de Maria José o nome e legado de seu pai José Marques da Silva.

98. Maria José Marques da Silva,
Presidente da Lista A candidata à
SRN/AAP, 1984-1986

99. Arménio Losa, Presidente da Lista B
candidata à SRN/AAP, 1984-1986

associação: o 4º Congresso AAP e, inserido nele, a exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*. O 4º Congresso representaria para a classe profissional um momento de viragem, transformando a AAP em Associação de Direito Público, um passo fundamental para o reconhecimento da importância dos Arquitetos na sociedade portuguesa («4º Congresso AAP», 1986). *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*, num momento em que as exposições de Arquitetura ganhavam um novo fulgor, representava um o ponto de partida para a criação da Fundação Marques da Silva, uma fundação pioneira para a conservação e divulgação do trabalho de uma das personalidades mais importantes da Arquitetura em Portugal.

4.1. MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA, PRESIDENTE DA SRN/APP, 1984-1986

Maria José Marques da Silva, seria eleita a 11 de Maio de 1984 («Actas das Comissões Eleitorais», 1984-1989), na sequência do 3º Congresso Nacional de Arquitectura da Associação dos Arquitectos Portugueses, que iria de uma forma muito clara influenciar o panorama da arquitetura nesta época e consequentemente o seu programa eleitoral.

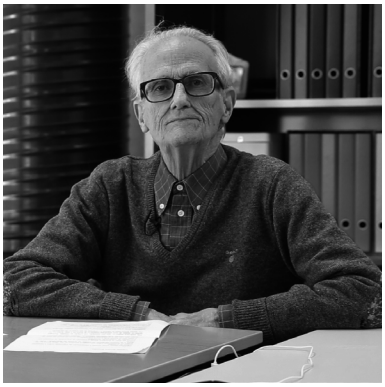
Sob o tema *Defesa e Alcance do Exercício da Profissão*, os arquitetos portugueses estiveram reunidos em Lisboa, entre 2 e 5 de Abril de 1984. Resultando daí a decisão de transformar a Associação dos Arquitectos Portugueses numa Associação de Direito Público. Assim, no programa eleitoral de Maria José Marques da Silva lia-se como o primeiro dos objetivos:

> "Implementar e mobilizar os meios necessários que permitam tornar operantes as conclusões do 3º Congresso - Código Deontológico, transformação da AAP em Associação de Direito Público, [e] alteração da legislação que regula o exercício da profissão" («Lista A: Programa Eleitoral», 1984).

Para além desta, existiam medidas no sentido de divulgar o trabalho da AAP, quer junto dos seus pares (aqui destacando os que se situavam fora do Grande Porto), quer nas escolas de arquitetura e ainda nas autarquias:

> "Ampliar a colaboração com todas as entidades oficiais, autárquicas ou de interesse

100. Vasco Morais Soares, Presidente da lista única candidata à SRN/AAP, 1987-1989



101. Augusto Pereira Brandão, Presidente da Lista A candidata à AAP, 1987-1989

> público, sobre problemas de arquitetura, planeamento urbanístico, apreciação de projetos, bases de concursos, etc." («Lista A: Programa Eleitoral», 1984).

O Programa Eleitoral ainda incentivava todos os associados a colaborar com a SRN/AAP, sem os quais a concretização deste programa não seria possível («Lista A: Programa Eleitoral», 1984). Da lista de Maria José Marques da Silva faziam parte arquitetos como Ludgero de Castro, Vasco Morais Soares, Manuel Marques Aguiar, João Rosado Correia e Luís de Azeredo (Anexo 5). Figuras ligadas tanto à arquitetura como à política e ao urbanismo, e que, em alguns casos, só agora começam a ser recuperados da História da Arquitetura.

Na lista concorrente, Lista B, reconhecemos nomes que hoje fazem parte das nossas referências fundamentais da Arquitetura Portuguesa, como Arménio Losa (Presidente), Fernando Távora, Jorge Gigante, Álvaro Siza Vieira, Alfredo Viana de Lima, Alcino Soutinho e Eduardo Souto de Moura (Anexo 5), que à semelhança da Lista A, de Maria José Marques da Silva, e das listas candidatas nesse mesmo ano ao Conselho Directivo Nacional da AAP, focavam no seu programa eleitoral os temas debatidos no 3º Congresso AAP, que fariam parte das lutas dos arquitetos nesta época («Lista B: Programa Eleitoral», 1984).

Apesar do progressismo de se eleger pela primeira vez em Arquitetura uma mulher para um cargo desta natureza, a lista de Maria José Marques da Silva seria uma lista de continuidade. Seguindo-se a Acácio Antero de Magalhães Brochado, os registos que ficam do seu mandato seriam muito semelhantes aos trabalhos dos mandatos anteriores. Assim, é possível ler na correspondência da SRN/AAP desta época divulgações semelhantes às que aconteciam até ali, como por exemplo a publicação de colóquios, exposições ou concursos; relatórios de contas; circulares; ou pedidos de pagamentos de cotas aos associados[2].

Porém, Maria José Marques da Silva, durante o seu mandato, "teve o mérito de criar as condições necessárias para a realização do 4º Congresso que decorreu no Palácio da Bolsa, no Porto, entre 3 e 5 de Maio de 1986" («Maria José Marques da Silva», 2002, pp.8-9).

Após as eleições de 23 de Janeiro de 1987, Vasco Morais Soares será o novo Presidente da SRN/AAP (1987-1989), eleito numa lista única, que para nomear

[2] Documentação consultada na Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

102. Nuno Teotónio Pereira, Presidente da Lista A candidata à AAP, 1987-1989

103. Eleições para a Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987

alguns dos participantes, contava com a presença de Eduardo Souto de Moura, Alfredo Viana de Lima e Luís Azeredo (Anexo 6). Também em 1987, Maria José Marques da Silva terminando a sua presidência na SRN/AAP faria parte da lista candidata aos Órgãos Nacionais da Associação dos Arquitectos Portugueses presidida pelo arquiteto Augusto Pereira Brandão, aqui acompanhada pelo seu marido, David Moreira da Silva. Nela, Maria José Marques da Silva faria parte do Conselho Directivo Nacional, juntamente com, entre outros, António Pardal Monteiro e José Lobo de Carvalho. Enquanto David Moreira da Silva ocuparia o cargo de Presidente do Conselho Fiscal Nacional (Anexo 6).

No programa eleitoral, à semelhança do que teria acontecido no triénio anterior, estavam reproduzidas muitas das conclusões do 4º Congresso como medidas e linhas de ação a seguir. Com a Defesa do Exercício da Profissão, a Cultura Arquitetónica e a relação entre as Escolas e a Associação, como temas centrais do debate («Eleições», 1987, pp.6-8 / 10-12). Aqui, fariam parte da lista perdedora. Uma repetição para David Moreira da Silva, que teria sido já parte da lista perdedora para o mandato anterior (1984-1986), como suplente do Conselho Directivo Nacional da lista encabeçada pelo arquiteto Luís Cunha.

Em ambas as eleições, ganharia a lista encabeçada por Nuno Teotónio Pereira. Da qual faziam parte Olga Quintanilha, José Carlos Loureiro, Manuel Tainha, Luís Pádua Ramos, João Rosado Correia, Raúl Chorão Ramalho, Nuno Portas, José Gigante, entre outros (Anexo 6). Estes, pretendiam agora continuar o seu trabalho iniciado já no mandato anterior,

> "no que respeitava à capacidade de afirmação [da AAP] perante a opinião pública e de intervenção junto dos órgãos de poder; na organização descentralizada da AAP, com a criação dos núcleos regionais; no aumento do diálogo e do debate entre os arquitetos; e no processo de transformação da AAP em associação pública" («Entrevista com Nuno Teotónio Pereira»,1987, p.3).

A lista de Nuno Teotónio Pereira ganharia por uma larga maioria todos os Órgãos Nacionais, motivo de grandes felicitações, uma das quais, do próprio Presidente da República, Mário Soares:

> "Quero felicitar a nova direção da Associação dos Arquitectos Portugueses pela recente eleição e reiterar-vos a minha confiança na vossa ação em defesa do nosso património histórico-cultural" («Eleições: Resultados», 1987, p.16)

104. Cartaz do 4º Congresso Nacional de Arquitetura, Porto, 1986

105. Inauguração do 4º Congresso AAP

4.2. O 4º CONGRESSO AAP, 1986

Organizados desde 1948, quando ainda segundo indicação de António Oliveira Salazar, o Sindicato Nacional dos Arquitectos organiza o I Congresso Nacional de Arquitectura[3], os congressos iriam representar frequentemente momentos de profundas alterações para a profissão. Assim, reconhecendo a sua importância, mesmo com a extinção do Sindicato após o 25 de Abril de 1974, que dava lugar, já em 1978, à Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), começava-se no final desta década de 70 um novo ciclo de Congressos Nacionais de Arquitectura. Como tal, organizava-se no ano seguinte um novo 1º Congresso, agora da AAP, realizado no Porto entre 23 e 26 de Novembro de 1979. Este, tinha apenas como objetivos, planear as atividades da Associação para os dois anos seguintes, bem como determinar os temas do próximo congresso («Congressos dos Arquitectos», s.d.).

Seguem-se, em 1981 e 1984, os 2º e 3º Congressos da Associação dos Arquitectos Portugueses, ambos em Lisboa, onde os temas de trabalho começam a ser já divididos entre questões de âmbito associativo e questões da prática profissional dos arquitetos («Congressos dos Arquitectos», s.d.). O 2º Congresso tinha como tema principal *Os Arquitectos e o Ordenamento do Território*, enquanto que o 3º Congresso, como vimos, se focava no *Alcance e Defesa do Exercício da Profissão* («Congressos dos Arquitetos», s.d.)[4].

O 4º Congresso surgia então como um ponto de viragem. Por um lado, pela reestruturação interna da própria Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP), que passa agora a Associação de Direito Público. Por outro lado, pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), que trazia novas preocupações não só à sociedade, mas também aos arquitetos. Assim, sob o tema *Inserção da Prática Profissional do Arquitecto na Sociedade Portuguesa*, organiza-

---

[3] A par com a exposição dos «15 Anos das Obras Públicas» e o Congresso Nacional de Engenharia realiza-se, em 1948, aquele que será o I Congresso Nacional de Arquitectura em Portugal organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. "Um momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitetos (...)" onde os arquitetos mais jovens do lisboeta ICAT e da ODAM do Porto fazem intervenções claramente contra o controlo da arquitetura pelo regime e a favor dos modelos modernos (Pereira, 1987, p.347).

[4] Após o 4º Congresso, a Associação dos Arquitectos Portugueses, antes de dar lugar à Ordem dos Arquitectos em 1998, iria ainda realizar três outros congressos. O 5º Congresso AAP teria lugar em Coimbra em 1989, sob o tema *A qualidade do espaço edificado hoje.* Em 1992, organizar-se-ia o 6º Congresso AAP em Lisboa cujo tema era *Os Arquitectos Portugueses e a Europa: uma cultura, uma responsabilidade.* E finalmente, em 1995, iria organizar-se o 7º Congresso AAP, em Aveiro, onde se discutia *A cidade, a Arquitectura e o Interesse Público* («Congressos dos Arquitetos», s.d.).

106. Nuno Teotónio Pereira a discursar no 4º Congresso AAP

107. Presidente da República, Mário Soares a discursar no 4º Congresso AAP

se pela primeira vez, um Congresso Nacional de Arquitetura desta dimensão na cidade do Porto.

> "O facto de este Congresso se realizar na cidade do Porto vem ao encontro da necessidade de a AAP se afirmar mais como de âmbito nacional do que tem sido até aqui. (...) Dir-se-ia que este carácter nacional adquiriria maior significado se o Congresso fosse em Lisboa. Puro engano: este carácter nacional implica, não uma centralização na capital, mas uma presença enraizada em todo o território" (Pereira, 1986, p.3).

Faziam parte da organização deste congresso três órgãos da Associação dos Arquitectos Portugueses: a Comissão Organizadora, composta por Vasco Morais Soares, Luís Botelho Dias, Rosário Rodrigues, Nelson Almeida e Carlos Ribeirinho Soares; a Mesa do Congresso, com Manuel Tainha como presidente e com a presença de João Rosado Correia, Manuel Moreira, António Menéres e Luís Vassalo Rosa; e a Secção Regional do Norte, na altura, como vimos, presidida pela arquiteta Maria José Marques da Silva.

Maria José apesar do pouco protagonismo que viria a ter na discussão dos temas do congresso, teria sido parte ativa desta equipa de organização, lendo-se nos documentos do congresso o seu grande empenho no contacto com as câmaras, patrocinadores e outras entidades[5]. Iria ainda ser uma peça fundamental para a organização da exposição da obra do seu pai, arquiteto José Marques da Silva.

Pela primeira vez, um Congresso Nacional de Arquitectura iria ter um grande impacto na própria sociedade, havendo uma cobertura do evento na comunicação social a nível nacional, que de uma forma geral se mostrava solidária com as lutas dos arquitetos portugueses.[5] Contava ainda na Sessão de Inauguração, também pela primeira vez, com a presença de Mário Soares, Presidente da República. Refletindo assim a importância que a sociedade portuguesa começava a dar aos seus arquitetos («4º Congresso dos Arquitectos», 1986, p.4).

> "A minha presença aqui representa antes de mais nada a minha solidariedade ativa para com os Arquitetos Portugueses, que querem lutar pela dignidade da sua profissão, e querem lutar contra a degradação do nosso património arquitetónico" (Soares, 1986) (Anexo 7.4).

[5] Documentação consultada no Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

108. Mário Soares e Maria José Marques da Silva no 4º Congresso AAP

109. Nuno Portas e Mário Soares no 4º Congresso AAP

Na inauguração, discursaram ainda João Rosado Correia, como Presidente da Assembleia Geral da SRN/AAP, Nuno Teotónio Pereira, como Presidente do CDN/AAP e Manuel Tainha, Presidente da Mesa do Congresso, que fazendo uma reflexão sobre as dificuldades que os arquitetos enfrentavam naquela altura, apontam para uma melhoria da situação, refletida na presença do próprio Presidente da República, e demonstram uma grande esperança no trabalho que iria ser realizado.

O 4º Congresso é assim inaugurado no dia 3 de Abril às 12 horas, no Pátio das Nações do Palácio da Bolsa, e propunha um programa preenchido, não só para os arquitetos, como também para os seus acompanhantes. Os não-arquitetos, apesar de seguirem o congresso em alguns momentos, tinham ao seu dispor atividades de carácter mais lúdico, com visitas a vários locais no Porto e cidades circundantes, como Barcelos, Guimarães e Vila do Conde, acompanhados de mapas e recomendações dos vários locais a visitar. Para os arquitetos congressistas, o programa era mais preenchido, seguindo o tema e subtemas que organizavam as manhãs e tardes de trabalho, e que iriam ser discutidos durante os três dias do evento.

Havia ainda espaço para algumas atividades paralelas, como visitas às exposições do congresso, visita a uma cave de vinho do Porto e ainda jantares de convívio (Anexo 7.2). Este carácter lúdico e turístico estava então entrelaçado nos assuntos a discutir. O Congresso contava com cerca de 300 participantes, entre os quais se encontravam algumas das figuras mais relevantes da arquitetura portuguesa. Porém, uma das exceções seria Álvaro Siza Vieira, que mesmo assim não deixou de enviar por carta as maiores esperanças e saudações aos colegas reunidos em congresso nacional («Arq. Álvaro Siza Vieira», 1986, p.35).

O 4º Congresso AAP desdobrava-se em três subtemas: «1. As transformações na Sociedade Portuguesa, a prática profissional e o perfil do arquitecto»; «2. Instrumentos legais e institucionais e prática profissional»; e «3. Transformação da AAP em Associação Pública». Dentro destes subtemas, falavam-se de assuntos como a falta de reconhecimento da profissão pela sociedade, as dificuldades nos contactos com os poderes políticos (estado, câmaras e autarquias), e de uma forma geral, as condições do exercício da profissão de arquiteto em Portugal («4º Congresso AAP», 1986). Cada subtema tinha um ou mais pontos de discussão (Anexo 7.1), que serviam de base às propostas, comunicações e consequente debate em que cada sessão de trabalho estava organizada.

Apesar desta possibilidade, de arquitetos, alunos de arquitetura e outros

110. Participantes do 4º Congresso AAP

111. Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha
e Olga Quintanilha, 4º Congresso AAP

interessados poderem submeter comunicações e propostas a serem apresentadas e debatidas nessas sessões, muito poucos o terão feito. Discutindo-se maioritariamente as comunicações e propostas apresentadas pelo Conselho Directivo Nacional (CDN) («4º Congresso AAP», 1986). Assim, para o primeiro subtema, o CDN apresenta a proposta *Necessidade de uma Política Ofensiva da Cultura Arquitectónica em Portugal*, que tinha como principais objetivos:

> "A promoção de um maior reconhecimento público pela Sociedade e pelo Estado da área própria da arquitetura, do seu interesse social e cultural para a comunidade, e um maior aproveitamento pela sociedade do saber do Arquiteto" («Tema 1», 1986).

Nos dois pontos a debater neste subtema: *Integração na CEE* e *Integração local e regional* destacam-se na discussão dos mesmos as intervenções de Olga Quintanilha e de Nuno Portas, respetivamente. Olga Quintanilha esclarece os restantes congressistas acerca das medidas que têm estado a ser tomadas ao nível europeu no campo da arquitetura, que ficam ainda aquém das necessidades da classe. E reforça a urgência dos arquitetos portugueses estarem representados ao nível europeu, nomeadamente através do Comité Consultivo da CEE, passo que apenas será possível com a transformação da AAP em Associação de Direito Público («Arq.ª Olga Quintanilha», 1986, pp.59-61).

No ponto da *Integração local e regional,* apesar das várias intervenções, o discurso de Nuno Portas (Anexo 7.5), seria o que mais corajosamente iria analisar a situação em que a classe se encontrava naquela altura («4º Congresso: Uma outra Praxis para uma "Nova" Classe», 1986, p.7). O seu discurso iria fazer uma análise mais crítica dos problemas a ser tratados no 4º Congresso, em especial neste tema da integração dos arquitetos no território português. Fazendo, como ele próprio diz, o papel de advogado do diabo, que traz consigo uma perspetiva muito mais prática e realista das questões que estão a ser reivindicadas pelos arquitetos portugueses (Portas, 1986).

No primeiro assunto, apresenta-se também a vontade de que o exercício dos colegas estrangeiros em Portugal estivesse sob o controlo da AAP. Bem como, a criação de pelo menos duas novas escolas de arquitetura, no Algarve e na zona Centro, Coimbra ou Covilhã. Ainda dentro deste subtema, são apresentadas as moções de Luís Azeredo: *Situação do Património Construído*; e de João Rosado

112. Participantes do 4º Congresso AAP

Correia: *A Formação de Arquitectos, Artesãos e Especialistas* e uma segunda moção sem título. Estas propunham ações em relação à restauração de edifícios, monumentos e núcleos urbanos de interesse histórico e/ou público. No caso de João Rosado Correia acrescentando ainda o foco do ensino, no sentido de existirem profissionais especialmente formados para este efeito (Azeredo e Correia, 1986).

Na sessão de trabalho do segundo subtema, o Conselho Directivo Nacional apresenta as propostas: *Instrumentos para uma Responsabilização da Prática Profissional, Legislação* e *Regulamentação de Concursos*; que iam de encontro aos três pontos a debater dentro do assunto *Instrumentos Legais e Institucionais e Prática Profissional*.

Aqui debate-se essencialmente a legislação e processos caducos que dificultam o trabalho dos arquitetos. Com especial atenção ao Decreto de Lei 73/73, que os arquitetos exigem que seja revisto, reclamando a Arquitetura somente para os Arquitetos; e protestando contra as dificuldades com que os arquitetos se deparam no contacto com as câmaras e autarquias («Tema 2», 1986). No subtema 2 há também um consenso de que a AAP deve ter uma posição mais presente nos concursos de Arquitetura, de forma a que os mesmos possam ser processos mais regrados e transparentes, o que não teria acontecido até à data («Assembleias Gerais», 1986).

O último subtema *Transformação da AAP em Associação Pública* tem como único ponto de discussão *Proposta de Estatutos*. Uma alteração necessária para que a Associação se pudesse transformar numa Associação de Direito Público. Esta discussão, vinha terminar um ciclo que se tinha iniciado com o 3º Congresso (Lisboa, 1984), onde se votou neste sentido de a AAP se tornar uma Associação de Direito Público (Tainha, 1986).

Aqui existem duas propostas: a do Conselho Diretivo Nacional (CDN) e a dos arquitetos Celestino de Castro e Helena Martins, cujas diferenças fundamentais estariam na quantidade de mudanças feitas aos Estatutos em vigor. O CDN propunha uma alteração completa, de forma a seguir o modelo jurídico existente para os estatutos de uma associação de direito público («Proposta de Estatutos», 1986). Ao passo que Celestino de Castro e Helena Martins proponham alterações pontuais, mantendo no essencial os estatutos já existentes (Castro e Martins, 1986). Dentro deste assunto dois aspetos em particular geraram a maior discussão: a inscrição obrigatória na associação e a denominação da própria associação: Associação vs. Ordem.

113. Maria José Marques da Silva e Nuno Teotónio Pereira no 4º Congresso AAP

114. Mário Soares na inauguração da Exposição Nacional de Arquitectura

A inscrição obrigatória dividia a sala, gerando-se um debate entre a liberdade individual de cada profissional, aqui particularmente presente tendo em conta o contexto histórico e a relação dos arquitetos com o regime ditatorial que tinha terminado recentemente; e a necessidade de todos os arquitetos portugueses estarem submetidos aos mesmos direitos e deveres e seguirem o código deontológico estabelecido para a AAP. O CDN propõe deixar este ponto em aberto no Estatutos, ficando à consideração de cada um a inscrição na AAP. Sendo, no entanto, necessário um registo na associação para exercer arquitetura em Portugal («Discussão do Tema», 1986) (Anexo 7.6).

No tópico Associação vs. Ordem («Proponentes das Alternativas», 1986, pp.75-83) gera-se um debate quase geracional, com o próprio presidente do CDN, Nuno Teotónio Pereira a defender entusiasticamente a designação de associação por honrar a tradição associativista que a AAP sempre teve. Teotónio Pereira afirma que, caso se concretizasse a alternativa apresentada por Waldemar de Sá, que propunha a designação de Ordem:

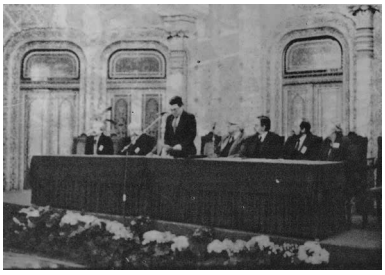
> "Toda a construção que tem sido laboriosamente feita até agora para conseguirmos transformar a nossa associação numa associação de direito público, cairia por terra" («Arq. Teotónio Pereira», 1986, pp.76-77).

É aqui que vemos a única intervenção documentada de Maria José Marques da Silva, que defende a designação de Ordem dos Arquitectos, colocando-se ao lado do arquiteto Waldemar de Sá. Maria José afirmou:

> "(...) sou velha, mas não tenho espírito velho. Vem com a ideia de que a Ordem lembra o fascismo, etc. (...) Isto é só uma questão de nome, o resto pode funcionar na mesma. Estou completamente de acordo com a associação pública mas achava melhor o título de Ordem, assim é que nós ficávamos nivelados com os outros. Eu tenho visto a dificuldade que tenho sentido em algumas câmaras, quando digo que sou da associação. Dizem que é a associação dos 20 amigos e quando digo se eles não aceitam os papéis dos engenheiros eles respondem que «sim, mas isso é uma ordem». É preciso refletir bem nisto" («Arq. Mª José Marques da Silva», 1986, p.78).

Apesar do grande debate que se gera, a proposta do CDN seria aprovada pela larga maioria dos presentes, com 228 arquitetos a favor de manter a designação de Associação dos Arquitectos Portugueses e 63 a votar pela designação de Ordem

115. Visita de Mário Soares à Exposição Nacional de Arquitetura



116. Sessão de Encerramento do 4º Congresso AAP

dos Arquitectos («Proponentes das Alternativas», 1986, p.83). Como sabemos, só em 1998 a Associação dos Arquitectos Portugueses daria lugar à Ordem dos Arquitectos, passando a ter como funções não apenas a representação dos arquitetos portugueses, mas também a regulação do seu exercício profissional.

No 4º Congresso AAP, além desta, seriam aprovadas todas as outras propostas do CDN, sempre com uma larga maioria, com especial relevância para a aprovação da Proposta dos Estatutos («4º Congresso AAP: Índice das Propostas Aprovadas», 1986). Assim concluía-se que:

> "Os objetivos do Congresso, expressos no seu Tema Geral: *Inserção da Prática Profissional do Arquitecto na Sociedade Portuguesa*, foram plenamente conseguidos tendo sido aprovadas propostas, visando por um lado uma Política Ofensiva da Cultura Arquitetónica Portuguesa, por outro a viabilização económica e social da profissão e por outro a transformação da AAP em Associação Pública" («*Memorandum*», 1986). (Anexo 7.9)

Das atividades do 4º Congresso AAP destacam-se ainda as três exposições, que fariam parte do roteiro dos congressistas e dos seus acompanhantes, e que terão, mais notoriamente, sido visitadas pelo Presidente da República, Mário Soares. A Seção Regional Sul da AAP organiza a *Exposição Nacional de Arquitectura (1974-1984)*, que tinha sido já inaugurada em Lisboa, mas que começava agora um percurso por todo o país. Indo ao encontro de um dos objetivos da Associação dos Arquitectos Portugueses, na divulgação da disciplina à sociedade («Breve Entrevista com Pedro Brandão da SRS», 1986, p.7).

Organiza-se ainda a exposição *Construções Modernas em Ambientes Antigos*, promovida pelo Göethe Institut do Porto, na Casa Tait, cuja visita será o último momento de todo congresso. No entanto, destaco aqui, a exposição da obra do arquiteto José Marques da Silva, da responsabilidade da Secção Regional Norte, cuja inauguração terá estado tão presente na comunicação social como o próprio 4º Congresso AAP, da qual fazia parte (Anexo 7.10).

117. Plateia a assistir à homenagem a José Marques da Silva, Porto, 1928

118. Arquiteto Marques da Silva, com Maria José Marques da Silva, antigos alunos e amigos em Barcelos, 1941

4.3. HOMENAGEM A JOSÉ MARQUES DA SILVA

A exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947* seria uma de várias homenagens que foram sendo feitas ao longo dos anos ao Mestre José Marques da Silva. A primeira das quais, reveladora da sua influência e importância, era organizada pelos seus discípulos na Escola de Belas-Artes do Porto, em 1928. (Cardoso, 1997, pp.252-253)

Em 1939, aquando da sua jubilação da Escola de Belas-Artes do Porto, é feito um banquete em sua honra no Palácio de Cristal. Organizado mais uma vez pelos seus discípulos, estando presentes, entre outros, Cassiano Barbosa, Rogério de Azevedo e Arménio Losa (Cardoso, 1997, p.294). Viana de Lima, apesar de não ter estado presente no jantar, não deixa de prestar homenagem ao Mestre Marques da Silva e enviou uma carta onde se podia ler:

> "Mestre, ainda hoje recordo com saudades os seus ensinamentos, porque parte do meu temperamento o devo a V. Exª. Pode o meu Mestre convencer-se de que estas minhas palavras, embora sem aquele rodeio eloquente de que certas pessoas as costumam dotar, são sinceras, pois sinto profundamente a falta que V. Exª. (que viveu sempre dentro do mais requintado ambiente artístico) faz ao ensino. […] Mestre, uma coisa espero poder ainda obter: é usufruir os frutos do seu valor, embora não como professor, mas sim como sincero Amigo e Mestre que reconheço em V. Exª." (Alfredo Viana de Lima *in* Cardoso, 1997, p.793).

No ano seguinte, José Marques da Silva era também reconhecido pela Escola de Belas-Artes do Porto na Sessão Solene de Abertura do Ano, onde estando presentes as mais diversas personalidades da cidade do Porto, se consagrava "a obra do Artista e do Mestre que tanto contribuiu para o desenvolvimento da Arquitetura em Portugal e para o nome e ação desse estabelecimento de ensino" (Cardoso, 1997, pp.295-297).

No entanto, umas das mais significativas homenagens a José Marques da Silva teria ocorrido em 1953 também por iniciativa da Escola de Belas-Artes do Porto, após a morte do Mestre em 1947. Desta resultaria uma exposição *Marques da Silva: exposição conjunta das principais obras do mestre e de alguns dos seus discípulos*, onde são homenageados não apenas José Marques da Silva, "mas também sucessivas gerações de arquitetos, juntando, num mesmo evento, personagens usualmente referenciados e outros sistematicamente relegados para

119. Maria José Marques da Silva na homenagem a José Marques da Silva, Porto, 1953

120. Marques da Silva: Exposição Conjunta das Principais obras do Mestre e de alguns dos seus Discípulos, 1953

o desconhecido" (Marques, 2015, p.20). Incluídos na exposição, estariam Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva que iriam expor em conjunto uma série de obras, entre as quais, o Palácio do Comércio (Porto), a Sede e Oficinas da Cooperativa dos Pedreiros (Porto) e o Santuário de N.ª Sr.ª do Sameiro (Braga); obras frequentemente referenciadas do casal.

Desta exposição, segundo a vontade de David Moreira da Silva, expressa ao Conselho Escolar da EBAP, deveria resultar uma compilação de todas as obras de José Marques da Silva num catálogo, cujos lucros reverteriam para a criação de um prémio destinado aos alunos da Escola, com o principal objetivo de preservar a memória do Mestre (Pires, 2012, p.165).

Apesar da vontade de David Moreira da Silva, e certamente de Maria José Marques da Silva, este volume seria apenas um catálogo da exposição, com um breve texto de introdução, seguido da apresentação das obras expostas e dos seus autores. No entanto, já em 1953 ficava demonstrada esta preocupação com a divulgação e preservação do seu espólio.

Em 1986, no 4º Congresso AAP, a exposição inaugurada a 1 de Março na Casa do Infante, colocava em destaque não só a obra do arquiteto José Marques da Silva, como também elementos da sua vida pessoal. Nela seria possível ver os trabalhos que marcavam a sua carreira, como a Estação de S. Bento ou a Sociedade Martins Sarmento, onde se destacavam as magnificas maquetes dos monumentos Infante D. Henrique, no Porto, e Marquês de Pombal, em Lisboa. Expunham-se ainda as esculturas e as aguarelas que José Marques da Silva mantinha como passatempos, assim como documentos e fotografias da sua vida profissional e pessoal (Cardoso, 1986).

A preparação desta exposição exigiu um enorme trabalho de Maria José Marques da Silva, que estava a coordenar a exposição a par com a organização do 4º Congresso AAP. Nomeadamente na recuperação e tratamento dos desenhos do Mestre, na recolha dos elementos relevantes da sua vida pessoal, na organização de um catálogo da exposição e ainda na montagem da mesma[6]. Na inauguração seria realizada uma Mesa Redonda, com Fernando Távora (Moderador), Maria José Marques da Silva, Nuno Tasso de Sousa, Inácio Peres Fernandes e António Cardoso. Da qual não foi possível encontrar registos, mas fica a memória do catálogo *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*. Nele é possível encontrar testemunhos, não só de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva,

121. Exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*, Porto, 1986

122. Exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*, Porto, 1986

mas também de Fernando Távora, José Augusto França, António Cardoso, Beatriz Madureira, Arménio Losa, Luís Benavente, Agostinho Ricca, Cassiano Branco e Viana de Lima.

É neste momento do 4º Congresso AAP, que surge também o projeto do Instituto José Marques da Silva, cujo anúncio terá sido alvo de várias felicitações tanto ao nível da imprensa, como também no próprio congresso:

> "Embora entrando eventualmente no foro íntimo de sua família e de sua filha aqui presente, a Arquiteta Maria José Marques da Silva, e de seu marido, o Professor Arquiteto Moreira da Silva, não quero deixar de referir a satisfação e o enriquecimento que advém para a cidade da constituição da Fundação Marques da Silva, cuja criação é sua intenção" (Correia, 1986).

A propósito deste anúncio, a imprensa divulga a iniciativa, deixando bem clara a importância que se começava a dar à preservação e documentação da história da arquitetura e dos seus intervenientes (Almeida, 1986; Correio da Manhã, 1986). Parabeniza-se repetidamente Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva pelo projeto, e pelos seus esforços para a conservação e o reconhecimento da obra do Mestre. Na imprensa reclamava-se ainda, um maior reconhecimento do papel de Marques da Silva na cidade do Porto, exigindo à Câmara Municipal e outras entidades competentes, a classificação das obras de José Marques da Silva como Património e ainda a criação de um prémio de Arquitetura para a cidade em seu nome (Gomes, 1986). Assim, em 1986, Maria José Marques da Silva declarava à imprensa que:

> "Os estatutos da fundação, a cargo do advogado portuense Augusto Lopes Cardoso, estão praticamente concluídos, e que este causídico presidirá à futura instituição, que terá sede na monumental residência de Marques da Silva, por ele construída, na Praça Marquês do Pombal" (Correio da Manhã, 1986).

No entanto, o Instituto José Marques da Silva seria apenas formalizado anos

---

[6] Na documentação consultada no Centro Documental da Biblioteca Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, foi possível ver uma carta dirigida ao Museu Nacional Soares dos Reis com o pedido "de fotografias de pessoas com ele [José Marques da Silva] conviveram ou trabalharam, tais como: Marques de Oliveira, Soares dos Reis, José Geraldes da Silva Sardinha, Teixeira Lopes e Alves Sousa, Henrique Moreira, Sousa Caldas, etc." em falta para a Exposição. Foi ainda possível consultar a troca de cartas entre a Secção Regional Norte e as várias entidades da Câmara Municipal do Porto, relativamente à Exposição Este trabalho é também recordado pela Dr.ª Lídia Meireles.

123. Beatriz Madureira e Maria José Marques da Silva na exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*, Porto, 1986

124. David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva na exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947*, Porto, 1986

mais tarde quando morre Maria José Marques da Silva (1994), que deixava em testamento todo o espólio do arquiteto José Marques da Silva à Universidade do Porto[7]. Nos Estatutos da Fundação («Estatutos», 2008), adaptados deste documento, é possível ler a missão que Maria José definia para a mesma:

> "A promoção cultural, científica pedagógica, designadamente a classificação, preservação, conservação e divulgação de todo o património artístico e arquitetónico do Arq. José Marques da Silva [...] assim perpetuando a [sua] memória e a sua ação na promoção da arquitetura, em particular, e da arte em geral" («Estatutos», 2008).

Estabelecendo ainda como objetivos a criação de um prémio bienal, «Prémio Arquitecto José Marques da Silva» dirigido aos alunos de Arquitetura da Universidade do Porto. E a abertura do «Museu Arquitecto José Marques da Silva», que deveria contribuir para a valorização e dignificação das obras do Mestre («Estatutos», 2008). Deveriam ainda ser promovidas atividades de ensino e divulgação cultural, não apenas relativas ao arquiteto José Marques da Silva, mas também em colaboração com outras entidades no panorama da Arquitetura para promoção e dignificação da mesma («Estatutos», 2008). Assim, a criação da fundação espelhava a dedicação de uma vida à figura de José Marques da Silva.

Hoje em dia a Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, "é uma fundação de direito privado, instituída pela Universidade do Porto e reconhecida em despacho publicado no Diário da República n.º 139, de 21 de Julho de 2009" («A Fundação», s.d.). E recolhe, não só o espólio de José Marques da Silva, como também da sua filha, Maria José Marques da Silva, e genro, David Moreira da Silva. Tem vindo também a recolher os espólios de Fernando Távora, José Carlos Loureiro, Alcino Soutinho, Fernando Lanhas, Raúl Hestnes Ferreira, entre outros («Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva», s.d.).

[7] Durante o curso da investigação, mesmo em contacto com a Fundação Marques da Silva, não foi possível encontrar documentos ou informações relativas a este intervalo de oito anos, entre o anúncio da criação da fundação no 4º Congresso AAP em 1986 e a morte de Maria José Marques da Silva em 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frequentemente a primeira e única mulher na sala, Maria José Marques da Silva irá ser, durante toda a sua vida, uma figura pioneira da Arquitetura Portuguesa. A primeira aluna de Arquitetura da Escola de Belas-Artes do Porto, a primeira arquiteta nos *ateliers* em Portugal e a primeira Presidente de um órgão da Associação dos Arquitectos Portugueses; o percurso de Maria José Marques da Silva vai ser marcado por uma série de conquistas, que no contexto histórico-político do país, seriam sem dúvida revolucionárias.

No entanto, Maria José Marques da Silva é ainda uma figura largamente desconhecida da História da Arquitetura Portuguesa. Assim, nesta investigação pretendia-se fazer uma documentação do seu percurso e contribuir para a construção dessa história, acrescentando um novo testemunho ao que é fazer parte da Arquitetura em Portugal e dando voz a esta personagem que por diversas razões foi sendo esquecida.

Talvez por ter sido uma figura relativamente conservadora no panorama da Arquitetura Portuguesa, mas muito possivelmente, por ter sido considerada pelos seus pares apenas uma gestora dos projetos que o seu marido realizava (Pires, 2012, p.184); Maria José Marques da Silva torna-se central na luta para a construção de uma História das Arquitetas Portuguesas. Particularmente, no momento inicial em que as mulheres entram na arquitetura em Portugal e começam, lentamente, a fazer parte da construção do país.

Reconhecendo que a História das Arquitetas Portuguesas não deixa de fazer parte da História da Arquitetura, mas tendo em conta as invisibilidades e as injustiças que as arquitetas ainda hoje sentem, desde o momento em que Maria José Marques da Silva abre o seu *atelier* com David Moreira da Silva em 1943, o tema torna-se imprescindível no contexto do trabalho. Aqui, com a análise da bibliografia existente e apesar dos esforços dos vários autores, é possível perceber as lacunas profundas que ainda existem no conhecimento dos contributos das mulheres nesta área, ou que impactos estes tiveram na arquitetura em Portugal.

O estudo de Maria José Marques da Silva, neste contexto, permitiria ainda identificar as *nuances* nas dificuldades que as mulheres enfrentaram ao entrar no

campo da arquitetura. Nomeadamente comparando o seu percurso com o da arquiteta Maria José Estanco, sua contemporânea, que por não pertencer à mesma elite social de Maria José Marques da Silva, não iria ter as mesmas oportunidades. Maria José, filha de José Marques da Silva, nesta época um dos nomes mais influentes do Porto, veria o seu percurso algo facilitado, permitindo-lhe a construção de uma longa carreira na Arquitetura.

Uma peça fundamental no sucesso da sua filha, o Mestre Marques da Silva, iria ainda influenciar todo o percurso de Maria José, desde os seus anos de formação, onde vemos nos trabalhos da aluna referências diretas às obras do Mestre. Ou ainda na conclusão dos seus estudos no *atelier* de José Marques da Silva, onde iria realizar o seu tirocínio. Mais tarde, a conclusão das obras de José Marques da Silva, após o seu falecimento, iria também representar uma parte importante da obra do *atelier* de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, onde as novas intervenções se confundem com o projeto inicial, demonstrando o respeito e apreço pelo seu Mestre. Mesmo já no final de vida de Maria José Marques da Silva, na sua ação política e cultural, reflexo do percurso do seu próprio pai, que esteve presente em diferentes instituições que contribuíam para o desenvolvimento da arquitetura e da arte em Portugal, e que terá, em 1920, feito parte da criação da Sociedade dos Arquitectos do Norte.

Ainda assim, Maria José Marques da Silva saberia beneficiar desta oportunidade, sendo reconhecida pela sua enorme determinação. Uma pessoa de ideias fixas, que lutava para atingir os seus objetivos e que demonstrava uma enorme paixão pela sua profissão[1]. No *atelier* que irá partilhar durante mais de cinquenta anos com David Moreira da Silva, teria um papel ativo, não apenas no processo de desenho, mas também na obra, onde não teria hesitações em despedaçar uma parede que não se encontrasse bem construída[2].

No estudo das obras do *atelier* de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, foi possível investigar a experiência destes arquitetos sob o regime ditatorial de António de Oliveira Salazar. Sendo notória a sua influência, desde o Planeamento Urbano, área onde começariam a trabalhar, até ao desenho das obras de arquitetura. Não deixaríamos no entanto de notar algumas variações do modelo monumentalista / nacionalista do Estado Novo nas suas obras, resultando já no final de carreira em algumas experiências modernistas, ainda que mais tardias e menos progressistas que as dos seus pares.

Nesta investigação, foi também possível abordar temas contemporâneos, através do papel de Maria José Marques da Silva na Associação dos Arquitectos Portugueses e no 4º Congresso Nacional de Arquitectura. Assuntos como o Planeamento de Território ou Arquitetura para os Arquitetos, que são tão relevantes para a profissão hoje em dia.

Numa época em que a Secção Regional Norte e a própria Associação dos Arquitectos Portugueses ainda não tinham o prestígio ou dimensão que reconhecemos hoje na Ordem dos Arquitectos, Maria José Marques da Silva iria demonstrar durante o seu mandato uma enorme dedicação e apreço pela profissão e as lutas que se travavam pela arquitetura. O seu trabalho começava no Edifício da Rua da Restauração, sede da SRN/AAP, já após um dia no *atelier*, prolongando-se frequentemente pela noite dentro. À altura, tendo apenas dois funcionários e David Moreira da Silva para a acompanhar[3]. Quem trabalhou com ela, recorda-a com carinho, como uma lutadora que procurava o devido reconhecimento para o Porto e a Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, não só junto dos seus pares, mas também junto dos poderes locais. Aqui, a organização do 4º Congresso AAP e a exposição *J. Marques da Silva, Arquitecto, 1869-1947* iriam ser as suas maiores responsabilidades.

---

[1] Numa visita à OASRN foi possível falar com a Dr.ª Lídia Meireles, que em 1985, foi contratada pela arquiteta Maria José Marques da Silva para trabalhar na SRN/AAP, da qual se retirou esta informação.

[2] Idem

[3] Idem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

Almeida, P.V., Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (Eds.). (1997). *Arquitectura do Século XX: Portugal.* München; New York: Frankfurt am Main: Lisboa: Prestel; Deutsches Architektur-Museum; Portugal-Frankfurt 97: Centre Cultural de Belém.

Cabral, M.V. (Coord.). (2006). *Relatório, Profissão: Arquitecto/a.* Estudo promovido pela Ordem dos Arquitectos. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: https://www.arquitectos.pt/documentos/1164322770I3pQH2qr9Wg02JR3.pdf

Cardoso, A. (1997). *O Arquitecto Marques da Silva e a Arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX.* Porto: FAUP Publicações.

Cardoso, A.S. (1986). *J. Marques da Silva: Arquitecto: 1869-1947*. Vila do Conde: QuidNovi, cop. 2011.

Fernandes, F. e Cannatà, M. (2003). «Edifício Miradouro [1969]» *in* Fernandes, F. e Cannatà, M., *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1925-2002.* Porto: Asa. pp.182-183

Fernandes, J.M.(2003). *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo.* Lisboa: IPPAR

FIMS e FAUP (Eds.). (2006). *Marques da Silva, o aluno, o professor, o arquitecto.* Porto: IMS – Instituto Arquitecto José Marques da Silva; FAUP Publicações.

Gröer, E. (1945-1946). «Introdução ao Urbanismo» in *Boletim da Direção Geral dos Serviços de Urbanização*, Vol. I. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações. pp.17-86

Lobo, M.S. (1995). *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco.* Porto: FAUP Publicações

Lousa, A.P. (2001). «Ficha 17: Edifícios-Torre» in Costa, A.A. (Ed.). *Porto 1901 - 2001: Guia de Arquitectura Moderna.* Porto: Ordem dos Arquitectos; Civilização

Pereira, N.T. (1987). «A Arquitectura do Estado Novo, de 1926 a 1959» in Pinto, A.C., *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia, 1926 - 59*, Vol. II. Lisboa: Fragmentos. pp.323-358

Pereira, N.T. (1997). «A Arquitectura de Regime. 1938 - 1948» *in* Almeida, P.V., Becker, A., Tostões, A. e Wang, W. (Eds.). Arquitectura do século XX: Portugal. München; New York: Frankfurt am Main: Lisboa: Prestel; Deutsches Architektur-Museum; Portugal-Frankfurt 97: Centre Cultural de Belém.

Portas, N. (1973). «A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma interpretação» *in* Zevi, B. *História da Arquitectura Moderna,* Vol. II. Lisboa: Arcádia, pp.687-744

Rosas, F. e Brito, J.M. (1996). «Arquitectura» *in* Rosas, F. e Brito, J.M., *Dicionário de História do Estado Novo,* Vol. I. Lisboa: Bertrand Editora. pp.61-64

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E DOUTORAMENTO

Afonso, A. (2017). *"O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?" A Produção Urbanística do Atelier Moreira da Silva.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/81525

Almeida, T. (2017). *Arquitectura e Binário, 1940 – 1979. As (in)visibilidades das Mulheres na Arquitectura Portuguesa.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em: http://hdl.handle.net/10437/8626

Antunes, L. (2012). *Arquitectura: Substantivo Feminino. Contribuição para uma História das Mulheres na Arquitectura.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/20558

Cabral, N. (2017). *Três Arquitetas. Três Gerações. Uma Escola.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109837

Casanova, C. (2015). *Transformação da forma urbana da cidade de Barcelos.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo. Escola Superior Gallaecia (ESG). Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.26/8996

Ferreira, J. (2016). *Entre a Janela e o Corpo. As Relações de Género no Limiar da Habitação.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/32949

Ferreira, S. (2003). *Aveiro no Estado Novo: a cidade idealizada versus a cidade operacionalizada.* Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/19316

Gama, J. (2011). *Arquitetura e turismo na cidade do Funchal no século XX.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/15823

Mendes, G. (1999). *Matosinhos: análise da evolução urbana (1733-1999).* Prova Final de Licenciatura em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Moniz, G.C. (2011). *O Ensino Moderno da Arquitectura: A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69).* Dissertação de Doutoramento em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/18438

Pinheiro, S. (2018). *Arquitectas: Superar a Invisibilidade. Reconhecimento de Mercês Vieira e Desirée Pedro na Arquitectura Portuguesa.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/81530

Pires, M.C.M. (2012). *O Atelier de Arquitetura / Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins. Visibilidade da Memória.* Vol I. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/67327

Pires, M.C.M. (2012) [a]. *O Atelier de Arquitetura / Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins. Visibilidade da Memória.* Vol. II. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/67327

Pires, M.C.M. (2012) [b]. *O Atelier de Arquitetura / Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins. Visibilidade da Memória.* Vol. III. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/67327

Portela, R. (2013) *Mundo Novo: Feminino Tropical: Maria Emília Caria e o Urbanismo no Ultramar.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. ISCTE-IUL. Disponível em: http://hdl.handle.net/10071/7943

Ribeiro, I. (1999). *Evolução do Planeamento e Transformação da Forma Urbana da Cidade de Barcelos.* Prova Final de Licenciatura em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Roxo, J. (2016). «*A Senhora Arquitecto»: Maria José Estanco. Contribuição para o Estudo da 1ª Arquiteta Portuguesa.* Projeto Final de Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: http://hdl.handle.net/10071/13160

Sebastião, J. (2013). *Arquitectura, Imagem e Cenografia. O Estado Novo e a Construção de uma Identidade Nacional.* Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/24212

JORNAIS, REVISTAS E ARTIGOS

«4º Congresso dos Arquitectos» (1986, Abril) *in* Byrne, G.S. (Dir.) *Jornal Arquitectos*, nº46. Lisboa: Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses / Secção Regional Sul. pp.4-5

«Breve Entrevista com Pedro Brandão da SRS» (1986, Janeiro) *in* Byrne, G.S. (Dir.) *Jornal Arquitectos*, nº43. Lisboa: Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses / Secção Regional Sul. p.7

«Eleições: Resultados». (1987, Fevereiro) *in* Byrne, G.S. (Dir.) *Jornal Arquitectos*, nº53. Lisboa: Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses / Secção Regional Sul. p.16

«Eleições». (1987, Janeiro). *in* Byrne, G.S. (Dir.) *Jornal Arquitectos*, nº53. Lisboa: Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses / Secção Regional Sul. pp.6-8 / 10-12

«Entrevista com Nuno Teotónio Pereira» (1987, Janeiro) *in* Byrne, G.S. (Dir.) *Jornal Arquitectos*, nº53. Lisboa: Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses / Secção Regional Sul. p.3

«Informação: 4º Congresso - Programa». (1986, Março) *in* Byrne, G.S. (Dir.) *Jornal Arquitectos*, nº45. Lisboa: Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses / Secção Regional Sul. p.2

«Maria José Marques da Silva». (2002). *in* Brandão, P. e Associação dos Arquitectos Portugueses (Eds.). Boletim dos Arquitectos, Nº112. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, pp.8-9

Antunes, L. (2015). «Reinventar la Arquitectura. Hay una mujer justo a tu lado». *in* N. Lombardero (Ed.), *ArquitectAs, Redefiniendo la profesión.* Málaga: Recolectores Urbanos Editorial. pp.175-188. Disponível em: https://www.academia.edu/35059600/_ES_Reinventar_la_Arquitectura._Hay_una_mujer_justo_a_tu_lado

Antunes, L. (2016). [a] «Questões de Género em Arquitectura: História(s), Espaço(s) e Experiências Profissionais e Arquitectónicas». *Ex Aequo.* Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, n.º33, pp.67-81. Disponível em: https://www.academia.edu/35059616/_PT_Quest%C3%B5es_de_G%C3%A9nero_em_Arquitetura_Hist%C3%B3rias_s_espa%C3%A7o_s_e_experi%C3%AAncias_profissionais_e_arquitet%C3%B3nicas

Antunes, L. (2018). «Paths of Resistance: the Association "Women in Architecture" in Portugal» in MoMoWo Symposium 2018. International Conference. Women's Creativity since de Modern Movement (1918-2018): Towards a New Perception and Reception. Itália: Politécnico de Turim. Disponível em: https://www.academia.edu/39325854/Paths_of_Resistance_Women_in_Architecture_Association_in_Portugal

Dias, M.G. (Dir.) (2011). *Ser Mulher: Being a Woman, J.A. - Jornal dos Arquitectos*, n.º242. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Figueira, J. (Coord.). (2010). *Joelho #1: Mulheres na Arquitetura.* Revista de Cultura Arquitetónica do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitetura (Edarq).

Marques da Silva, M.J. (1936) «Na Escola de Belas Artes do Porto». Entrevista concedida a Judith Marggioly. *in* Lopes, A.M. (Ed.). *Modas e Bordados. Vida Feminina*, nº 1277. Lisboa: J.J.S.Graça, pp.7, 14.

Milheiro, A.V. (2011). «Maria Carlota Quintanilha, uma Arquitecta em África» *in* Dias, M.G. (Dir.). *Ser Mulher: Being a Woman, J.A. - Jornal dos Arquitectos*, n.º242. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Pedrosa, P.S. (2013). «Architectes [Portugal depuis le début du xxe siècle]» *in* Fouqué, A.; Didier, B. e Calle-Grauber, M. (Eds.). *Le Dictionnaire Universel des Créatrices,* Vol. I. Paris: Les Editions des Femmes. p.244. Disponível em: https://www.academia.edu/9266252/Architectes_Portugal_

Pedrosa, P.S. (2013). [a] «Maria José Estanco» *in* Fouqué, A.; Didier, B. e Calle-Grauber, M. (Eds.). *Le Dictionnaire Universel des Créatrices,* Vol. I. Paris: Les Editions des Femmes. p.1457. Disponível em: https://www.academia.edu/9266431/Maria_Jos%C3%A9_Estanco

Pedrosa, P.S. (2013). [b] «Maria José Marques da Silva» *in* Fouqué, A.; Didier, B. e Calle-Grauber, M. (Eds.). *Le Dictionnaire Universel des Créatrices,* Vol. I. Paris: Les Editions des Femmes. p.2797. Disponível em: https://www.academia.edu/9266444/Maria_Jos%C3%A9_Marques_da_Silva

Pereira, N.T. (1986, Março). «4º Congresso: Um Passo Decisivo» *in* Byrne, G.S. (Dir.) *Jornal Arquitetos*, nº 45. Lisboa: Jornal da Associação dos Arquitectos Portugueses / Secção Regional Sul. p.3

Trigoso, A.F. *et all.* (2010). «Maria José Marques da Silva: Memória, Continuidade, Intervenção» *in* Figueira, J. (Coord.). *Joelho #1: Mulheres na Arquitetura.* Revista de Cultura Arquitetónica do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitetura (Edarq). pp.60-63. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/37210

PUBLICAÇÕES ONLINE

«A Fundação: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS)». (s.d.). Fundação Marques da Silva. Disponível em: https://fims.up.pt/index.php?cat=1

«Alfredo Viana de Lima». (s.d.). Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20alfredo%20viana%20de%20lima

«Congressos dos Arquitectos». (s.d.). Ordem dos Arquitectos. Disponível em: https://www.arquitectos.pt/index.htm?no=1010062557,151

«Diretores FBAUP 1836-2014: Da Academia Portuense à Atualidade». (2014). Porto: Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto. Disponível em: https://issuu.com/fbaupsdi/docs/diretores_fbaup_1836_2014

«Estatutos». (2008). Fundação Marques da Silva. Disponível em: https://fims.up.pt/index.php?cat=1

«Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva». (s.d.). Arquivo Digital da Fundação Marques da Silva. Disponível em: https://arquivoatom.up.pt/index.php/fundacao-instituto-arquitecto-jose-marques-da-silva

«Grandes Armazéns Nascimento». (s.d.). Fundação Marques da Silva. Disponível em: https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=2&subsubcat=8&proj=3

«José Marques da Silva». (s.d.). Fundação Marques da Silva. Disponível em: https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=2

«Maria José Marques da Silva & David Moreira da Silva». (s.d.). Fundação Marques da Silva. Disponível em: https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=15

«Palácio da Sociedade Martins Sarmento» (s.d.). Arquivo Digital da Fundação Marques da Silva. Disponível em: https://arquivoatom.up.pt/index.php/nacional-2

«W@ARCH.PT - Arquitetas em Portugal: Construção da Visibilidade, 1942-1986». (2019). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Disponível em: https://www.iscsp.ulisboa.pt/pt/investigacao/investigacao-sociedade/projetos-em-curso/w-arch-pt-arquitetas-em-portugal-construcao-da-visibilidade-1942-1986

Antunes, L. (2016). «As questões de género e a arquitetura hoje: Un día/Una Arquitecta e Projecto MoMoWo». 2º Colóquio Internacional De Estudantes De Mestrado e Doutoramento Em Estudos Feministas / Estudos De Género / Estudos Sobre as Mulheres. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: https://www.academia.edu/35060421/_PT_As_quest%C3%B5es_de_g%C3%A9nero_e_a_arquitectura_hoje_Un_d%C3%ADa_Una_Arquitecta_e_Projecto_MoMoWo

Antunes, L. e Pedrosa, P.S. (2018). «Female Portuguese Architects History: A fundamental act of citizenship». European Social Science History Conference. Belfast. Disponível em: https://www.academia.edu/35059661/_EN_Female_Portuguese_Architects_History_A_fundamental_act_of_citizenship

Arquitetas Invisíveis. (s.d). «Quem Somos». Arquitetas Invisíveis - Quem Somos - Trajetória. Disponível em: https://www.arquitetasinvisiveis.com/trajetoria?fbclid=IwAR3VNro8vhpB9rQnBtDU6Eouxo40Z7k8zQBo_KOdRJieJZMURiXuVo2EkQQ

Fernandes, E. (2017). «Edifício Barjona de Freitas, Barcelos». Galeria de Obras de José Marques da Silva, Arquivo Digital da Fundação Marques da Silva, Porto. Disponível em: http://hdl.handle.net/1822/45758

Figueira, J. (2010). [a] «Ela é cada vez mais feminina». *Jornal Público*. Disponível em: https://www.publico.pt/2010/03/06/jornal/ela-e-cada-vezmais-feminina-18911283

Lance, H. (2016). «Por que a representação igualitária para mulheres na arquitectura é melhor para todos». (Gabriel Pedrotti, Trad.). *Archdaily Brasil*. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/784236/porque-representacaoigualitaria-para-mulheres-na-arquitetura-e-melhor-para-todos

Marques, J. (2015). *Reconstituição biográfica dos arquitectos representados na exposição de 1953: "Marques da Silva: Exposição conjunta das principais obras do mestre e de alguns dos seus discípulos"*. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva. Disponível em: https://issuu.com/fundacaomarquesdasilva/docs/ebook_expo1953_vf1

Monteiro, P. (2016). «Mulheres Invisíveis. Princípios para uma reconstrução do discurso em Arquitetura». *Urbana*, Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. Disponível em: https://doi.org/10.20396/urbana.v7i2.8642604

Pedrosa, P.S. (2014). «Women Architectes in Portugal. A long and winding road». Women Architects: Redefining the Practice. 1st International Symposium on Architecture and Gender. Sevilla: ETSAS – Universidad de Sevilla. Dispnível em: https://www.academia.edu/6521937/Women_architects_in_Portugal._A_long_and_winding_road

Pedrosa, P.S. (2010). «Being a female architect in Portugal: a short introduction to a long ride» 1st International Meeting EAHN European Architectural History Network – CD of Papers. Guimarães: CHAM, EAUM, EAHN. Disponível em: https://www.academia.edu/949145/Being_a_female_architect_in_Portugal_a_short_introduction_to_a_long_ride

Pedrosa, P.S. (2019). «The W@ARCH.PT as an Ongoing Feminist Research Project in Architecture: Contextualizing Initial Reflections». The Plan Journal, Volume 4, Issue 2. Disponível em: http://www.theplanjournal.com/article/warchpt-ongoing-feminist-research-project-architecture-contextualizing-initial-reflections

Pérez-Moreno, L.C. e Pedrosa, P.S. (2020). «Women Architects on the Road to an Egalitarian Profession - The Portuguese and Spanish Cases». Arts 2020, 9(1), 40. Disponível em: https://doi.org/10.3390/arts9010040

Pogrebin, R. (2016). «I Am Not the Decorator: Female Architects Speak Out». *The New York Times*. Disponível em: https://www.nytimes.com/2016/04/13/arts/design/female-architects-speak-out-on-sexism-unequal-pay-and-more.html?_r=0

W@ARCH.PT. (s.d.). «Projeto. Equipa». W@ARCH.PT. Arquitetas em Portugal: Construção da Visibilidade, 1942 - 1986». Disponível em: https://warch.iscsp.ulisboa.pt/projeto-equipa/

APRESENTAÇÕES

Figueira, J. (2019, 11 de Outubro). *Maria José Marques da Silva. Arquivo, Inventariação, Invenção.* Apresentado em *E Contudo Elas Movem-se... Na Arquitetura*, Fundação Instituto Marques da Silva, Porto.

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

«4º Congresso AAP: Índice das Propostas Aprovadas». (1986). 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto.

«4º Congresso AAP». (1986). Folheto de Divulgação. 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto.

Almeida, P.V. (1986). «A Exposição Marques da Silva». Artigo de Jornal. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto.

«Arq.ª M.ª José Marques da Silva». (1986). Gravações do 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto. p.79

«Arq.ª Olga Quintanilha». (1986). Gravações do 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto. pp.59-61.

«Arq.º Álvaro Siza Vieira». (1986). Carta escrita por Álvaro Siza Vieira transcrita nas Gravações do 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto. p.35

«Arq.º Teotónio Pereira». (1986). Gravações do 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto. pp.76-77.

«Assembleias Gerais». (1986). Discussão do sub-tema 2: Instrumentos Legais e Institucionais e Prática Profissional. 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto.

«Actas das Comissões Eleitorais». (1984-1989). Livro de Atas. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto.

Correio da Manhã. (1986). «Fundação para apoio à arquitetura vai nascer no Porto». Artigo de Jornal. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto.

«Curriculum Vitae de Maria José Marques da Silva». (1977). Consultado no Arquivo da Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

«Discussão do tema central deste congresso - tema 3 - relativamente ao estatuto da associação». (1986). Gravações do 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Porto. pp.12-34.

Gomes, F. (1986). «Marques da Silva - Património da Cidade». Artigo de Jornal. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos

«Lista A: Programa Eleitoral». (1984). Programa Eleitoral da Lista A, candidata ao mandato de 1984/1986, para a Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos

«Lista B: Programa Eleitoral». (1984). Programa Eleitoral da Lista B, candidata ao mandato de 1984/1986, para a Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

«Memorandum». (1986). 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos

«Proponentes das Alternativas». (1986). Gravações do 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos. pp. 75-83.

«Proposta de Estatutos». (1986). Proposta de Estatutos apresentada pelo Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses (CDN / AAP) no 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

«Tema 1: Necessidade de uma Política Ofensiva da Cultura Arquitetónica em Portugal». (1986). Proposta do Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses (CDN/ AAP). 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

«Tema 2: Propostas do Conselho Diretivo Nacional». (1986). Três propostas do Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses (CDN / AAP). 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Azeredo, L. e Correia, J. R. (1986). «Outras moções aprovadas em congresso». Três propostas apresentadas no 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Castro, C. e Martins, H. (1986). «Alterações Propostas aos Estatutos Atuais». Proposta apresentada no 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Correia, J.R. (1986). «Discurso de Abertura de João Rosado Correia». 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Pereira, N.T. (1986). «Discurso de Abertura de Nuno Teotónio Pereira». 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Portas, N. (1986). «Uma outra praxis para uma "nova" classe». Documento Anexo Nº1, Sessões do Subtema 1 do 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Soares, M. (1986). «Discurso de Abertura de Mário Soares». 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

Tainha, M. (1986). «Discurso de Abertura de Manuel Tainha». 4º Congresso AAP. Consultado na Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

CRÉDITO DAS IMAGENS

CAPÍTULO 1 | AS MULHERES NA ARQUITETURA EM PORTUGAL

1. http://ascausasdajulia.blogspot.com/2017/04/maria-amelia-chaves-1911-2017.html
2. Roxo, 2016, p. 114
3. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-marques-da-silva-31
4. https://impactum-journals.uc.pt/joelho/issue/view/4
5. Pinheiro, 2018, p. 90
6. https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/
7. http://www.momowo.eu/
8. https://www.facebook.com/mulheresnaarquitectura/
9. Almeida, 2017, p.66
10. Cabral, 2017, p. 66
11. Cabral, 2017, p. 66
12. Cabral, 2017, p. 66
13. Pinheiro, 2018, p. 146
14. Pinheiro, 2018, p. 168
15. http://40mulheres.redejovensigualdade.org.pt/lia-antunes/
16. https://www.construir.pt/wp-content/uploads/2019/04/Patricia-Santos-Pedrosa-683x1024.jpg
17. Roxo, 2016, p.86
18. https://fims.up.pt/index.php?cat=45
19. Roxo, 2016, p. 97
20. Roxo, 2016, p. 90
21.https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/2015/05/14/maria-jose-marques-da-silva-1914-1996/
22. https://arquivoatom.up.pt/index.php/david-moreira-da-silva-65
23. https://arquivoatom.up.pt/index.php/david-e-maria-jose-24
24. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-marques-da-silva-32

CAPÍTULO 2 | ANOS DE FORMAÇÃO, 1933 - 1943

25. https://arquivoatom.up.pt/index.php/jose-marques-da-silva-21
26. https://fims.up.pt/index.php?cat=2&subcat=8&proj=2
27. https://www.serralves.pt/pt/fundacao/a-casa-de-serralves/
28. https://arquivoatom.up.pt/index.php/md0zf
29. https://arquivoatom.up.pt/index.php/antonio-oliveira-salazar-4
30. https://arquivoatom.up.pt/index.php/teixeira-lopes
31. https://arquivoatom.up.pt/index.php/jose-marques-da-silva-19
32. http://calcadadamiquinhas.blogspot.com/2012/03/biblioteca-municipal-do-porto-um-lugar.html
33. https://sigarra.up.pt/rep/av/pedificios/002/1006582_18.png
34. https://www.publico.pt/2014/04/21/culturaipsilon/noticia/ha-uma-casa-raul-lino-no-porto-1632932
35. https://arquivoatom.up.pt/index.php/f7zjg
36.http://lh3.ggpht.com/-7rIdxDES46U/T9rvmsx-JtI/AAAAAAAAYfs/R8BTfy1LGf8/s1600-h/IST.165.jpg
37. https://moedascomemorativas.pt/institucional

38. https://pt.wikipedia.org/wiki/Viana_de_Lima
39. https://expresso.pt/cultura/2015-10-31-O-olhar-da-arquitetura
40. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-marques-da-silva-14
41. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
42. Pires [a], 2012, p. 103
43. Pires [a], 2012, p. 103
44. https://arquivoatom.up.pt/index.php/busto-masculino
45. Pires [a], 2012, p. 110
46. Pires [a], 2012, p. 112
47. Pires [a], 2012, p. 118
48. Pires [a], 2012, p. 113
49. Pires [a], 2012, p. 129
50. https://arquivoatom.up.pt/index.php/d1uas
51. Pires [b], 2012, p. 94
52. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-marques-da-silva-41

CAPÍTULO 3 | O *ATELIER* MOREIRA DA SILVA / MARQUES DA SILVA, 1943 - 1994

53. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-e-david-4
54. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-e-david-saida-da-igreja
55. https://arquivoatom.up.pt/index.php/david-e-maria-jose-junto-aviao
56. https://arquivoatom.up.pt/index.php/fotografia-de-grupo-4
57. https://arquivoatom.up.pt/index.php/fims-msms-foto2832-2
58.https://ruascomhistoria.files.wordpress.com/2018/04/faria-da-costa.jpg?w=223&h=223
59. https://arquivoatom.up.pt/index.php/david-moreira-da-silva-12
60. Afonso, 2017, p. 132
61. Afonso, 2017, p. 140
62. Pires [b], 2012, p. 676
63. Pires [b], 2012, p. 676
64. Pires [b], 2012, p. 655
65. Pires [b], 2012, p. 655
66. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2075
67. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2074
68. Pires, 2012, p. 333
69. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2077
70. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2076
71. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2185
72. Pires [b], 2012, p. 598
73. Pires [b], 2012, p. 198
74. Pires [b], 2012, p. 111
75. Pires [b], 2012, p. 113
76. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2050
77. https://www.cm-aveiro.pt/thumbs/cmaveiro/uploads/poi/image/74/dscf0009_1_1024_2500.JPG
78.https://www.cm-aveiro.pt/thumbs/cmaveiro/uploads/news/image/3790/bustogustavo_recuperado_1_1024_2500.JPG
79. Pires [b], 2012, p. 36
80. Pires [b], 2012, p. 53
81. Pires [b], 2012, p. 36

82. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2055
83.https://pt.wikipedia.org/wiki/Santu%C3%A1rio_da_Penha#/media/Ficheiro:Penha_Sanctuary.JPG
84. https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/08/20/57/f3/igreja-do-mosteiro-de.jpg
85. https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/10/5b/f1/d7/monumento-aos-herois.jpg
86. Afonso, 2017, p. 92
87. Pires [b], 2012, p. 142
88. Pires [b], 2012, p. 125
89. https://arquivoatom.up.pt/index.php/jose-marques-da-silva-e-familia-4
90. Pires [b], 2012, p. 319
91. Pires [b], 2012, p. 271
92. Pires [b], 2012, p. 202
93. https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=15&subsubcat=17&proj=19
94. https://www.booking.com/hotel/pt/albergaria-miradouro.pt-pt.html
95. Pires [b], 2012, p. 423
96. http://aprendizesdepedreiro.blogspot.com/2012/10/edificio-miradouro.html

CAPÍTULO 4 | MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA E AS INSTITUIÇÕES, 1984 - 1994

97. https://arquivoatom.up.pt/index.php/david-e-maria-jose-8
98. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-marques-da-silva-48
99.https://sigarra.up.pt/up/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1627011973/armenio_losa.jpg
100.https://sigarra.up.pt/up/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1694658915/Vasco_Morais_Soares_foto.png
101. https://www.fa.ulisboa.pt/images/spsimpleportfolio/Noticias_2018/APB_2_abril2018.png
102. https://www.sabado.pt/gps/detalhe/o-arquitecto-que-trouxe-a-barba-de-cuba
103. Jornal dos Arquitectos, nº53
104. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
105. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
106. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
107. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
108. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
109. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
110. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
111. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
112. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
113. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
114. Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos
115. Jornal dos Arquitectos, nº46
116. Jornal dos Arquitetctos, nº46
117. https://arquivoatom.up.pt/index.php/homenagem-de-1928
118. https://arquivoatom.up.pt/index.php/jose-marques-da-silva-alunos-e-amigos
119. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-receber-um-ramo-de-flores
120. https://arquivoatom.up.pt/index.php/exposicao-de-2013
121. https://arquivoatom.up.pt/index.php/professor-doutor-antonio-cardoso-com-outras-pessoas-3
122. https://arquivoatom.up.pt/index.php/visao-geral-dos-visitantes-3
123. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-com-outras-pessoas
124. https://arquivoatom.up.pt/index.php/maria-jose-e-david-10

ANEXOS

1. Plano de Estudos e Docentes da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, Reforma de 1931.

2. Classificações e Medalhas de Maria José Marques da Silva no Curso de Arquitectura Civil, na Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

3. *Curriculum Vitae* de Maria José Marques da Silva, Julho de 1977.

4. Lista das Obras do *Atelier* de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, 1943 - 1994.

5. Listas candidatas à Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses (SRN/AAP) para o mandato de 1984/1986.

6. Listas candidatas aos órgãos regentes da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) para o mandato de 1987/1989.

7. 4º Congresso da Associação dos Arquitectos Potugueses, Porto, 1986:

7.1. Temas do 4º Congresso AAP;

7.2. Programa do 4º Congresso AAP;

7.3. Discurso de Abertura: Arquitecto Nuno Teotónio Pereira;

7.4. Discurso de Abertura: Presidente da República, Mário Soares;

7.5. Sessões do Subtema 1. Documento Anexo Nº1: «Uma outra praxis para uma "nova" classe», Arquitecto Nuno Portas;

7.6. Gravações do 4º Congresso: Alternativa da Substituição da Designação de APP por Ordem dos Arquitectos, pp.75-83;

7.7. Principais Conclusões do 4º Congresso AAP;

7.8. 4º Congresso AAP: Índice das Propostas Aprovadas;

7.9. *Memorandum*;

7.10. Recortes de Imprensa.

ANEXO 1 | PLANO DE ESTUDOS

Plano de Estudos e docentes do curso de Arquitectura Civil na Escola Superior de Belas-Artes do Porto (Reforma de 1931), como frequentado pela aluna Maria José Marques da Silva. Informação compilada através da dissertação da Dr.ª Maria do Carmo Pires, *O Atelier de Arquitectura / Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins. Visibilidade da Memória* (2012) e do Dr.º Gonçalo Canto Moniz, *O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal* (1931-69) (2011).

PLANO DE ESTUDOS

CADEIRAS DO ENSINO ARTÍSTICO		
1ª Cadeira	Geometria Descritiva e Estereotomia	António Bonfim Barreiros
2ª Cadeira	Ornamentação, Estilização e Estereotomia	Manuel Marques
3ª Cadeira	Desenho de Figura do Antigo e Modelo Vivo	Acácio Lino
4ª Cadeira	Arquitectura	José Marques da Silva
5ª Cadeira	Pintura	Joaquim Lopes
6ª Cadeira	Pintura	Dordio Gomes
7ª Cadeira	Escultura	António Teixeira Lopes
8ª Cadeira	Desenho Arquitectónico e de Construção e de Salubridade das Edificações	José Marques da Silva

CADEIRAS DO ENSINO LITERÁRIO		
9ª Cadeira	História Geral da Arte	Aarão de Lacerda
10ª Cadeira	Arqueologia Artística Geral e Portuguesa	Aarão de Lacerda
11ª Cadeira	História, Geografia Histórica e Etnografia	Acácio Lino

CADEIRAS DO ENSINO CIENTIFICO		
12ª Cadeira	Anatomia Artística	Manuel Monterroso
13ª Cadeira	Álgebra, Geometria Analítica e Trignometria Plana. Elementos de Cálculo Integral e Diferencial. Mecânica.	Álvaro Lima
14ª Cadeira	Estatística Gráfica, Resistência dos Materiais, Construções Metálicas, Betão Armado e Topografia	Júlio José Brito

ANEXO 2 | CLASSIFICAÇÕES E MEDALHAS

Classificações e medalhas obtidas por Maria José Marques da Silva no Curso de Arquitectura Civil na Escola de Belas-Artes do Porto.

CLASSIFICAÇÕES

1º ANO | CURSO ESPECIAL | 1933 - 1934		
1ª Cadeira (1ª Parte)	Geometria Descritiva; Perspectiva; Teoria das Sombras	16 Valores
2ª Cadeira (1ª Parte)	Estilos Ornamentais; Ornamentação do Natural	15 Valores
3ª Cadeira (1ª Parte)	Desenho de Figura do Antigo	15 Valores
8ª Cadeira (1ª Parte)	Ordens e Trechos Arquitectónicos	18 Valores
11ª Cadeira (1ª Parte)	História	16 Valores
13ª Cadeira (1ª Parte)	Álgebra; Geometria Analítica; Trigonometria	17 Valores

2º ANO | CURSO ESPECIAL | 1934 - 1935		
1ª Cadeira (2ª Parte)	Geometria Descritiva; Estereotomia	15 Valores
3ª Cadeira (2ª Parte)	Desenho de Figura do Antigo	16 Valores
3ª Cadeira (3ª Parte)	Desenho de Modelo Vivo	16 Valores
4ª Cadeira (1ª Parte)	Arquitectura	17 Valores
11ª Cadeira (2ª Parte)	História; Geografia Histórica; Etnografia	S/ Inf.
13ª Cadeira (2ª Parte)	Elementos de Cálculo Integral e Diferencial; Mecânica	15 Valores

3º ANO | CURSO ESPECIAL | 1935 - 1936		
2ª Cadeira (2ª Parte)	Estilização; Composição Ornamental	16 Valores
4ª Cadeira (2ª Parte)	Arquitectura	18 Valores
9ª Cadeira (1ª Parte)	História da Arte na Antiguidade	16 Valores
14º Cadeira (1ª Parte)	Estática Gráfica; Resistência dos Materiais; Estabilidade	16 Valores
14ª Cadeira (3ª Parte)	Topografia	14 Valores

4º ANO | CURSO ESPECIAL | 1936 - 1937		
4ª Cadeira (3ª Parte)	Arquitectura	17 Valores
8ª Cadeira (2ª Parte)	Prática da Construção	16 Valores
9ª Cadeira (2ª Parte)	Arte Medieval e Moderna	18 Valores
14ª Cadeira (2ª Parte)	Construções Metálicas; Betão Armado	16 Valores

MEDALHAS

CURSO SUPERIOR

ANO	ÉPOCA	CONCURSOS	ENTREGA	AVALIAÇÃO	MEDALHA	NOTA
1º Ano 1937 - 1938	1º Período	4ª Cadeira (4ª Parte): Projecto Grande Composição «Um Baptistério»	06/11/1937	08/01/1938	1ª Menção	14
		4ª Cadeira (4ª Parte): Esboceto Grande Composição «Comunidade Hospitaleira»	16/12/1937	08/01/1938	2ª Menção	12
	2º Período	4ª Cadeira (4ª Parte): Projecto Grande Composição «Um Museu Histórico»	20/01/1938	26/04/1938	1ª Medalha	20
		4ª Cadeira (4ª Parte): Esboceto Grande Composição «Escola Anexa a Salão de Vendas e Exposição de Arte»	07/04/1938	26/04/1938	1ª Menção	16
	3º Período	4ª Cadeira (4ª Parte): Projecto de Urbanização «Um Parque e Esplanadade Peregrinação»	20/05/1938	03/06/1938	2ª Medalha	18
		4ª Cadeira (4ª Parte): Esboceto Grande Composição «Umas Alminhas»	21/05/1938	04/06/1938	2ª Menção	12
	4º Período	4ª Cadeira (4ª Parte): Projecto de Composição Decorativa	28/06/1938	20/07/1938	1ª Medalha	18
		8ª Cadeira (3ª Parte): Projecto de Construção Geral	29/06/1938	30/07/1938	1ª Menção	16
		10ª Cadeira (1ª Parte): Teórico de Arqueologia Artística Geral e Portuguesa	30/06/1938	20/07/1938	2ª Medalha	16
		10ª Cadeira (2ª Parte): Concursos de Arqueologia Artística	-	26/04/1938	2ª Medalha	16
2º Ano 1938 - 1939	1º Período	4ª Cadeira (4ª Parte): Projecto Grande Composição «Uma Igreja Paroquial»	05/04/1938	09/01/1939	2ª Medalha	17

Informação compilada através da dissertação da Dr.ª Maria do Carmo Pires, *O Atelier de Arquitectura / Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins. Visibilidade da Memória* (2012) e da publicação *Reconstituição Biográfica dos Arquitectos representados na Exposição de 1953: "Marques da Silva: Exposição conjunta das principais obras do mestre e de alguns dos seus discípulos"* (Marques, 2015).

ANEXO 3 | *CURRICULUM VITAE* DE MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA

Transcrição do «*Curriculum Vitae* de Maria José Marques da Silva», de Julho de 1977, arquivado na Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

***CURRICULUM VITAE* DE**
MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA MARTINS

Filha do Prof. arquitecto José Marques da Silva e de Júlia Lopes Martins Marques da Silva;

Natural da freguesia do Bonfim - Porto, nasceu em 07/09/1914;

Obteve o diploma do curso geral dos liceus em 30/09/1936;

Em 1935, matriculou-se na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, onde concluiu o respectivo Curso Especial no lectivo de 1937 / 1938 e o Curso Superior de Arquitectura em 05/11/1938;

Fez tirocínio, dirigindo "in loco", em 1939 / 1943, todos os trabalhos de construção do seu prédio de rendimento sito às ruas de D. António Barroso e Barjona de Freitas, na cidade de Barcelos, cujo projecto elaborou orientada por seu pai, em Julho de 1939;

Em Julho de 1943 após defesa da respectiva tese na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, obteve o diploma de arquitecto com a classificação de 18 valores (distinta).

Tomou parte no I Congresso Nacional de Arquitectura realizado em Lisboa, em 1948 e nos seguintes Congressos da União Internacional dos Arquitectos:

- Lisboa, 1953;
- Moscovo, 1958;
- Londres, 1961;
- Praga, 1967.

Aproveitando a deslocação aquelas capitais, efectuou proveitosas visitas de estudo às cidades de:

- Bruxelas, Estocolmo, Leninegrade, Varsóvia, Colónia, Berlim e Paris;
- Edimbourgo, Perth e Glásgua;
- Brno, Bratislava e Viena de Áustria.

Além daquelas ainda efectuou, entre outras, várias visitas de estudo às seguintes cidades, em:

- ESPANHA: Madrid, Sevilha, Barcelona, Burgos, Toledo, Salamanca, Santiago de Compostela e Corunha;

- FRANÇA: Versalhes, Fontainebleau, Lourdes, Toulouse, Carcassone, Bordeus, Nimes, Lyon e Tours;
- BÉLGICA: Bruges, Gand e Antuérpia;
- SUÍÇA: Genebra, Lausana, Berna, Zurique e Basileia;
- ITÁLIA: Roma, Turim, Milão, Pompeia, Assis, Bolonha, Veneza, Florença e Pisa;
- INGLATERRA: Oxford, Cambridge, Sheffield, Nothingham, Birmingham, Liverpool e Manchester;
- HOLANDA: Haia, Amsterdão, Delft, Harlem, Roterdão e Hilversum.

Pela relevância dos serviços profissionais prestados a título gracioso para engrandecimento da Sociedade Martins Sarmento, pertence ao seu Quadro de Sócios Honorários por deliberação da Assembleia Geral reunida em 15 de Maio de 1953;

Em sinal de reconhecimento pelos serviços profissionais prestados a título gracioso e por proposta do respectivo Juiz, aprovada por aclamação, foi proclamada Irmã Benfeitora da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, em 2 de Setembro de 1953;

Reconhecendo a importância a sua acção profissional no desenvolvimento do Santuário, foi admitida, por deliberação da respectiva Mesa, como Irmã Benemérita da Confraria de Nossa Senhora da Conceição do Monte Sameiro, em 26 de Outubro de 1970; e

A convite da actual Gerência, é Técnica consultora da S.C.P.O.P.P., a título gracioso, desde 06/01/1971.

Em 06/09/1943, casou com o arquitecto David Moreira da Silva, com quem passou a ser co-autora, activa e efectivamente, dos seguintes, projectos de edifícios, monumentos e anteplanos de urbanização e Técnica Responsável de todas as obras executadas sob a direcção do casal, em:

ILHA DA MADEIRA

Anteprojecto do Parque da Cidade do Funchal, englobando as quintas: Vigia, Pavão e Bianchi, 1943 - 1944;
Cliente: Ministério das Obras Públicas.

Anteprojecto de urbanização do Largo da Camacha, 1944;
Cliente: Junta Local de Turismo.

Projecto de remodelação do Savoy Hotel, sito à Avenida do Infante, na cidade do Funchal, 1º prémio do respectivo concurso, 1945;
Cliente: Savoy Hotel

Projecto de uma moradia para a Avenida do Infante, na cidade do Funchal, 1945;
Ciente: Eng.º Paiva Brites

ANGOLA

PLANTA DE APRESENTAÇÃO do primeiro ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LUANDA, da autoria do Prof. arquitecto urbanista E. de Gröer e do arquitecto urbanista David Moreira da Silva, 1943 - 1944;
Cliente: Câmara Municipal de Luanda.

Primeiro anteplano de urbanização da Vila de Gabela, no Amboim, 1943 - 1945;
Cliente: Junta Local de Gabela.

PORTO

PALÁCIO DO COMÉRCIO, sito às ruas de Fernando Tomás, Sá da Bandeira, da Firmeza e do Bolhão, 1944 - 1955;
Cliente: D. Ferreira, Lda.

UM PRÉDIO DE RENDIMENTO, sito à Rua da Fábrica, 1948 - 1952;
Cliente: Sebastião Alves Ferreira Leite.

EDIFÍCIO TRABALHO E REFORMA, sito à Rua de Nossa Senhora de Fátima, 1949 - 1953;
Cliente: Cooperativa dos Pedreiros.

SEDE DA S.C.P.O.P.P., sito à Rua D. João IV, compreendendo:
Oficinas de serração e polimento de granito, escritório, salão Excelsior, anfiteatro e respectivo mobiliário, 1953 - 1964;
Cliente: Cooperativa dos Pedreiros.

EDIFÍCIO MIRADOURO, compreendendo: albergaria Miradouro e Restaurante Portucale, respectiva decoração e mobiliário; e Supermercado Domus, sitos à Rua da Alegria, 1963-1973;
Cliente: Cooperativa dos Pedreiros.

UM PRÉDIO DE RENDIMENTO, sito à Rua de Anselmo Braancamp, 1968 - 1972;
Cliente: Cooperativa dos Pedreiros.

TRÊS BLOCOS MISTOS DE RESIDÊNCIA E COMÉRCIO para um terreno sito à Rua de Anselmo Braancamp, 1973 (em construção);
Cliente: Cooperativa dos Pedreiros.

Arranjo geral e pormenorização do Adro da Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, respectivos pavimento, portões e gradeamento, sitos à Praça do Marquês de Pombal, 1953;
Cliente: Delfim Ferreira.

Patrono dos Pobrezinhos, anexo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, sito ao Marquês de Pombal, 1955 - 1959;
Cliente: Comissão Fabriqueira da I.N.S.C.

Direcção das obras de conclusão do Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, da autoria do Prof. arquitecto José Marques da Silva e escultor António Alves de Sousa, sito à Praça de Mousinho de Albuquerque, 1948 - 1952;
Cliente: Câmara Municipal do Porto.

Uma casa de habitação sita à Rua da Constituição, 1949 - 1950;
Cliente: Dr. Carlos Alberto da Rocha.

Um prédio de rendimento sito à Rua da Constituição, 1960 - 1964;
Cliente: Eng.º António Ferreira de Andrade.

MATOSINHOS

Anteplano de urbanização da vila de Matosinhos, 1943 - 1944;
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos.

Pracetas e arruamentos de acesso ao viaduto da ponte móvel do porto de Leixões, 1959;
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos.

Padrão comemorativo do 1º Centenário da vila de Matosinhos, sito à Avenida de D. Afonso Henriques, 1953;
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos.

Casa de Chá, para a Boa Nova - Leça da Palmeira, 1953 (só projecto);
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos.

Oficina de reparações navais, da Firma Parry & Son, Lda., para a Rua de Roberto Ivens, 1946;
Cliente: Parry & Son, Lda.

Novas oficinas de serração e polimento de granito da S.C.P.O.P.P., sitas à Ponte do Moreira, 1974 (em construção);
Cliente: Cooperativa dos Pedreiros.

BRAGA

Casa de habitação sita à Rua de Eça de Queiroz, 1949 - 1950;
Cliente: Fernando da Costa Vilaça.

MONTE SAMEIRO

Anteprojecto do conjunto do Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Monte Sameiro, 1947;
Cliente: Confraria de Nossa Senhora da Conceição do Monte Sameiro.

Elementos integrados naquele anteprojecto, já executados:

Avenida do Padre Martinho e Cruzeiro Monumental, 1948;
Monumento à Virgem e ao Sagrado Coração de Jesus, 1953;
Monumento ao Papa Pio XI, 1954;
Pórtico dos Doutores Marianos, 1955;
Escadório monumental, 1956 - 1964;
Monumento ao Padre Martinho, 1957;
Porta de acolhimento (só projeto), 1960;
Cripta e Altar Campal, 1961;
Centro Apostólico do Sameiro, 1964 - 1969; e
Cripta e Altar Campal, aditamento, em construção, 1973;

Cliente: Confraria de Nossa Senhora da Conceição do Monte Sameiro.

GUIMARÃES

Projectos parciais, direcção e pormenorização das seguintes das seguintes obras, inicialmente concebidas e dirigidas por seu pai:

Palácio da Sociedade Martins Sarmento, 1949-62;
Cliente: Sociedade Martins Sarmento - M.O.P.

Mercado Municipal, 1948-52;
Cliente: C.M.G. - M.O.P.

Escadaria fronteira à Igreja da Penha, 953;
Cliente: Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha.

Anteplano de urbanização da cidade de Guimarães, 1945-49;
Cliente: CM.G. - M.O.P.

Anteplano de urbanização da vila de Vizela, 1959;
Cliente: CM.G. - M.O.P.

Casa dos Milagres, no Templo de S. Torcato, 1953-54;
Cliente: Irmandade de S. Torcato.

Projecto de novo escadório e alargamento lateral do adro do Templo de S. Torcato, 1954;
Cliente: Irmandade de S. Torcato.

Subposto de G.N.R., em S. Torcato, 1964;
Cliente: Irmandade de S. Torcato.

Miradouro - Abrigo de António Lima, 1957;
Cliente: Junta de Turismo do local da Penha.

AVEIRO

Anteplano de urbanização da cidade, 1945 - 1948;
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

Anteplano de urbanização de Cacia - Sarrazola, 1956;
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

Urbanização do Bairro do Dr. Alvaro Sampaio, 1957 - 1958;
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

Projecto, direcção e pormenorização das obras de:
Monumento ao Dr. Lourenço Peixinho, 1950;
Monumento a Gustavo Ferreira Pinto Basto, 1950.
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

BARCELOS

Anteplano de urbanização da cidade de Barcelos, 1945 - 1951;
Cliente: Câmara Municipal de Barcelos.

Arranjo geral do Campo da Feira, 1947;
Cliente: Câmara Municipal de Barcelos.

Projecto e direcção das obras da esplanada sobre o Cávado, 1946;
Cliente: Câmara Municipal de Barcelos.

Um prédio de rendimento sito ao Largo da Porta Nova, 1955 - 1960;
Cliente: José de Bessa e Meneses.

S. JOÃO DA MADEIRA

Um prédio de rendimento, sito à Rua de Júlio Dinis, 1960 - 1961;
Cliente: Dr. Flores Santos Leite.

MAIA

Uma moradia sita à Quinta da Balsa, lugar da Guarda, 1960;
Cliente: José da Silva Teixeira.

Uma oficina de confecção de artigos para escritório, sita à margem da E.N. N.º 13, em Moreira, 1967;
Cliente: Manuel Baptista Barros e Zeferino Mendes Leal.

Uma moradia sita à Quinta da Balsa, lugar da Guarda, 1975;
Cliente: Virgílio Ferreira da Silva.

GONDOMAR

Um bloco misto de residência e comércio, sito às ruas da Paz e das Escolas, em Valbom, 1976 (em construção);
Cliente: Cooperativa dos Pedreiros.

AMARES

Anteplano de urbanização da vila de Amares, 1945 - 1949;
Cliente: Câmara Municipal de Amares - M.O.P.

ELVAS

Anteplano de urbanização da cidade de Elvas, 1945 - 1950;
Cliente: Câmara Municipal de Elvas - M.O.P.

Projecto de abertura das Muralhas e avenida de acesso à cidade, 1941;
Cliente: Câmara Municipal de Elvas - M.O.P.

GEREZ

Anteplano de urbanização das Terras do Gerez, 1944 - 1945;
Cliente: Junta de Turismo do Gerez - M.O.P.

PAREDES

Anteplano de urbanização da vila de Paredes, 1944 - 1945;
Cliente: Câmara Municipal de Paredes - M.O.P.

VALONGO

Anteplano de urbanização da vila de Valongo, 1946 - 1955;
Cliente: Câmara Municipal de Valongo.

Anteprojecto dos novos Paços do Concelho, 1962 - 1971;
Cliente: Câmara Municipal de Valongo.

Porto, Julho de 1977

ANEXO 4 | LISTA DE OBRAS DO *ATELIER*, 1943 - 1994

Listagem das obras do *Atelier* de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva. Informação compilada a partir da investigação da Dr.ª Maria do Carmo Pires, *O Atelier de Arquitectura / Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins. Visibilidade da Memória* (Pires, 2012; Pires [a], 2012; Pires [b], 2012) e do «Curriculum Vitae de Maria José Marques da Silva» (1977).

NOTAS:
Apesar de David Moreira da Silva começar desde o início da década de 40 o seu trabalho como urbanista, para os propósitos desta investigação, considera-se o casamento (1943) e a morte de Maria José Marques da Silva (1994), como as datas de início e fim do *atelier* partilhado pelos dois arquitetos.
A lista das obras encontra-se organizada cronológica e alfabeticamente.
Foram consideradas da autoria do casal todas as obras que apresentam a assinatura de ambos em algum dos elementos do projeto, ou são listadas no «*Curriculum Vitae* de Maria José Marques da Silva».
Nos casos em que existe confusão de datas na diferente bibliografia optou-se por englobar ambas as datas.

***ATELIER* DE MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA E DAVID MOREIRA DA SILVA, 1943 - 1994**

ELVAS

1941 Obra: Anteprojeto de Remodelação dos Acessos à Cidade de Elvas
Local: Elvas, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Elvas / Ministério das Obras Públicas
Nota: Apesar da data, a obra surge no C.V. de Maria José Marques da Silva.

1941 Obra: Anteprojeto da Avenida Carmona e Abertura da Muralha
Local: Elvas, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Elvas / Ministério das Obras Públicas
Nota: Apesar da data, a obra surge no C.V. de Maria José Marques da Silva.

1945 - 1950 Obra: Anteplano de Urbanização de Elvas
Local: Elvas, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Elvas / Ministério das Obras Públicas
Nota: Este projeto inclui um aditamento aos dois projetos anteriores.

PÓVOA DO VARZIM

1941 - 1943 Obra: Anexos da Moradia na Praia da Póvoa de Varzim
Local: Rua Serpa Pinto e Rua Latino Coelho, Póvoa do Varzim, Portugal
Cliente: Delfim Vinagre
Nota: Apesar da data, a obra surge com a assinatura de ambos.

ANGOLA

1943 - 1945 Obra: Anteplano de Urbanização de Gabela
Local: Gabela, Angola
Cliente: Junta Local de Gabela

1943 - 1944 Obra: Duas Moradias Geminadas
Local: Avenida Álvaro Ferreira, Luanda, Angola
Cliente: Lagos & Irmãos

1944 Obra: Prédio de Comércio e Escritórios, Prédio de Rendimento
Local: Mampeza, Luanda, Angola
Cliente: Mampeza Industrial

MADEIRA

1943 Obra: Anteprojeto de Construção da Avenida do Infante
Local: Funchal, Madeira, Portugal
Cliente: Câmara Municipal do Funchal / Ministério das Obras Públicas

1943 - 1948 Obra: Anteprojeto do Parque da Cidade
Local: Funchal, Madeira, Portugal
Cliente: Câmara Municipal do Funchal / Ministério das Obras Públicas

1943 - 1949 Obra: Projeto e Anteprojeto de Remodelação da Zona Marginal
Local: Funchal, Madeira, Portugal
Cliente: Câmara Municipal do Funchal / Ministério das Obras Públicas

1944 Obra: Anteprojeto de Urbanização do Largo da Camacha
Local: Funchal, Madeira, Portugal
Cliente: Junta Local de Turismo

1944 - 1947 Obra: Habitação Unifamiliar
Local: Avenida do Infante de Sages, Funchal, Madeira, Portugal
Cliente: Eng.º Vasco Paiva Brites

1944 - 1948 Obra: Casino da Madeira: Projeto de Remodelação
Local: Funchal, Madeira, Portugal
Cliente: -
Nota: Existe um projeto inicial de David Moreira da Silva, datado de 1942.

1945 - 1951 Obra: Savoy Hotel
Local: Funchal, Madeira, Portugal
Cliente: Empresa Savoy Hotel
Nota: Primeiro prémio no concurso (únicos participantes)

MATOSINHOS

1943 - 1944 Obra: Anteplano de Urbanização de Matosinhos
Local: Matosinhos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos

1945 - 1946 Obra: Projeto Oficina de Reparações Navais Parry & Son
Local: Rua Roberto Ivens, Matosinhos, Portugal
Cliente: H. Parry & Son, Lda

1947 Obra: Projetos de Casas de Renda Barata (Habitações Económicas)
Local: Cruz de Pau, Matosinhos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos

1947 Obra: Projetos de Casas de Renda Económica
Local: Gondim, Matosinhos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos

1953 Obra: Casa de Chá da Boa Nova
Local: Praia da Boa Nova, Leça da Palmeira, Matosinhos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos

1953 Obra: Padrão Comemorativo do 1º Centenário da Vila de Matosinhos
Local: Avenida D. Afonso Henriques, Matosinhos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos

1956 - 1960 Obra: Praceta e Arruamentos de Acesso ao Viaduto Móvel
Local: Porto de Leixões, Matosinhos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos

1960 Obra: Projeto dos Arruamentos da Zona da Igreja da Sr.ª da Hora
Local: Matosinhos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Matosinhos

RIBEIRA DE PENA

1943 [?] Obra: Chafarizes do Campo da Feira
Local: Ribeira de Pena, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Ribeira de Pena

BARCELOS

1944 Obra: Jardim da Quinta de Cantim
Local: S. Miguel da Carreira, Barcelos, Portugal
Cliente: Delfim Vinagre

1944 - 1945 Obra: Quinta de Santa Maria, Anteprojeto e Ampliação da Casa Pessoal
Local: Barcelos, Portugal
Cliente: Quinta de Santa Maria (Sociedade Agrícola) SARL

1945 - 1963 Obra: Anteplano de Urbanização de Barcelos
Local: Barcelos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Barcelos

1946 - 1948 Obra: Esplanada sobre o Cávado (Projeto e Direção de Obras)
Local: Barcelos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Barcelos

1947 Obra: Arranjo Geral do Campo da Feira
Local: Barcelos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Barcelos

1955 - 1959 Obra: Aditamento ao Prédio Barjona de Freitas, Prédio de Rendimento
Local: Rua D. António Barroso e Rua Barjona de Freitas, Barcelos, Portugal
Cliente: Maria de Lourdes Ramos de Oliveira e Agostinho Dias Ferreira
Nota: Esta obra foi o Tirocínio de Maria José Marques da Silva (1939 - 1943).

1955 - 1960 Obra: Prédio de Rendimento
Local: Largo da Porta Nova, Barcelos, Portugal
Cliente: José de Bessa e Meneses

1963 Obra: Duas Moradias Térreas, Habitação Unifamiliar
Local: Airó, Barcelos, Portugal
Cliente: Maria de Lourdes Ramos de Oliveira e Agostinho Dias Ferreira

1967 [?] Obra: Via de Acesso ao Estádio
Local: Barcelos, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Barcelos

s.d. Obra: Edifício de Habitação Coletiva e Comércio
Local: Rua Alcaide de Faria, Barcelos, Portugal
Cliente: ?

GERÊS

1944 - 1949 Obra: Anteplano de Urbanização das Termas do Gerês
Local: Gerês, Portugal
Cliente: Junta de Turismo do Gerês / Ministério das Obras Públicas

PAREDES

1944 - 1945 Obra: Anteplano de Urbanização de Paredes
Local: Paredes, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Paredes / Ministério das Obras Públicas

PORTO

1944 - 1955 Obra: Palácio do Comércio
Local: Rua Sá da Bandeira, Porto, Portugal
Cliente: Delfim Ferreira
Nota: Existe um projeto inicial de David Moreira da Silva, datado de 1940, relativo a um estudo inicial de fachadas.

1944 Obra: Transformação Parcial e Ampliação de Prédio
Local: Rua Sá da Bandeira, Porto, Portugal
Cliente: António Vinagre

1947 - 1952 Obra: Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, Direção de Obras
Local: Praça Mouzinho de Albuquerque, Porto, Portugal
Cliente: Câmara Municipal do Porto
Nota: Conclusão da obra do Arqº José Marques da Silva.

1948 Obra: Garagem Privada
Local: Rua de Alferes Malheiro e Muro da Trindade, Porto, Portugal
Cliente: José do Nascimento Loureiro

1948 Obra: Obras no Palácio do Conde de Vizela (andar a construir)
Local: Porto, Portugal
Cliente: Carlos Alberto Cabral (Conde de Vizela)
Nota: Conclusão da obra do Arqº José Marques da Silva.

1948 - 1949 Obra: Portão e Muro
Local: Quinta de Serralves, Porto, Portugal
Cliente: Carlos Alberto Cabral (Conde de Vizela)

1948 - 1952 Obra: Prédio de Rendimento, Edifício de Comércio, Habitação e Escritórios
Local: Rua da Fábrica, Porto, Portugal
Cliente: Sebastião Alves Ferreira Leite

1949 - 1950 Obra: Habitação Unifamiliar
Local: Rua da Constituição, Porto, Portugal
Cliente: Dr. Carlos Alberto da Rocha

1949 - 1953 Obra: Prédio de Rendimento "Trabalho e Reforma"
Local: Rua Nª Sr.ª de Fátima, Porto, Portugal
Cliente: SCPOPP

1949 - 1981 Obra: Sede, Edifícios e Oficinas da SCPOPP
Local: Quarteirão definido pelas R. da Alegria, D. João IV e Anselmo Braancamp, Porto
Cliente: SCPOPP
Nota: Existe um projeto inicial de David Moreira da Silva, datado de 1937 - 1939.

1950 - 1952 Obra: Oficina de Reparações de Automóveis
Local: Rua Visconde de Setúbal, Porto, Portugal
Cliente: Maria José Marques da Silva

1951 Obra: Garagem (Alteração de Anexo)
Local: Praça do Marquês do Pombal e Rua Latino Coelho, Porto, Portugal
Cliente: Júlia Lopes Martins Marques da Silva

1951 - 1952 Obra: Edifício de Habitação Unifamiliar
Local: Rua da Alegria, Porto, Portugal
Cliente: Joaquina Gomes

1951 - 1953 Obra: Arranjo e Vedação do Adro de N.ª Sr.ª da Conceição
Local: Praça do Marquês do Pombal, Porto, Portugal
Cliente: Monsenhor Manuel de Matos e Silva Soares de Almeida (Pároco)
Sílvia Ferreira e Delfim Ferreira

1952 - 1961 Obra: Patronato dos Pobrezinhos, anexo à Igreja da Nossa Sr.ª da Conceição
Local: Praça do Marquês do Pombal, Porto, Portugal
Cliente: Monsenhor Manuel de Matos e Silva Soares de Almeida (Pároco)

1954 Obra: Construção de Claraboia para o Edifício na Rua Cândido dos Reis
Local: Porto, Portugal
Cliente: ?

1954 Obra: Padaria Cunha, Reconstrução Parcial de um Prédio
Local: Travessa das Almas, Porto, Portugal
Cliente: Catarina Amélia Lopes Martins da Rocha

1954 Obra: Remodelação do Edifício da Cooperativa do Povo Portuense
Local: Rua de Camões e Rua do Paraíso, Porto, Portugal
Cliente: Cooperativa do Povo Portuense [?]

1954 - 1955 Obra: Prédio para Duas Famílias
Local: Rua Pedro Hispano, Porto, Portugal
Cliente: Carlos Alexandre Teixeira Barbosa

1956 Obra: Pavilhão "Cicla-Novinco" (Stand), Palácio de Cristal
Local: Porto, Portugal
Cliente: Novinco, Novas Indústrias de Materiais de Construção, Lda

1959 - 1975 Obra: Remodelação Parcial de Escada e Duas Salas do 1º Andar (1959-1961)
Remodelação das Águas-Furtadas (1975)
Local: R. St.º António (atual Rua 31 de Janeiro?), Porto, Portugal
Cliente: Júlia Lopes Martins Marques da Silva | Maria José Marques da Silva

1960 - 1964 Obra: Prédio de Rendimento
Local: Rua da Constituição, Porto, Portugal
Cliente: Eng.º António Ferreira de Andrade

1961 Obra: Legalização de uma Escada
Local: Rua Ferreira Borges, Porto, Portugal
Cliente: Maria José Marques da Silva

1961 Obra: Monumento a Mons. Matos Soares, Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição
Local: Praça do Marquês do Pombal, Porto, Portugal
Cliente: ?

1962 - 1976 Obra: Edifício Torre-Miradouro
Local: Quarteirão definido pelas ruas da Alegria, D. João IV e Anselmo Braancamp
Porto, Portugal
Cliente: SCPOPP

1964 - 1968 Obra: Remodelação de Prédio, Edifício de Comércio, Habitação e Escritórios
Local: R. Ferreira Borges e Rua do Comércio, Porto, Portugal
Cliente: Maria José Marques da Silva

1968 - 1972 Obra: Prédio Misto de Residência e Comércio
Local: Quarteirão definido pelas R. da Alegria, D. João IV e Anselmo Braancamp, Porto
Cliente: SCPOPP

1970 Obra: Monumento a Moreira da Silva
Local: Largo de José Moreira da Silva, quarteirão definido pelas ruas da Alegria, D. João IV e Anselmo Braancamp, Porto, Portugal
Cliente: SCPOPP

1971 - 1992 Obra: Prédio Misto
Local: Rua Padre Cruz, Porto, Portugal
Cliente: Júlia Lopes Martins Marques da Silva

1973 - 1982 Obra: Três Blocos Mistos Residência Comércio
Local: Quarteirão definido pelas R. da Alegria, D. João IV e Anselmo Braancamp, Porto
Cliente: SCPOPP

1975 Obra: Três Prédios de Rendimento Plurifamiliar
Local: Casas Nº 30 e 44,Rua Latino Coelho e Rua Gil Vicente, Praça Marquês de Pombal, Porto, Portugal
Cliente: Maria José Marques da Silva

1980 - 1995 Obra: Bloco Misto de Habitação e Comércio
Local: Avenida Brasil, Rua Rui Barbosa e Rua de Gondarém, Porto, Portugal
Cliente: Carlos Marques & Sobrinho Lda

1988 - 1989 Obra: Academia José Moreira da Silva, Edifício Torre-Miradouro
Local: Quarteirão definido pelas R. da Alegria, D. João IV e Anselmo Braancamp, Porto
Cliente: SCPOPP

s.d Obra: Fábrica Novinco
Local: Rua de 5 de Outubro, S. Mamede Infesta, Porto, Portugal
Cliente: Novinco, Novas Indústrias de Materiais de Construção, Lda

AVEIRO

1944 - 1961 Obra: Anteplano de Urbanização de Aveiro
Local: Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

1947 - 1955 Obra: Anteplano de Urbanização de S. Jacinto
Local: S. Jacinto, Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

1950 - 1952 Obra: Monumento Dr. Lourenço Peixinho
Local: Av. Dr. Loureço Peixinho, Vera-Cruz, Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

1950 - 1952 Obra: Monumento a Gustavo Ferreira Pinto Bastos
Local: Praça Marquês de Pombal, Glória, Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

1953 Obra: Pórtico da Feira de Março
Local: Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

1956 - 1960 Obra: Anteplano de Urbanização de Cacia Sarrazola
Local: Cacia Sarrzola, Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

1957 Obra: Anteprojeto de uma Fonte Luminosa
Local: Praça Marquês de Pombal, Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

1957 - 1958 Obra: Urbanização do Bairro Dr. Álvaro Sampaio
Local: Aveiro, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Aveiro

CHAVES

1945 - 1951 Obra: Anteplano de Urbanização de Chaves
Local: Chaves, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Chaves

1945 - 1951 Obra: Remodelação do Largo de Arrabalde
Local: Chaves, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Chaves

s.d Obra: Casa Ferreira das Neves (Habitação Unifamiliar)
Local: Avenida da Muralha, Chaves, Portugal
Cliente: António Ferreira das Neves

VALONGO

1946 - 1961 Obra: Anteplano de Urbanização de Valongo
Local: Valongo, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Valongo / Ministério das Obras Públicas

1961 - 1971 Obra: Anteprojeto dos Paços do Concelho
Local: Praça do Município, Valongo, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Valongo / Ministério das Obras Públicas

BRAGA

1947 - 1978 Obra: Complexo do Santuário da N.ª Sr.ª da Conceição do Monte Sameiro, incluindo:

- Anteprojeto do Conjunto, 1947 - 1963
- Avenida Monumental do Padre Martinho e Cruzeiro Monumental, 1948 - 1949
- Capelas Laterais da Igreja de N.ª Sr.ª do Sameiro, 1949 - 1952
- Adro, 1949 - 1959
- Esplanada, 1949 - 1960
- Anteprojeto do Edifício para a Colónia Infantil, 1952
- Escadório Monumental, 1953 - 64
- Monumentos à Virgem e Sagrado Coração de Jesus, 1953 - 1956
- Monumento ao Papa Pio XI, 1954
- Pórtico dos Doutores Marianos, 1955 - 1956
- Monumento ao Padre Martinho, 1957
- Porta de Acolhimento e Alameda dos Peregrinos (projeto), 1960
- Cripta e Altar Campal, 1961 - 1978
- Projeto do Centro Apostólico, 1964 - 69

Local: Monte do Sameiro, Braga, Portugal
Cliente: Confraria de N.ª Sr.ª Monte do Sameiro

1949 - 1950 Obra: Casa Mista (Habitação e Comércio)
Local: Rua Eça de Queirós, Braga, Portugal
Cliente: Fernando da Costa Vilaça

GUIMARÃES

1945 - 1957 Obra: Anteplano de Urbanização de Guimarães e Aditamentos
Local: Guimarães, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Guimarães / Ministério das Obras Públicas
Nota: Conclusão da obra do arquiteto José Marques da Silva.

1947 - 1955 Obra: Mercado de Guimarães
Local: Rua Paio Galvão e Avenida Conde de Margaride, Guimarães, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Guimarães
Nota: Conclusão da obra do arquiteto José Marques da Silva.

1947 - 1968 Obra: Palácio da Sociedade Martins Sarmento
Candelabros para o Salão Nobre, Lampiões para a Escala de Acesso ao Claustro, Guarda-Vento do Vestíbulo (1966 - 1968)
Local: Guimarães, Portugal
Cliente: Sociedade Martins Sarmento
Nota: Conclusão da obra do arquiteto José Marques da Silva.

1950 - 1964 Obra: Anteplano de Urbanização de Caldas de Vizela
Local: Caldas de Vizela, Guimarães, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Guimarães / Ministério das Obras Públicas
Nota: Conclusão da obra do arquiteto José Marques da Silva.

1953 - 1958 Obra: Complexo do Santuário da Penha, incluindo:
- Escadaria em frente à Igreja da Penha, 1953
- Miradouro no Monte da Penha, 1953 - 1957
- Miradouro - Abrigo de António Lima (projeto), 1953 - 58
- Monumento a Pio IX, 1955

Local: Guimarães, Portugal
Cliente: Irmandade de N.ª Sr.ª do Carmo da Penha
Nota: Conclusão da obra do arquiteto José Marques da Silva.

1953 - 1968 Obra: Complexo do Templo de S. Torcato, incluindo:
- Casa dos Milagres, 1953 - 1954
- Projeto do Novo Escadório e Alargamento Lateral do Adro do Templo de S. Torcato, 1954
- Obras Complementares do Zimbório da Igreja, 1954 - 1980
- Projeto do Subposto da GNR, 1964

Local: Guimarães, Portugal
Cliente: Irmandade de S. Torcato
Nota: Conclusão da obra do arquiteto José Marques da Silva.

AMARES

1949 - 1957 Obra: Anteplano de Urbanização da Vila de Amares e Aditamento
Local: Amares, Portugal
Cliente: Câmara Municipal de Amares / Ministério das Obras Públicas

MAIA

1949 - 1952 Obra: Cineteatro dos Bombeiros Voluntários
Local: Moreira, Maia, Portugal
Cliente: Bombeiros Voluntários da Maia

1957 Obra: Garagem Privada
Local: Lugar da Guarda, Maia, Portugal
Cliente: José Moreira da Silva

1960 Obra: Moradia na Quinta da Balsa
Local: Maia, Portugal
Cliente: José da Silva Teixeira

1967 - 1971 Obra: Oficina de Confeção de Artigos para Escritório
Local: Estrada Nacional Nº 13, Moreira, Maia, Portugal
Cliente: Manuel Baptista Barros e Zeferino Mendes Leal

1971 - 1972 Obra: Casa Delmina Sotto Mayor (Habitação Unifamiliar)
Local: Quinta da Ponte do Moreira, EN Nº13, Leça do Balio, Maia, Portugal
Cliente: Delmina Sampaio Machado Mourão de Carvalho Sotto Mayor

1974 - 1989 Obra: SCPOPP - Novas Oficinas de Serração / Polimento de Granito
Local: Rua Ponte do Moreira, Moreira, Maia, Portugal
Cliente: SCPOPP

1975 Obra: Moradia Quinta da Balsa
Local: Maia, Portugal
Cliente: Virgílio Pereira da Silva

1990 Obra: Adaptação da Casa do Pai de David Moreira da Silva
Local: Rua de Santo António, Lugar da Guarda, nº64, Maia, Portugal
Cliente: Doação da casa dos pais de David Moreira da Silva ao Município da Maia para construir um Lar de Idosos e Infantário

VIEIRA DO MINHO

1955 - 1963 Obra: Adega
Local: Quinta de S. Roque, Vieira do Minho, Portugal
Cliente: Carlos Ortigão de Oliveira

-

1957 Obra: Projeto de Mostruário da "Novinco", Stand
Local: -
Cliente: Novinco - Novas Indústrias de Materiais de Construção S.A.

GONDOMAR

1958 - 1959 Obra: Casa Lusitana, Habitação Unifamiliar
Local: R. da Restauração, Lugar do Forno, Rio Tinto, Gondomar, Portugal
Cliente: António Ferreira Dias / Sociedade Cooperativa a Casa Lusitana

1976 - 1997 Obra: Conjunto de Edifícios Bloco Mistos
Local: R. dos Bombeiros Voluntários, da Paz e das Escolas, Valbom, Gondomar
Cliente: SCPOPP

s.d Obra: Casa Abel Pereira da Silva, Habitação Unifamiliar
Local: Rio Tinto, Gondomar, Portugal
Cliente: Abel Pereira da Silva

S. JOÃO DA MADEIRA

1960 - 1966 Obra: Casa de Habitação / Prédio de Rendimento [?]
Local: R. da Conceição e Larg. Alberto Pimentel / R. Júlio Dinis, S. João da Madeira, Portugal [?]
Cliente: Dr. Flores dos Santos Leite
Nota: Não foi possível confirmar a localização desta obra.

1965 - 1985 Obra: Moradia Unifamiliar
Local: Av. António Henriques, S. João da Madeira, Portugal
Cliente: Dr. Miguel Barros Santos Leite

SETÚBAL

1963 - 1965 Obra: Projeto de Habitação
Local: Setúbal, Portugal
Cliente: Dr. Francisco Alberto Corrêa Figueira

VILAR DE PERDIZES

1965 Obra: Remodelação Parcial do Paço de Vilar de Perdizes (Habitação Unifamiliar)
Local: Vilar de Perdizes, Portugal
Cliente: ?

AMARANTE

1974 Obra: Prédio de Rendimento Misto Residência e Comércio
Supermercado Domus
Local: Rua Cândido dos Reis, Amarante, Portugal
Cliente: Maria José Lago Cerqueira | UNICOOPE

LISBOA

1981 - 1992 Obra: Centro Comercial Almirante Reis (Habitação Coletiva e Comércio)
Local: Avenida Almirante Reis, Lisboa, Portugal
Cliente: Maria José Marques da Silva

ANEXO 5 | SRN / AAP, 1984-1986

Listas candidatas à Secção Regional Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses (SRN / AAP) para o mandato de 1984-1986. Informação compilada através do Arquivo da Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

LISTAS CANDIDATAS À SRN / AAP | 1984-1986

LISTA A

DIRECÇÃO
Maria José Marques da Silva (Presidente)
Ludgero Barreira Ramos de Castro
João Morais de Sena Esteves
João Carlos Adão da Fonseca
António José Veiga de Macedo
SUPLENTES
Delmira de Jesus Rosado Correia
Carlos Alberto Carvalho Dias

CONSELHO FISCAL
Vasco Morais Soares
Manuel Marques Aguiar
Luís Maria Botelho Dias
SUPLENTE: Maria Emilia Guedes de Castro

CONSELHO DISCIPLINAR
Alfredo Carlos Villares Braga
Luís Pedro L. S. C. Almeida D'Eça
Francisco Ferraz Machado Lima
SUPLENTE: Pedro de Eckenroth Guimarães

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
João Rosado Correia (Presidente)
Domingos Pinto de Faria (Secretário)
Luís de Azeredo Pinto e Melo (Secretário)
SUPLENTE: Serafim Marques dos Santos

LISTA B

DIRECÇÃO
Arménio Taveira Losa (Presidente)
Fernando Tavares e Távora
Jorge Guimarães Gigante
Álvaro Siza Vieira
Pedro D'Eça Ramalho
SUPLENTES
Maria Noémia Coutinho
Domingos Manuel Tavares

CONSELHO FISCAL
Alfredo Viana de Lima
Fernanda Alcântara Santos
Rolando Torgo da Silva
SUPLENTE: João de Araújo Resende

CONSELHO DISCIPLINAR
Manuel Correia Fernandes
Jorge Canto Moniz
Bernardo José Ferrão
SUPLENTE: Manuel Fernandes de Sá

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Alcino Soutinho (Presidente)
Anni Günther Nonnell (Secretária)
Eduardo Souto de Moura (Secretário)
SUPLENTE: Margarida Santos Coelho

ANEXO 6 | AAP, 1987-1989

Listas candidatas aos Órgaõs Dirigentes da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) para o mandato de 1987-1989. Informação compilada através do Arquivo da Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.

LISTAS CANDIDATAS AOS ÓRGÃOS DIRIGENTES AAP | 1987-1989

LISTA A

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL
Nuno Teotónio Pereira (Presidente)
José Carlos Loureiro
Olga Quintanilha
Pedro Brandão
Diogo Lino Pimentel
Manuel Correia Fernandes
Michel T. Alves Pereira
João Santos Jorge
José Norberto

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Manuel Mendes Tainha (Presidente)
Luís Vassalo Rosa
Luís Pádua Ramos

CONSELHO FISCAL NACIONAL
João Rosado Correia

CONSELHO DE DELEGADOS
Francisco Silva Dias (Presidente) | Raúl Chorão Ramalho | José Rafael Botelho | Manuel Queiroz | Luís Leite | Nuno Portas | António Reis Cabrita | José Miguel Fonseca | Noémia Coutinho | José Charters Monteiro | José Lopo Pratas | José Sousa Martins | José Lamas | Rui Mendes Paula | José Gigante | João Ramires Fernandes | Mário Abreu | Noé Diniz | José Bruschy | José Santiago Faria | Manuel Salgado

LISTA B

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL
Augusto Pereira Brandão (Presidente)
Maria José Marques da Silva
António Pardal Monteiro
José Lobo de Carvalho
Lúcio Azevedo de Miranda
Eduardo Paiva Lopes
José Luís da Silva Milho
Carlos de Jesus Santos
Alberto Hargreaves C. Macedo

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Fernão L. Simões de Carvalho (Presidente)
Carlos A. Baptista Alves
Domingos Pinto Faria

CONSELHO FISCAL NACIONAL
David Moreira da Silva

CONSELHO DE DELEGADOS
Nuno Leónidas (Presidente) | Waldemar de Sá | Carlos Soares | João Belo Rodeia | Ludgero de Castro | M. Leonor Janeiro | Pedro Aroso | José Cabido | Serafim Marques dos Santos | M. Dulce Campos Loução | Manuel Nunes Ribeiro | Jorge Baptista Alves | M. Emília Guedes de Castro | Cláudio Spies | João Sena Esteves | M. Graça Fonseca e Costa | José Lima Lobo | José Jorge | Vasco Cameira | João de Caires | Rui Brochado

ANEXO 7 | 4º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS POTUGUESES, PORTO, 1986

7.1. Temas do 4º Congresso AAP;
7.2. Programa do 4º Congresso AAP;
7.3. Discurso de Abertura: Arquitecto Nuno Teotónio Pereira;
7.4. Discurso de Abertura: Presidente da República, Mário Soares;
7.5. Sessões do Subtema 1. Documento Anexo Nº1: «Uma outra praxis para uma "nova" classe», Arquitecto Nuno Portas;
7.6. Gravações do 4º Congresso AAP: Alternativa da Substituição da Designação de APP por Ordem dos Arquitectos, pp.75-83
7.7. Principais Conclusões do 4º Congresso AAP;
7.8. 4º Congresso AAP: Índice das Propostas Aprovadas;
7.9. *Memorandum*;
7.10. Recortes de Imprensa.

Informação arquivada no Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

7.1 | Temas do 4º Congresso AAP

Temas de discussão do 4º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, organizado no Porto de 3 a 5 de Abril de 1986. Informação transcrita do Folheto de Divulgação («4º Congresso AAP», 1986), arquivado no Centro Documental da Biblioteca da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos.

4º CONGRESSO AAP: INSERÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ARQUITECTO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

O 4º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, centra-se nas condições actuais do exercício da profissão do arquitecto na Sociedade Portuguesa, nomeadamente nas relações com os organismos oficiais e autárquicos, no posicionamento face às legislação e regulamentação rígidas e caducas que enforcam a prática profissional sobretudo perante os desafios da Integração na CEE e da tão desejada Regionalização do Território, questões essas sintetizadas no tema - Inserção da Prática Profissional do Arquitecto na Sociedade Portuguesa.

1 As Transformações na Sociedade Portugesa, a Prática Profissional e o Perfil do Arquitecto

Integração na CEE

Integração local e regional

2 Instrumentos legais e institucionais e prática profissional

Concursos

Legislação

Serviços Municipais e Regionais

3 Transformação da AAP em Associação Pública

Proposta de Estatutos

7.2 | Programa do 4º Congresso AAP

Programa do 4º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, organizado no Porto de 3 a 5 de Abril de 1986. Informação transcrita do Jornal dos Arquitectos, Nº45, («Informação: 4º Congresso - Programa», 1986).

Nota: Nas Gravações do Congresso é possível perceber que a ordem de trabalhos terá sido alterada.

PROGRAMA						
	2 Abril	3 Abril	4 Abril		5 Abril	6 Abril
9h00 10h30		Recepção	Sub. Tema 1 Pátio das Nações	Sub. Tema 2 Sala Assem-bleias Gerais	Congresso Plenário	Post-Congresso Visita ao Porto Cidade antiga e zona de intervenção da área de renovação urbana Ribeira. Barredo
11h00			Pausa p/ café	Pausa p/ café	Pausa p/ café	
12h30		12h00 - Sessão Inaugural Pátio das Nações Palácio da Bolsa	Sub. Tema 1	Sub. Tema 2	Congresso Plenário	
		Almoço Livre	Almoço Livre		Almoço buffet do Congresso no Palácio da Bolsa	
15h00 16h30		Congresso Plenário	Sub. Tema 1	Sub. Tema 2	Congresso Plenário	
		Pausa p/ café	Pausa p/ café	Pausa p/ café		
17h00 18h30		Congresso Plenário	Sub. Tema 1	Sub. Tema 2		
19h00		Visita a uma cave de Vinho do Porto	Recepção na C. M. do Porto		Sessão de encerramento Salão Árabe Palácio da Bolsa	
20h30		Jantar Livre	Jantar oferecido no Hotel Praia Golfe em Espinho		Jantar Livre	
22h00	Pré-Congresso Visita guiada à Exposição Nacional de Arquitectura Mercado Ferreira Borges	Exposição do Arq. Marques da Silva Mesa Redonda Casa do Infante	Noite Livre		Post-Congresso Visita à Exposição: Construções Modernas em Ambientes Antigos promovida pelo Göethe Institut do Porto Casa Tait	

7.3 | Nuno Teotónio Pereira, Discurso de Abertura

Seguiu-se o Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, Presidente do Conselho Directivo Nacional da AAP:

Senhor Presidente da República,
Exmas. Autoridades,
Senhoras e Senhores Convidados,
Caros Colegas,

No seu 3º Congresso, realizado há 2 anos, em Lisboa, a Associação dos Arquitectos Portugueses, colocada perante a situação crítica vivida pela nossa profissão, tomou importantes decisões no sentido de afrontar tal situação e abrir caminhos que pudessem conduzir à sua superação.

No início deste 4º Congresso, cabe-nos, em nome do Conselho Directivo Nacional fazer de alguma forma o ponto da situação e responder pelo mandato que nos foi cometido.

Desde o início desta nova fase de vida associativa, ficou claro que o afrontar da crise implicava uma reflexão e uma acção simultaneamente viradas para fora e para dentro: um processo dialético no relacionamento com toda a sociedade e uma transformação do nosso próprio estatuto e até da prática profissional.

Nesta perspectiva, não somos, nem ambicionamos ser, um grupo profissional cioso das suas prerrogativas, irredutível na defesa dos seus direitos, entrincheirado nos seus pergaminhos.

Queremos, e exigimos, isso sim, o pleno reconhecimento, pelo Estado, da imprescindibilidade social da nossa profissão, como também, de nós próprios,

um esforço de crescente exigência na qualidade do nosso trabalho e no respeito por normas deontológicas que nenhuma actividade pode dispensar.

Implica este duplo posicionamento uma acção reivindicativa intransigente, no sentido da revogação de legislação anacrónica e da abolição de práticas administrativas que, ferindo a dignidade da nossa profissão, lesam também os direitos e os interesses da colectividade. É por isso que continuamos a exigir, por exemplo, a revisão, sem mais delongas, do Decreto 73/73 e a suspensão imediata do lançamento de concursos que não têm em conta a natureza especifica dos serviços por nós prestados. Mas aquela atitude implica também uma persistente reflexão crítica sobre o nosso próprio trabalho, que procure aferir da sua adequação àquilo que a sociedade tem o direito de esperar do Arquitecto.

Ao afrontarmos estas e outras questões, deve ficar claro que os problemas em apreço não se circunscrevem a simples disputas do mercado de trabalho, e muito menos à defesa dos interesses de um grupo profissional contra os interesses de outros grupos. O que está em causa diz respeito a problemas centrais hoje sentidos agudamente pela sociedade portuguesa, e que só podem ser resolvidos numa perspectiva convergente e globalizante: a luta contra o atraso e a pobreza; a valorização dos aspectos qualitativos no processo de desenvolvimento; o desafio da modernização num quadro político alargado com a adesão à CEE; a afirmação da nossa identidade cultural.

E é perante este quadro que os indivíduos, grupos e instituições que podem influir nos acontecimentos, ou de quem depende a tomada de decisões, têm de assumir, desde já, as suas responsabilidades. Estão aqui, obviamente, os Arquitectos; mas também estão, e a um nível muito qualificado, dirigentes políticos e responsáveis pela governação, que não quererão certamente ficar vinculados ao arrastamento de situações deploráveis de sub-desenvolvimento e atraso cultural.

Este 4º Congresso não é um congresso de rotina. No seguimento do processo iniciado dois anos atrás, os Arquitectos vão ser chamados a definir o perfil de um organismo de classe que desejam transformado, e que lhes permi

uma intervenção mais solidária e mais actuante na sociedade. E fazem-no na linha de uma tradição associativa muito própria, que remonta a 1864, que foi reafirmada em 1903, com a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, e retomada em 1978 com a Associação dos Arquitectos Portugueses, após o longo interregno do corporativismo autoritário e repressivo.

Trata-se, de acordo com a opção feita em 1984, de assumir a figura jurídica de Associação Pública, consagrada na Constituição Portuguesa; de a assumir por inteiro e sem mais, o que quer dizer despida de qualificativos aristocratizantes, que podem ser respeitáveis no quadro de outras tradições associativas, mas que seriam certamente descabidos se aplicados agora, no alvorecer do século XXI, no espaço de uma sociedade democrática. E é esta mesma tradição, de que nos orgulhamos, que permitirá compatibilizar o princípio da liberdade de associação com a necessidade imperiosa de garantir uma acção disciplinar abrangendo todos os arquitectos quanto ao exercício da profissão.

A Associação que hoje se reune neste 4º Congresso, já é diferente da que se reuniu em Lisboa dois anos atrás. Novas camadas de recém-licenciados fazem desta profissão uma profissão cada vez mais jovem. Uma grande parte tem provado a amargura do desemprego, do sub-emprego ou a frustração de uma actividade profissional diferente daquela para a qual apaixonadamente se prepararam.

Mas, ao mesmo tempo, a intervenção dos Arquitectos, como a 1a. Exposição Nacional de Arquitectura, organizada pela Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses, bem o documenta, está a chegar mais longe e de forma mais diversificada. Os Arquitectos enraizam-se no território e organizam-se em núcleos da AAP, de âmbito regional ou distrital.

Desta nova face da profissão há certamente coisas novas a esperar. Dela vai provavelmente depender o êxito do Congresso, como vai depender o futuro da Arquitectura entre nós.

Mas não é só a face da profissão que está a mudar. A atitude da sociedade no seu conjunto, da opinião pública, mesmo dos Orgãos da Administra-

ção Central, e sobretudo local, também se tem modificado, no sentido de ser compreendida a importância do nosso contributo para a transformação do País. A atestá-lo, também, Senhor Presidente da República, está a sua presença neste acto de abertura. Sabemos que não é uma presença de circunstância, pois testemunhámos o seu empenhamento, desde o início, em não faltar a este encontro com os arquitectos portugueses, enquanto figura máxima da hierarquia do Estado. E cabe aqui lembrar que isso acontece pela primeira vez, o que significa realmente que muita coisa está a mudar, no que à nossa profissão e à Arquitectura diz respeito.

Este 4º Congresso tem lugar na cidade do Porto. Será desnecessário lembrar a rica, e permanente, e actual, tradição da escola portuense, tanto em termos de ensino como de prática profissional. Bem o confirma mais uma vez a Exposição da obra de Marques da Silva, integrada nas manifestações do Congresso e organizada pela Secção Regional do Norte. Para esta cidade vão também as nossas saudações, no momento em que a Associação dos Arquitectos Portugueses dá um passo que esperamos ser decisivo para o presente dos arquitectos e para o futuro da Arquitectura.

TP/jp

7.4 | Mário Soares (Presidente da República), Discurso de Abertura

A terminar, o Senhor Presidente da República,Doutor Mário Soares, dirigiu-se aos presentes:

" Duas breves palavras: Em primeiro lugar para agradecer o honroso convite que me foi formulado para estar presente aqui nesta sessão de abertura do 4º Congresso dos Arquitectos.

Em segundo lugar para vos dizer, no reforço aliás do que disse o Arquitecto Teotónio Pereira, que a minha presença aqui não é por acaso uma presença de circunstância, e que estou convencido que este Congresso dos Arquitectos não será um Congresso de rotina, como ele próprio disse. A minha presença aqui representa antes de mais nada a minha solidariedade activa para com os Arquitectos Portugueses, que querem lutar pela dignidade da sua profissão, e que querem lutar contra a degradação do nosso património arquitectónico. Eu penso que os Arquitectos são chamados a desempenhar essa luta, e a minha presença aqui significa que eu vejo com o maior interesse que a AAP se transforme de uma Associação privada que tem sido, numa Associação pública, porque só assim os interesses da classe dos Arquitectos podem ser melhor defendidos. Eu penso, como foi aliás aqui sublinhado pelos Arquitectos que falaram no início deste Congresso, que estamos numa fase nova da nossa vida nacional, que resulta de estarem criadas as condições financeiras e económicas para um grande surto de desenvolvimento, e por outro lado, resulta da circunstância de termos entrado na Comunidade Europeia e hoje sermos um membro de pleno direito. Decorrem daí desafios, e ao mesmo tempo exigências, para o nosso país, a que temos todos de saber responder, e naturalmente os Arquitectos têm uma parte importante nesse combate.

Eu estou seguro, e estou naturalmente a falar para convertidos, que os Arquitectos presentes sentem o mesmo que eu sinto quando me desloco em Portugal e vejo como se constroem imensas casas que não têm nada a ver com a nossa tradiçao, não têm nada a ver com aquilo que nós desejamos como ordenamento do território para o nosso país. E isso porque, como foi salientado, os Arquitectos não são chamados muitas vezes à responsabilidade dos projectos que se edificam em Portugal, e isso naturalmente é um mal que cumpre evitar.

As próprias Câmaras Municipais, muitas vezes por razões diversas e apesar daqui lo que tem sido o progresso fundamental originado no poder local, as Câmaras Municipais não têm sabido articular-se devidamente, em muitos casos, com o esforço que deve ser cometido aos Arquitectos; e há uma percentagem ainda bastante grande de Câmaras Municipais que não têm Arquitectos ao seu serviço, o que é óbvio não é aceitável, nem sequer tolerável.

Eu espero que as jornadas deste Congresso sejam fecundas, e que com as conclusões que tirarem deste Congresso se possa vir a poder dar-se um salto qualitativo na vossa profissão e no respeito que lhe é devido, por todo o país, à vossa profissão. Penso que não podiam ter escolhido melhor que a cidade do Porto para realizar , aqui simbolicamente, este Congresso. O Porto está ligado a uma escola de Arquitectura que é concerteza extremamente conceituada, e para além da figura evocada já e que vamos hoje homenagear, o grande Arquitecto Marques da Silva, eu também não queria deixar de referir o Arquitecto daqui do Porto, que tive a honra de conhecer, e com o qual privei e sempre muito admirei, o Arquitecto Carlos Ramos. Queria dizer-lhes portanto, que vou seguir os vossos trabalhos com a maior atenção, que vos desejo um trabalho fecundo e produtivo, e que estou convosco na vossa luta para a dignificação da vossa profissão. Muito obrigado."

*

* *

7.5 | «Uma outra praxis para uma “nova” classe», Nuno Portas

SESSOES DO SUB-TEMA 1

DOCUMENTO ANEXO Nº 1

UMA OUTRA PRAXIS PARA UMA "NOVA" CLASSE

Arq. Nuno Portas

A intervenção do arquitecto no âmbito municipal, na perspectiva de uma melhor distribuição da prestação de serviços no território nacional pode e deve ser vista de vários ângulos que, desde já ou a prazo, serão completares e não necessariamente antagónicos. Temos assim:

a) **O arquitecto de profissão livre** ou integrado em Gabinetes e Empresas de Construção/ /Promoção, que serve clientes particulares, individuais ou colectivos (Cooperativas, etc.) e cujos projectos o Município terá de licenciar nos termos legais; eventualmente, o cliente pode ser o próprio Município.

b) **O arquitecto contratado** dentro dos serviços municipais ou de associação dos municípios (caso dos GAT's) onde é chamado a

— apreciar projectos de outros (arquitectos e não arquitectos) submetidos a licenciamento, elaborando informações para decisão do executivo;

— colaborar em tarefas de planeamento municipal com graus diversos de autonomia ou responsabilização;

— executar projectos urbanísticos ou de edificação, destinados a serem executados pelo Município;

— dirigir ou participar em gabinetes públicos para a execução de programas especiais, como é o caso recente dos GTL's;

c) **O arquitecto** em profissão livre ou integrado em gabinetes que presta consultadoria a acções de planeamento do Município, quer realizando-as na integra **sob contrato**, quer assistindo aos Serviços Municipais na elaboração de planos urbanísticos, regulamentos de gestão, programas de intervenção, etc., **sob regime de avença** temporária, ou outro.

É evidente que estes três tipos de actuação podem ser conflitivos em muitos momentos e têm-se regido por critérios deontológicos que merecem cuidadosa revisão para evitar efeitos perversos, quer de clandestinidade (caso da actividade de projecto dos arquitectos municipais), quer de desmotivação (as entregas «fora» dos projectos e planos mais interessantes para os arquitectos municipais ou o desconhecimento pelo Município dos projectistas locais em favor dos gabinetes melhor colocados nos circuitos do poder), quer ainda de dificuldades de concorrência, se não existir a suficiente flexibilidade quanto às exigências dos projectos e tabelas de honorários.

Nestes diferentes campos de actividade, o arquitecto encontra condicionalismos específicos que merecem reflexão, sendo certo que os resultados que são de esperar da nossa acção supõem actuações nestas diversas frentes visando, por um lado, a remoção de obstáculos e a alteração de mentalidades em relação ao que são ou podem ser a arquitectura e os arquitectos e, por outro, uma saudável autocrítica que nos leve a encontrar formas mais correctas e eficazes de prestação de serviços. Em última análise, desta reflexão resultará **a necessária revisão não só da regulamentação profissional como da formação escolar e pós-escolar, dada a necessidade de proceder a reciclagens que outras profissões já iniciaram há anos.**

Permita-se-me fazer, por momentos, o papel de advogado do diabo. Creio que devemos ter a noção de que a reivindicação de que todas as construções sejam projectadas por arquitectos diplomados não será imediatamente viável num país em que boa parte das edificações se processa à margem do próprio licenciamento legal, ou se realiza por diversas formas de auto-construção, enquanto pelo seu lado, os arquitectos são ainda em número relativamente reduzido e se concentram nas duas principais aglomerações. E se apenas uma minoria dos projectos de licenciamento particular é assinada por arquitectos, é bom ter presente que os arquitectos projectam ou pelo menos assinam, uma grande parte da edificação e planos de pormenor de maior volume e significado colectivo.

E, **se olharmos para a história, percebe-se como os arquitectos, projectando apenas uma parte dos edifícios, influenciaram a qualidade da maioria restante.** Simplesmente, olhando à nossa volta, parece-nos que agora sucede o contrário: o que consideramos arquitectura de qualidade constitui a excepção, isto é, não consegue influenciar o resto da construção de modo a que o nível médio seja aceitável quanto ao ambiente que se cria, à funcionalidade que se exige, ao gosto que se impõe. — E se quisesse cultivar o paradoxo, diria ainda que parece estar a dar-se o fenómeno contrário quando arquitectos de qualidade procuram «popularizar» os seus projectos com elementos tirados das arquitecturas «incultas»! — E note-se: este panorama culturalmente deprimente das novas construções não parece ser melhor em cidades onde o arquitecto assina a totalidade dos projectos, como no nosso caso, ou, por exemplo, no país vizinho, o que significa que a mediocridade de que nos queixamos não vem só dos «curiosos», produz-se também entre nós, os profissionais. Reconhecê-lo pode parecer inconveniente para o corporatismo a que a concorrência económica obriga, mas é um imperativo de objectividade a que nos não devemos furtar se quisermos encontrar as causas mais profundas da presente situação. E se assim é, **o reconhecimento legal ou administrativo da competência do arquitecto para apresentar projectos pode ser, a prazo, uma condição necessária mas não suficiente, para que o mundo da arquitectura que se faz seja mais racional e mais belo do que hoje é.**

A conclusão que retiro desta afirmação é pesada: temos que ser mais exigentes a formar e a actualizar os arquitectos e, por outro lado, temos que ser capazes de criar modelos (para não dizer estilo) que sem perda de qualidade se possam difundir ou socializar, sejam apetecidos e não sofridos, pelo cliente social e possam ser compreendidos, reproduzidos, adaptados, interpretados pelo comum dos projectistas e construtores, diplomados ou não.

Entretanto, é pelo menos inquietante ver entrar nas Câmaras Municipais projectos de

arquitectos que mal se distinguem dos de desenhadores, ou engenheiros, quanto à insensibilidade face aos sítios e paisagens, ao absurdo do emprego de materiais, à ausência dos requisitos mínimos de profissionalismo. E não estou a falar de recentes reflexos provincianos da confusão cultural que hoje caracteriza, mais frontão mais colunata, o pequeno mundo da arquitectura mais badalada.

Mas para que não se interprete mal esta chamada de atenção para as «maleitas» do nosso próprio meio profissional, gostaria de aclarar que não caio na ingenuidade de defender que «primeiro vamos ser todos muito bons e só depois de nos impormos teremos o direito de exigir a arquitectura para os arquitectos». De facto, numa sociedade fortemente concorrencial, em que outras profissões têm conseguido protecções legais em nome da saúde, da educação, do direito ou da segurança física de pessoas e bens, **é compreensível que se lute por estender as garantias profissionais em nome do ambiente físico e cultural de que os nossos concidadãos precisam desde que esse proteccionismo tenha a contrapartida de responsabilidades civis e técnicas alargadas,** como acontece noutros países que invocamos em apoio das nossas reivindicações. Embora, no nosso caso, haja dificuldades específicas — não tanto por haver bons e maus arquitectos, que também há bons e maus médicos, engenheiros ou advogados — mas porque não existe sobre a boa arquitectura um consenso como o que existe, apesar de tudo, sobre o que é, por exemplo, a boa saúde, nem entre a população cliente, nem sequer entre nós, arquitectos.

Quer-me parecer, por isso mesmo, que uma imposição generalizada da autoria formal do arquitecto em todos os casos e em todas as geografias pode constituir um tiro pela culatra, se oferecer uns monopólios de assinaturas a uma minoria mercantil de colegas já implantados nas regiões que para além de manter a mediocridade não dificultará menos a implantação de outros que pretendam trabalhar de outra maneira. Afinal, o que acontece sobretudo na província, com os engenheiros camarários...

Por estas e outras razões, **a luta pela conquista dos direitos do arquitecto a arquitectar tem de ser firme, mas cautelosa e progressiva: o êxito dessa luta depende, antes de mais, de nós próprios como grupo. Depende de sabermos criar a evidência, perante um público mais largo, ainda que impreparado, de que a nossa maioria de profissionais — e não só o pequeno grupo de notáveis — pode oferecer serviços que outros só por excepção oferecerão e em condições de custo correspondentes aos benefícios que esse serviço mais qualificado trará aos utentes.**

A experência de alguns colegas com loja aberta em cidades médias é encorajadora e já legitima que nas áreas dessas autarquias se exija mais da qualidade dos projectos começando pelos aspectos mais objectivos das soluções: o respeito pelos sítios e a adequação ao ambiente, a comodidade e a economia dos meios, o que exige também a presença de arquitectos qualificados nas estruturas ou junto dos poderes locais.

Julgo que estaremos todos de acordo em que a afirmação da importância, da necessidade, de arquitectura por toda a parte em todo o país, supõe uma melhor distribuição geográfica dos arquitectos (agora que já somos mais) e um melhor acerto dos papéis que desempenhem em cada autarquia ou região. O que não quer dizer que não continuemos a projectar para as regiões ou até países distantes daqueles em que estejamos estabelecidos. A cultura portuguesa sempre beneficiou com essas trocas no passado como no presente mas, em termos estatísticos e para a maioria das encomendas, a situação de projectar à distância tende a deixar de ser a regra em favor de uma crescente implantação regional dos profissionais — e não só dos recém-formados e desconhecidos, mas também de muitos dos mais experientes.

Não é pois apenas por aludidas razões de dificuldades do mercado de trabalho em Lisboa e no Porto que este tema está a ser tratado no IV Congresso e se tem vindo a apelar para que o Senhor Estado, central e local, crie, alargue, complete ou renove os seus modestos quadros de arquitectos.

Há razões mais profundas para dar a esta reivindicação uma oportunidade de que ainda há pouco um Ministro se fazia também eco, e que convém ter presente neste lugar. Em primeiro lugar, porque as questões do ambiente arquitectural têm cada vez mais apelo na opinião pública (recorde-se apenas o caso do Saldanha, em Lisboa).

Em segundo lugar, porque as competências do poder local se têm alargado, seja pela autonomia no julgamento do que se pode e não pode fazer, seja no esforço que já fazem em ordenar o território dentro do possível.

Terceiro, porque **a consciência dos valores locais e regionais reaparece como matriz cultural poderosa para superar a crise semântica do funcionalismo tornado «estilo internacional» ou da retórica pós-modernista que se estabelece ironicamente como «novo estilo internacional»!**

Temos, portanto, diante de nós, uma oportunidade histórica para implantar melhor a arquitectura no território português, não por postura ou decreto, mas pela persuasão da própria necessidade social do seu maior enraizamento cultural no meio. Mas esta oportunidade pode ser perdida se insistirmos nalguns atavismos — quer por parte das instituições, quer pelas deficiências da nossa própria formação profissional.

Em primeiro lugar, do lado das instituições.

A dialética entre centralismo e poder local está longe de se encontrar resolvida. Os Municípios, à falta das regiões, tendem para mais competências mas não têm tido acréscimos suficientes dos seus recursos, o que explica em parte a relutância em criarem ou alargarem quadros (especialmente a profissões «qualitativas»). Mas, sem quadros, também não alargam os recursos próprios, não poupam investimentos evitáveis, não justificam bem as candidaturas aos fundos especiais, etc. Saberão os quadros técnicos e neste caso os arquitectos municipais, demonstrar que a sua contratação não é um onus mais para os gastos correntes da autarquia, mas sim uma alavanca imprescindível para programar e executar melhor os projectos e, ainda, para evitar erros onerosos, ou seja, para fazer mais e melhor sem gastar mais?

Mais: **sem quadros locais qualificados e empenhados os municípios não se libertarão das tutelas de serviços centrais que, longe de se reconverterem, estão burocraticamente cada vez mais presentes e sempre com o argumento da incapacidade técnica das autarquias.** E diga-se de passagem que, neste afã de controleirismo (dos que não fazem nem deixam fazer) também há arquitectos que, não largando a capital, se fazem notar pela desconfiança nos colegas descentralizados!

Ainda mais: **sem quadros locais competentes os Municípios não se libertam também das empresas caçadoras de projectos**, conhecidas pela frequência de produtos paraquedistas que não acertam nem com o sítio, nem com os cadastros e curvas de nível, nem com os recursos municipais...

A questão fica posta: **a existência de quadros dos Municípios e a admissão criteriosa de arquitectos são condição necessária da autonomia do poder local e do serviço realista e competente às populações**, sobretudo agora que os Municípios sabem que a sua missão não é só quantitativa e de infraestrutura, mas também e cada vez mais, qualitativa, no que respeita à criação de ambientes e à valorização dos recursos locais.

Aliás, também os projectistas de obras particulares mais capazes só terão a ganhar com esse equipamento técnico municipal se este se traduzir numa exigência progressiva embora prudente da qualidade técnica e estética dos projectos submetidos à Câmara, ainda que tal subida de exigência possa prejudicar alguns assinadores encartados. É que não se trata de proteger a «classe», mas os sítios e os ambientes habitáveis — aquilo por que em última análise seremos julgados.

Finalmente, do lado dos arquitectos.

Poderemos perder também esta oportunidade histórica se não formos capazes de rever, face aos condicionalismos do poder local e da situação socio-económica das populações, alguns «vícios» de actuação que nos são atribuídos, com alguma razão estatística, e que, para ser breve, sintetizaria assim: **estreitamento disciplinar, desprezo do pragmatismo, arrogância cultural**, especialmente no que respeita aos melhor intencionados, aqueles que o M. Tainha classificava aqui de «marginais de mãos limpas».

De facto, **se queremos que os Municípios entendam a necessidade de ter arquitectos ao seu serviço, teremos pela nossa parte de alargar a prestação de serviços, para além do desenho ou da linguagem propriamente dita: desde o tratar dos terrenos, traçar vias, orientar arborizações, manejar legislação e orçamentos, dirigir obras, controlar custos...** eis algumas das habilidades que, em Câmaras com poucos recursos técnicos especializados, são pedidas ao arquitecto e para as quais, ao contrário de Espanha e França, para não ir mais longe, continuamos a estar mal preparados. **Profissionais só «do feitio», continuaremos demasiado vulneráveis...** e até o feitio se acaba por alienar.

Outro dos obstáculos à aceitação do arquitecto vem do rótulo antigo de que é utópico ou irrealista e é um facto que com frequência nos **revelamos incapazes ou relutantes em adaptar os objectivos aos dados reais e, sobretudo, aos meios disponíveis e**, reconheçamo-lo, não é só por culpa dos eleitos que as gavetas dos Municípios estão cheias de projectos encomendados — talvez mal encomendados — que se não sabe como pôr em execução ou que, para se executarem, precisam sempre de mais um estudo qualquer...

Finalmente, a arrogância cultural que se denuncia na **dificuldade em intuir os valores e apetências das pessoas comuns, em aprender com o próprio meio, abandonando o complexo de vanguarda que se bebe nas escolas de arquitectura** e que faz o arquitecto gastar-se em aspectos e lutas muitas vezes superficiais ou de moda formal, enquanto falha no que mais lhe devia importar: a modelação do espaço urbano, o acerto da tipologia, a relação com a paisagem envolvente...

Para terminar, assumindo pela minha condição de professor de uma das escolas uma parte da responsabilidade desta situação e, portanto, a responsabilidade de reorientar no futuro a formação de novas fornadas de arquitectos para as tarefas que vão encontrar em situações descentralizadas. A este respeito, poderá ser muito importante para as escolas o contacto com os Núcleos Regionais da Associação, procurando auscultar os problemas que estão a ser postos e as deficiências que sentem na formação escolar herdada, designadamente nas áreas de planeamento territorial ou urbano, da programação dos empreendimentos e do controle de custos e direcção de obras.

Parece igualmente importante que as escolas experimentem formas de consultadoria ou colaboração com os Municípios que valorizem o trabalho dos que estão implantados no meio e, ao mesmo tempo, os docentes percebam melhor os condicionalismos materiais e culturais do exercício periférico da profissão. Tal como os estágios na periferia dos recém-formados remunerados pela Administração e apoiados pelas Escolas e Associação Profissional se poderia inserir na mesma política.

Sob estas ou outras formas **muita coisa terá que mudar no próximo futuro se quisermos acompanhar as transformações dos espaços políticos e culturais que se processam diante dos nossos olhos e legitimar a nossa reivindicação de que o arquitecto, enquanto agente cultural, é imprescindível ao desenvolvimento social das comunidades.**

7.6 | Alternativa da Substituição da Designação de APP por Ordem dos Arquitectos

..75

em associação publica, chegou-se à conclusão da necessidade de transformações profundas nos estatutos, essa seria a fustificação fundamental para haver uma alteração muito grande na estrutura dos estatuos actuais. Entre elas, a inclusão nos estatutos das posições relativas ao exercicio da profissão e da deontologia profissional que seria uma das decisões do 3º congresso.

Proposta do C.D.N.

Votos a favor = 270
" contra = 17 TOTAL = 303
Abstenções = 16

Proposta de C.Castro e H.Martins

Votos a favor = 30
" contra = 216 TOTAL = 302
Abstenções = 56

A maioria qualificada de 3/4 é de 228 votos

A favor = 273
Contra = 16
Absten. = 14

A proposta do C.D.N. obteve a maioria qualificada superior a 3/4

PROPONENTES DAS ALTERNATIVAS

Alternativa da substituição da designação de AAP por Ordem dos Arquitectos

Arqtº. Waldemar Sá (Discussão da alternativa)

Sou um dos sobrescritores desta proposta que aliás havia sido redigida por outros colegas, ao qual eu concordei se eles não fizessem, tê-lo-ia feito eu, compete-me a mim apresenta-la.
A proposta desta alternativa, ou melhor, porque é que nós propusemos esta alternativa? Já à muito que vem sendo tentado ná AAP transformar a nossa associação em Ordem, é evidente que tem havido muitas reações a esta tentativa, tem sido acolhida por uns e rejeitada por outros, lembro-me que esta tentativa começou a ter inicio com o arqtº Peres Fernandes na altura que não teve êxito porque os poderes constituidos de então, viam na Ordem um elemento com grande poder e que não convinha. Isto é realmente o transparece dessa actuação, nós

../

pensamos o seguinte: efectivamente, a Ordem, a designação, porque no fundo é apenas uma designação, não há colisão nenhuma entre o estatuto e a associação porque uma Ordem é uma associação publica, todas as Ordens são associações publicas e justamente nós verificamos que aqui tem mais impacto que a designação associação, associação há milhares, Ordens há quatro e até temos entre os-convidados, um representante da Ordem dos arquitectos belgas, o que se verifica que é tambem corrente em outros países.
Pensamos que realmente tem muito mais impacto esta designação e é uma proposta legitima, não pensamos que venha a ferir alguem embora muita gente possa não gostar, mas para isso é que ela é proposta, se as pessoas gostam, muito bem, se não gostarem paciência, agora o que não se pode dizer é que é má ou boa, é uma proposta posta aos colegas que irão decidir livremente como se tem sempre decidido, voltando um pouco atrás, quero esclarecer bem o seguinte: não há colisão alguma nem contradição entre o que foi aprovado, associação publica e a designação que nós pretendemos, se pretendemos nós apenas, e isso vê-se no dia a dia, o prestigio que as Ordens tem adquirido, a representatividade que tem, é apenas isso, aproveitar mais um elemento, mais um factor porque nós vemos o impacto que tem aqui entre nós as actuações das Ordens e quando se fala em Ordem, nós por exemplo nas câmaras, nas autarquias quando aparece a Ordem a falar ou a funcionar é entendida de uma maneira diferente que é realmente a associação, é apenas uma questão de designação que não prejudica ninguem, esta designação provoca muitos "fantasmas", acho que não temos nada que ter medo, as coisas são como são e isso parece-me uma questão negativa.

Arqtº. Teotónio Pereira

Caros colegas, este momento é de grande importancia neste congresso, não é um momento isolado, é o culminar de um processo que já vem desde hà anos e que se veio construindo laboriosamente para atingirmos a finalidade de transformarmos a nossa associação. Isto veio a proposito porque nós consideramos que esta questão de alternativa, não é uma questão secundária, não é uma questão só de designação, tem a ver com o conteúdo profundo deste processo de transformação que estamos agora a culminar. A questão da designação é a questão central e isso tambem não é de agora, foi bastante recente no congresso de Lisboa à 2 anos, aí foram apresentadas propostas em que o ponto fundamental era a criação de uma Ordem de arquitectos e essas propostas não foram aceites, não foram consagradas pelo congresso, o colega Waldemar Sá, parece-me que situou muito correctamente esta proposta de alternativa quando disse que desde hà muito isto constituia uma aspiração da classe, é nesse tempo que esta questão deve ser considerada, efectivamente durante o período da ditadura Salazarista ou do corporativismo, foi-nos imposto o estatuto de Sindicato Nacional porque de facto a nossa tradição era essa desde 1864, como eu recordei ontem, depois em 1903

../

com a criação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e a nossa tradição foi sempre de associação, a designação de associação foi-nos imposta de uma forma arbitrária e nessa altura a criação de uma Ordem foi a aspiração da nossa classe profissional porque a alternativa que existia para Ordem, hafia os sindicatos e as Ordens, isso felizmente está completamente longe e não faz sentido que nós agora em 1986, vamos buscar uma situação que de facto foi uma aspiração da classe num certo momento muito particular de constrangimento mas que hoje, quanto a nós não tem o minimo sentido, era rasgar toda a nossa tradição associativa se fossemos agora assumir essa designação, pode-se dizer que isto não tem muita importancia, nós achamos que tem a maior importancia e que se por acaso esta proposta de alternativa fosse consagrada pelo congresso, significaria que toda a construção que tem sido laboriosamente feita até agora para conseguirmos transformar a nossa associação numa associação de direito publico, caíria por terra, significa que seria tudo anulado todo o sentido ético social porque temos defendido, ficaria posto em causa,por isso nós achamos que não é diferente, esta proposta que prejudica, que atinge todo este processo de criação de associação publica, os argumentos que são evocados para além do argumento que nos parece que já não tem sentido e o resquício de um passado, de uma época que foi ultrapassada, os outros argumentos do impacto, do prestigio parece-me que nós não os temos considerado, não precisamos de plumas para nos enfeitarmos, não precisamos de pergaminhos que vamos buscar a outras associações porque temos os nossos proprios pergaminhos, não precisamos de adornos de prestigio para darmos força, poder e credibilidade à nossa associação; o prestigio temos que ser nós a conquista-lo, o poder é-nos dado pelo estatuto de associação publica, esses outros factores que a Ordem nos poderia colocar, nós não precisamos de recorrer a designações de caracter aristocrático, ultrapassado odorifico, não precisamos disso, estamos num momento muito solene, muito importante, de afirmação da nossa profissão e temos que afastar os argumentos desse tipo, temos que nos afirmar pelo aspecto positivo, autentico, são e esse é-nos dado pelo estatuto de associação publica. Por outro lado, este processo foi o que uniu a classe como foi aprovado na votação que foi feita à pouco, nós unimo-nos partindo de posições muito diferenciadas na conquista da associação publica. Não podemos agora negar, destruir essa coesão que atingimos através de uma questão secundária, é acessória e é por isso que nós achamos que ela não é secundaria nem acessória, parecendo ser pode vigorar um golpe profundo muito destrutivo nesta conquista, ou o que ainda temos de fazer no estatuto de associação de direito publico, de maneira que eu faço um apelo em nome do C.D.N. aos colegas congressistas no sentido de terem bem presente a responsabilidade do seu voto que neste momento nós achamos decisivo neste congresso.

Arqtª. Mª. José Marques da Silva

Ao contrário do que o nosso presidente disse, o C.D.N. não está todo de acordo ao achar que não deve ser transformada em associação publica ou em Ordem, há elementos do C.D.N. entre eles eu, que estou contra a posição do nosso presidente, acho que não podia ter sido transformada a AAP em Ordem, porque para ser Ordem, é preciso ter um curso superior e a unica coisa que eu ainda vejo um bocado dificil é porque nós temos muitos colegas que ainda não fizeram um curso superior porque não era permitido entrar para as outras Ordens por assim dizer, no seu conjunto, como a Ordem dos Advogados, dos engenheiros e outras, se não fosse um curso superior. Agora que já temos uma faculdade de arquitectura, como há a de letras, a de ciências, porque é que não existe uma Ordem de arquitectos? Isto é um absurdo, um espirito antiquado, sou velha, mas não tenho espirito velho, vem com a ideia de que a Ordem lembra o fascismo, etc, Nunca fui ao Sindicato no tempo em que era Sindicato, só depois de ser associação é lá fui e soube que em certa época quando se quis transformar em Ordem não era permitido porque o nosso curso não era superior, agora é curso superior, é um absurdo a associação dos arquitectos não se transformar em Ordem, porque tudo o que foi agora aprovado e tambem com o nosso voto é que continue associação publica porque nós não queremos que seja associação publica, queremos que seja Ordem, algumas Ordens não são associações publicas, mas a nossa ficaria assim como a dos médicos que não são associação publica, não tem este estatuto especial, portanto acho que essencialmente para os jovens que já tem alguns cursos superiores, parece-me que baixam de categoria não tendo uma Ordem. Isto é só uma questão de nome, o resto pode funcionar na mesma.
Estou completamente de acordo com a associação publica mas achava melhor o titulo de Ordem, assim é que nós ficavamos nivelados com os outros. Eu tenho visto as dificuldades que tenho tido em algumas câmaras, quando digo que sou da associação dizem que é a associação dos 20 amigos e quando digo se eles não aceitam os papéis dos engenheiros eles respondem que sim, mas isso -é uma Ordem. É preciso reflectir bem nisso.

Arqtº. Sena Esteves

A colega Mª. José referiu-se a uma questão que me parece muito importante mas tenho uma certa divergência na maneira como a encaro. Na questão da dignidade creio que não há mais ou menos dignidade num caso ou no outro, por facto de ter curso ou não, há pessoas sem nenhum curso superior com muita dignidade, a dignidade é a mesma, a questão é das pessoas, portanto parece-me que não é de considerar essa questão.
O facto de ser associação publica ou Ordem, dá-me a impressão que é mais um factor de ordem psicologica , tambem o colegaTeotónio Pereira se referiu ini-

cialmente quando contestou a proposta do colega Waldemar Sá, dizia que não era só uma questão formal, mas afinal parece-me ter dito que a questão é acessória, que não é fundamental, ora, eu suponho que embora não sendo fundamental, é bastante importante a consideração deste aspecto. Da intervenção de Teotonio Pereira ressaltou uma sensação desagradavel de parecermos estar a criticar as outras Ordens, dá a impressão que as boas são as associações, as Ordens não prestam, não tem prestigio, isto não está certo, temos que olhar para as Ordens e ver se realmente elas cumprem os seus objectivos e se tem a força que pretendem dar-lhe, não há duvida nenhuma que quem há-de fazer o prestigio são os profissionais e que a Ordem pode não ter prestigio, como a associação pode não ter prestigio, se os profissionais da Ordem não lhe conferem o prestigio que devem, é evidente que essa Ordem não tem prestigio, o mesmo acontece com a associação e sempre se sentiu que uma Ordem, não sei porquê, a palavra Ordem se impõe tacitamente em qualquer câmara, qualquer entidade e se sente essa palavra quase por magia que dá por si só outro relevo, não estou com estas palavras só para que entremos na concessão de facilidades, não há duvida que é pela maneira como os profissionais se comportam a nivel nacional e da sociedade que essa entidade seja Ordem, associação virá a ter prestigio, mas por outro lado esse factor por vezes indefinivel é de força, vamos utilizar uma arma que tem mais força, pois se essa arma tem mais força sem qualquer considerandos de qualquer espécie.

Arqtº. Pratas Vieira

Esta proposta que aqui foi feita alternativa 5, estatuto que este congresso acabou de aprovar, não me admira rigorosamente nada, não passa do rabo de fora do gato que tem andado escondido no processo de constituição de associação de direito publico. É o resultado de todo o processo das conciliações dos compromissos, muitos deles feitos à rebelia da classe dos arquitectos.
Foi evocado aqui o prestigio, a necessidade de nivelar com outras Ordens. Com qual? Com aquela cujos profissionais nos tiram o trabalho dia a dia? Não será o prestigio a nossa prática diária como profissionais e como cidadãos? Prestigio não será cumprir a função social do arquitecto proporcionando a arquitectura às pessoas que a ela tem direito? Porquê a Ordem? Corporativa e autoritária. Para beneficiar quem? E isto é apenas um passo, a seguir virá o resto, a inscrição obrigatória é a competência, são os examinadores que examinarão os outros e depois então teremos a Ordem estabelecida, a divisão do trabalho por uma minoria, é isso que se pretende instituir, votei contra os estatutos aqui aprovados precisamente por causa desta ambiguidade, mas urge agora que todos aqueles que não aceitaram esses estatutos se unam no sentido de impedir que o resultado desta conciliação descambre na Ordem que alguns defendem.

../

Arqtº. Waldemar Sá

Vou novamente procurar ser breve, foi aqui qualificada a nossa proposta de adornos de aspectos negativos, ultrapassados, aristocráticos, penso que esta não é uma forma de discutir os problemas, os problemas discutem-se com argumentos, não com anátemas, a proposta é legitima ainda que fosse feita por uma só pessoa e, desde que aceite, vamos discuti-la como deve ser, aceita-la ou rejeita-la, aliás não foram só estes anátemas que foram postos, foram feitas correntes de interpretação acerca desta proposta, processos de intenção, não é aceitavel isto, nem sequer é democrático, referiu-se aqui o colega Teotonio Pereira ao facto de se ter manifestado uma grande união em volta do estatuto de associação publica, mas essa união contou com os votos dos que votam Ordem, é inequivoco, é evidente que se for essa a vontade das pessoas, há que aceitar ou rejeitar, mas é assim que se deve pôr o problema, não é esta uma proposta que seja o rabo de fora, de qualquer coroamento que tenha vindo a processar-se não é, nós temos intenções limpidas, fazemos uma proposta porque entendemos que a devemos fazer.

Arqtº. José Carlos Loureiro

Estou de acordo com as ultimas palavras de Waldemar de Sá, porque entendo que as pessoas tem de facto a liberdade de apresentar as propostas que entenderem sem terem de lhes lançar anátemas, embora discorde da proposta e quero que fique claramente expresso a minha opinião de que de facto por um lado, a associação dos arquitectos aparecer agora com a designação de Ordem, porque lutou durante anos e já foi explicado aqui porque é que lutou por isso, numa época bem diferente e dificil, se aparecermos agora com essa designação a mim soa-me a uma coisa que já está rançosa, como já foi evocado, penso que o prestigio, a dignidade, etc., mas tambem já foi dito que é através da nossa actuação profissional, do nosso comportamento que nós temos que obter o prestigio, o respeito das entidades com quem temos que contactar, do publico que servimos, para mim o que é importante é conseguirmos chegar aos objectivos que nos propomos. De uma associação de direito publico que tenha de facto capacidade para lutar pelos nossos interesses, pois não queria dizer que a Ordem é um "penacho", não queria cair nesses epítetos, que mais esses adorno não vem acrescentar nada do ponto de vista legal ao estatuto de associação de direito publico, portanto, eu vou votar contra a designação de Ordem.

Arqtº. Marques

Segundo as palavras do Teotonio Pereira, quando se refere ao Salazarismo e a tudo que ele representou, a opção que na altura fomos obrigados a tomar para evocar um outro principio que tambem estava muito em voga nessa altura, que era o de "orgulhosamente sós", creio que não é isso que pretendemos e que os principios que as outras Ordens defendem que não a nossa, digamos assim são tambem a defesa da classe a que pertencem, não defendo a Ordem apenas pelo termo que ela representa, mas pelo facto de nos englobarmos numa luta comum que temos até agora travado sózinhos, não pretendemos iniciar uma luta contra determinados principios já vigentes, que outros, em outras circunstâncias conseguiram, nós somos sistemáticamente marginalizados numa série de circunstancias, nomeadamente nos acessos às câmaras e outras situações aqui já referidas creio que, fundamentalmente é importante integrarmo-nos numa luta já existente e todos os colegas saberão quando assistem através dos orgãos da comunicação social, que a Ordem dos médicos avança sempre em todas as circunstancias, segue-se imediatamente a Ordem dos advogados, a Ordem dos engenheiros e os arquitectos nem sequer são referidos, somos uma classe para todos os efeitos, que temos o nosso mérito proprio mas que sozinhos iremos muito menos longe do que com o tipo de actuação idêntica a outros colegas em outras circunstancias, há defeitos por todos os lados, creio que compete a nós decidir onde e quando intervir e da maneira dentro deste contexto da Ordem, defende a Ordem, digamos como um sistema já vigente que propõe um certo numero de atitudes que nos defenderá contra um certo isolacionismo, creio que é muito importante neste momento nós não nos considerarmos como já alguma vez este país considerou "orgulhosamente sós".

Arqtª. Olga Quintanilha

Como elemento do C.D.N. e nessa qualidade, venho repor alguns factos que me parecem ser importantes.
Quando o nosso presidente do C.D.N. afirmou que falava em nome do C.D.N. é a pura das verdades, o C.D.N. aprovou por unanimidade a proposta que está patente a este congresso. Por outro lado suponho que é importante dizer que estamos em 1986, integrados na CEE com um orgão da classe que se chama Associação dos Arquitectos Portugueses, quando me refiro ao aspecto que estamos integrados na CEE, quero tambem dizer e negar as afirmações que foram ditas em relação às associações de classe de arquitectos dos países que estão integrados no mercado comum porque simplesmente a Bélgica, a França e o Luxemburgo são representados por Ordens, talvez para os colegas seja só conhecido o caso da Riba, mas há o Colégio de Arquitectos de Espanha, o Concelho de Arquitectos de Italia

../

e todos os outros que tem nomenclaturas que são mais dificeis de traduzir por causa da lingua, mas não são Ordens.

Nós percorremos de à 4 anos para cá um percurso muito importante que foi conseguido através de um amplo esclarecimento entre nós arquitectos, foi dado um grande ênfase ao problema da estruturação da classe e já foi referido que de facto chegamos a uma figura juridica de associação publica que por uma situação feliz conseguimos que estivesse em consonância com a nossa constituição, da mesma maneira as outras classes e as tão faladas Ordens deste país, são neste momento associações publicas, simplesmente elas mantiveram a designação de Ordem, era absurdo que eles modificassem a sua designação, neste momento, elas são associações publicas, por outro lado penso que às Ordens não foi dado prestigio pelo facto de se chamarem Ordens, o prestigio dessas classes veio-lhes de um estatuto que tinha a designação de Ordem, que tinha um determinado conteúdo que lhe deu a capacidade de parceiros sociais, para além tambem de um problema de escala, de numeros de profissionais que envolvem essas Ordens, nós neste momento estamos com o estatuto que é necessario, temos a capacidade orgânica através desse estatuto, perfil juridico de associaç,ao publica para podermos ter confirmado o nosso prestigio, fala-se aqui muito de prestigio, mas prestigio na base de um sentimento de que é a designação de Ordem que dá esse prestigio, não são nomes que dão prestigio mas sim a capacidade orgânica das organizações, a designação é um adorno, é evidente que as designações acabam por adquirir uma sedimentação e a designação está ligada a esse conteúdo, a nossa neste momento é de AAP na continuação da Sociedade de Arquitectos em 1903 e que por acaso tivemos de ser Sindicato e nessa altura se justificava a luta pela Ordem. Por outro lado é preciso ver que esta unanimidade foi conseguida no C.D.N., foi tambem um consenso na classe desde que temos discutido estes problemas, é então que eu digo que este consenso foi adquirido com o apoio dos melhores dos nossos profissionais, acho que é de nós darmos continuidade à tradição do apoio dos nossos melhores profissionais que estão interessados nesta situação de termos um estatuto de associação publica que estiveram sempre na sociedade portuguesa dos arquitectos, no sindicato dos arquitectos, que estão connosco através deste estatuto de associação publica na necessidade de intervir junto do poder, da opinião publica, da sociedade em suma.

Apelo para que nós mantenhamos o direito à diferença, à tradição e para que consigamos o prestigio através da nossa capacidade profissional, capacidade de intervenção junto do poder, da nossa capacidade de relacionamento com a sociedade portuguesa de 1986.

Arqtº. José Miguel Fonseca

Eu ouvi estas 2 propostas e procurei ver os fundamentos de uma e outra e ao longo desta pequena discussão percebi que o nosso colega Waldemar de Sá disse que os problemas se discutem com argumentos, não encontrei argumentos de suporte para a propria Ordem e terminologia, não encontrei fundamento, o que acho é que se não há nenhuma razão, nem de impacto nem de força que leve uma terminologia que está em curso e que se lê nos jornais que tem um certo "peso", por outro lado, foi já referido tambem numa outra intervenção, que nós não podemos estar "orgulhosamente sós", de facto não é por ter o nome de Ordem ou outro nome qualquer que se está "orgulhosamente sós", basta que se agregue ao nivel dos profissionais em conjunto, para que se consiga reivindicar ou tomar posições com determinados objectivos, não pelo problema de nome, que é inviável essa acção, não tem nenhum fundamento tambem. Por outro lado, houve aqui uma intervenção que me parece de outro tipo, que são as conciliações e os compromissos feitos à rebelia da classe dos arquitectos, foi feita por um colega nosso que eu considero já de outro teor, penso que a classe dos arquitectos está aqui presente neste congresso e se não estão presentes, é porque entendem que estes problemas não tem impotancia, isto é um congresso da classe dos arquitectos, os aspectos do prestigio a encontrar aqui, penso que o prestigio é dado pela prática do dia a dia de cada um por aquilo que eles são capazes de mostrar na sua actuação prática, isso é que irá dar o prestigio à propria classe, não se trata de arranjar um prestigio porque se chama Ordem dos Arquitectos, trata-se da sua posição ética e deontológica que cada um assume e pelo seu comportamento, este problema devia tambem ficar claro.

VOTAÇÃO EM ALTERNATIVA (Não há abstenções, só contras ou a favor)

Proposta do C.D.N.

" alternativa da S.R.N.

A favor 228 votos e contra 63, isto é a favor da alternativa, o que quer dizer que a AAP mantém a designação.

7.7 | Principais Conclusões do 4º Congresso AAP

ASSOCIAÇÃO ARQUITECTOS PORTUGUESES

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO 4º CONGRESSO DA AAP

1. Foi aprovado o Estatuto de Associação Pública para a AAP

Esta transformação visa o reconhecimento da AAP como interlocutor necessário em tudo o que interfira com o enquadramento da população e como instituição competente para a regulamentação e controle deontológico da prática profissional.

2. Foram aprovadas acções da AAP no sentido de:

- Ampliação dos quadros de arquitectos na Administração, em particular nos organismos regionais e autarquias;
- Estímulo à realização de Concursos de Arquitectura;
- Exercício da profissão por estrangeiros em Portugal condicionado ao seu controle deontológico pela AAP;
- Representação da AAP no Conselho Económico e Social da CEE, bem como nas comissões previstas sobre a livre circulação, formação profissional, etc.;
- Inventariação sistemática do Património Arquitectónico Português;
- Participação da AAP na homologação dos Cursos de Arquitectura particulares;
- Novas Faculdades de Arquitectura, na Região Centro e no Algarve;
- Revisão do Decreto 73/73;
- Regulamentação Legal dos Concursos de Arquitectura e da contratação de serviços de arquitectura;
- Estágios generalizados para os recém formados;
- Revisão do Código do I.V.A., dando isenção aos trabalhos de arquitectura;
- Moratória na Previdência dos Independentes;
- Simplificação Regulamentar da Legislação, conferindo maior respeitabilidade ao Arquitecto.

Porto, 5 de Abril de 1986

7.8 | 4º Congresso AAP: Índice das Propostas Aprovadas

4º CONGRESSO DA AAP

- INDICE DAS PROPOSTAS APROVADAS -

TEMA DO CONGRESSO: A INSERÇÃO DA PRATICA PROFISSIONAL DO ARQUITECTO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

SUB-TEMA 1 : As transformações da Sociedade Portuguesa, a Prática Profissional e o Perfil do Arquitecto:
- a integração na Comunidade Económica Europeia
- a integração local e regional

Proposta aprovada:
A necessidade de uma política ofensiva da cultura arquitectónica em Portugal - CDN

SUB-TEMA 2 : Os instrumentos legais e institucionais e a prática profissional:
- concursos
- legislação
- serviços técnicos municipais e regionais

Propostas aprovadas:
Instrumentos para uma responsabilização da prática profissional - CDN
Legislação - CDN
Regulamentação de Concursos - CDN

SUB-TEMA 3 : Transformação da AAP em Associação Pública:
- proposta de Estatutos

Proposta aprovada:
Proposta de Estatutos - CDN

4 : Outras moções aprovadas em Congresso.

7.9 | *Memorandum*

ASSOCIAÇÃO ARQUITECTOS PORTUGUESES

MEMORANDUM

4º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

CONCLUSÕES

O 4º Congresso da AAP, realizando-se no ano da adesão de Portugal à CEE, constituiu um acontecimento de grande significado para a prática profissional da Arquitectura, obrigando a recolocar, face às transformações que o país atravessa, os objectivos e competências da AAP.

O objectivo central da AAP é a promoção de um maior reconhecimento pela sociedade e pelo Estado, da área própria da Arquitectura, do seu interesse para a comunidade, e de um maior aproveitamento do saber do Arquitecto.

As transformações profundas que o país atravessa evidenciam-se no enquadramento físico da população, que acusa feridas e necessidade de renovações profundas.

A indefinição de políticas consequentes no campo da habitação, do ordenamento do território e da renovação urbana, tem sido um factor negativo, contribuindo para o desregramento do sector e para a desresponsabilização dos intervenientes no processo de edificação.

A profissão de Arquitecto tambem se alterou profundamente na última década (triplicou em número total e quintuplicou na província), inserindo-se hoje melhor no tecido social e no espaço geográfico do país e confrontando-se com instituições novas que reclamam o seu contributo.

ASSOCIAÇÃO ARQUITECTOS PORTUGUESES

É, contudo, conhecida a fraca parcela que tem cabido aos arquitectos na elaboração de projectos sujeitos a licenciamento (5%), o facto de muitas Câmaras não disporem de arquitectos nos seus quadros (40%), o mesmo acontecendo com organismos regionais (como as Comissões de Coordenação Regional e algumas Direcções. regionais) e ainda que poucas Câmaras têm elaborados e aprovados os seus planos Directores e de Urbanização.

O primeiro emprego para os arquitectos não é estimulado, a profissão liberal vê-se a braços com forte fiscalidade, sem paralelo noutras actividades de âmbito artístico ou de interesse público, nas carreiras públicas o arquitecto é ainda desfavorecido em relação a outros profissionais de formação universitária.

É, pois imprescindível a reformulação das condições que enquadram e limitam o exercício da profissão e o seu enraizamento no país.

Do lado dos factores favoráveis àquela reformulação,há que salientar as expectativas da opinião pública em relação à qualidade do espaço edificado e do ambiente à defesa do património; a regionalização e o poder local;a necessária modernização da sociedade portuguesa, tornada inelutável com a adesão à CEE; e ainda o abrandamento das restrições financeiras.

É hoje inadmissível que a actuação dos poderes públicos não contribua para a melhoria de uma actividade tão ligada à construção e à qualidade de vida dos portugueses como é a Arquitectura.

Os objectivos do Congresso, expressos no seu Tema Geral: INSERÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ARQUITECTO NA SOCIEDADE PORTUGUESA, foram plenamente conseguidos tendo sido aprovadas importantes propostas, visando por um lado uma Política Ofensiva da Cultura Arquitectónica Portuguesa, por outro a Viabilização económica e social da Profissão e por outro a transformação da AAP em Associação Pública.

Mário Soares na abertura do Congresso
Arquitectos organizam-se

Em congresso, no Porto

Associação dos Arquitectos assume carácter público

A Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) resolveu adoptar o estatuto de associação pública, visando o seu reconhecimento como interlocutor necessário em tudo o que interfira com o enquadramento da população e como a instituição com competência para regulamentar e fazer o controlo deontológico da prática profissional dos arquitectos.

A alteração dos estatutos da AAP era proposta pelo Conselho Directivo Nacional da Associação e foi adoptada no quarto congresso da instituição, realizado no Porto, entre 3 e 5 de Abril.

O congresso decidiu, por outro lado, reclamar que o exercício da profissão de arquitecto em Portugal por profissionais estrangeiros, no âmbito da adesão à CEE, fique condicionado ao controlo deontológico e regulamentar pela AAP.

Defendeu, ainda, a representação da AAP no Conselho Económico e Social da CEE, bem como nas comissões previstas sobre livre circulação e formação profissional.

Além disso, os arquitectos portugueses pretendem participar nos programas internacionais relacionados com o ordenamento do território, a defesa do património e a qualidade do espaço edificado e preconizam um intercâmbio mais activo no domínio da arquitectura e do urbanismo com países com maiores afinidades com Portugal, nomeadamente com os países de língua portuguesa.

O congresso preconizou a ampliação dos quadros de arquitectos na administração pública, em particular nos organismos regionais e locais, ligando-se o seu papel menos à fiscalização e mais à participação activa na definição e execução de políticas globais. Foi, igualmente, defendida a promoção mais frequente de concursos públicos de arquitectura

"RECORTE"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

PRIMEIRO de JANEIRO Porto	17 MAR. 1986
JORNAL do EXÉRCITO Lisboa	
JORNAL DA CHAMUSCA Chamusca	

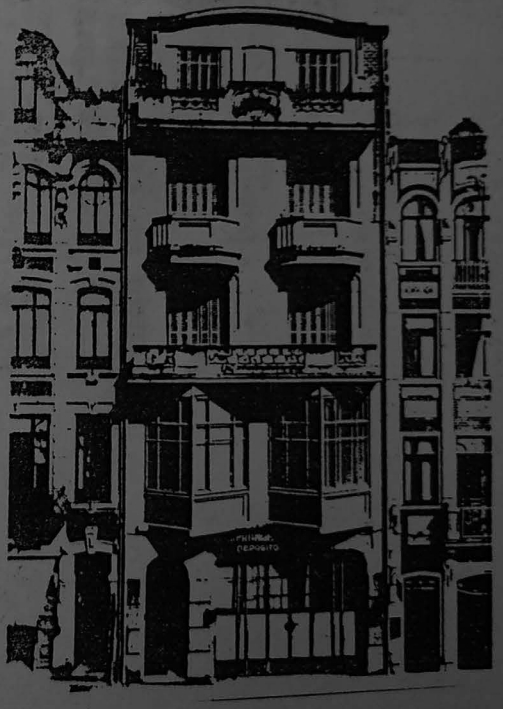
19-2.º E. Codex

108

A arquitectura nacional e a CEE

Arquitecto J. Marques da Silva é patrono do 4.º Congresso da AAP

Vai realizar-se de 3 a 5 de Abril o 4.º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses. No âmbito deste congresso, foram organizadas três exposições, uma das quais já inaugurada na Casa do Infante, dedicada à obra do arquitecto Marques da Silva, uma outra designada de «Exposição Nacional de Arquitectura», e uma terceira, promovida pelo Göethe Institut do Porto, na Casa Tait, sobre «Construções modernas em ambientes antigos».



O Congresso da AAP, centra-se nas condições actuais do exercício da profissão do arquitecto na sociedade portuguesa, nomeadamente nas relações com os organismos oficiais e autárquicos, no posicionamento face à legislação e regulamentação rígidas a caducas que enformam a prática profissional e sobretudo perante os desafios da integração na Comunidade Económica Europeia e da tão desejada regionalização do território, questões essas sintetizadas no tema — «Inserção da Prática Profissional do Arquitecto na Sociedade Portuguesa».

A AAP reúne cerca de três mil dos arquitectos portugueses, o que corresponde a cerca de 75 por cento dos sócios possíveis.

O Congresso Plenário da AAP, para além do debate dos subtemas escolhidos, tem o carácter de assembleia geral nacional, com poder deliberativo sobre as propostas que nele forem apresentadas.

Poderão participar nas deliberações do Congresso, com direito a voto, os sócios da AAP em plena efectividade de direitos.

Poderão assitir ao Congresso, submeter comunicações, participar nos debates e nas restantes actividades programadas e receber toda a informação divulgada no quadro do Congresso, arquitectos, estudantes de arquitectura e demais interessados que tenham preenchido as condições de inscrição indicadas nesta folha de divulgação.

Fazem parte da Mesa do Congresso, os arquitectos Manuel Tainha, Rosado Correia, Manuel Moreira, António Meneres e Luís Vassalo Rosa.

«ASSOCIAÇÃO PÚBLICA» MARCA MOMENTO DE VIRAGEM

108

ETAPAS DE SALTO EM FRENTE

OFENSIVA CULTURAL PROFISSÃO VIABILIZADA

A campanha de esclarecimento público realizada nos últimos anos pela Associação dos Arquitectos Portugueses tem incidido principalmente no facto de autoridades e entidades públicas não reconhecerem no arquitecto a sua importância social e cultural. Conforme refere o «Memorandum» divulgado a propósio do congresso realizado no Porto, «a indefinição de políticas consequentes no campo da habitação, do ordenamento do território e da renovação urbana tem sido um factor negativo, contribuindo para o desregramento do sector e para a desresponsabilização dos intervenientes no processo de edificação».

Mas alguma coisa está mudando e é o «Memorandum» que o afirma, prevendo assim uma viragem decisiva:

«A profissão de arquitecto também se alterou profundamente na última década (triplicou em número total e quintuplicou na província), inserindo-se hoje melhor no tecido social e no espaço geográfico do País e confrontando-se com instituições novas que reclamam o seu contributo.

«É conhecida a fraca parcela que tem cabido aos arquitectos na elaboração de projectos sujeitos a licenciamento (5 %), o facto de muitas câmaras não disporem de arquitectos nos seus quadros (40 %), o mesmo acontecendo com organismos regionais (como as comissões de coordenação regional e algumas direcções regionais), e ainda que poucas câmaras têm elaborados e aprovados os seus planos directores e de urbanização.

«O primeiro emprego para os arquitectos não é estimulado, a profissão liberal vê-se a braços com forte fiscalidade, sem paralelo noutras actividades de âmbito artístico ou de interesse público.

«É pois imprescindível a reformulação das condições que enquadram e limitam o exercício da profissão e o seu enraizamento no País.

«Do lado dos factores favoráveis àquela reformulação, há que salientar as expectativas da opinião pública em relação à qualidade do espaço edificado e do ambiente e à defesa do património. Outro factor positivo é a própria democratização da sociedade portuguesa, envolvendo a regionalização e o poder local, apesar das dificuldades postas ao seu desenvolvimento, de entre as quais se salienta a ausência das regiões administrativas. Estes factores, articulados com a necessária modernização da sociedade portuguesa, tornada inelutável com a adesão à CEE, e ainda com o abrandamento das restrições financeiras, tornaram inadmissível que a actuação dos poderes públicos não contribua para a melhoria de uma actividade tão ligada à construção e à qualidade de vida dos portugueses como é a arquitectura.»

Além do «estatuto de associação pública», já aprovado no congresso, mais duas etapas vão ser decisivas na vida profissional dos arquitectos portugueses, que preconizam:

1. Política ofensiva da cultura arquitectónica portuguesa — A intervenção à escala regional e local vem reclamando a participação do arquitecto. A integração europeia exige que seja promovida a qualidade, incorporando uma forte componente cultural e tecnológica na procura de soluções adequadas ao País: ampliação dos quadros de arquitectos na Administração, em particular nos organismos regionais e nas autarquias; estímulo à realização de concursos de arquitectura; exercício da profissão por estrangeiros em Portugal condicionado ao seu controlo deontológico pela AAP; representação da AAP no Conselho Económico e Social da CEE, bem comó em comissões previstas sobre livre circulação, formação profissional, etc.; inventariação sistemática do património arquitectónico português; participação da AAP na homologação dos cursos de arquitectura particulares; novas faculdades de arquitectura na região Centro e no Algarve.

2. Viabilização económica e social da profissão — São necessários instrumentos para o correcto aproveitamento do arquitecto na sociedade. Destacam-se aqueles que permitirão a moralização e exemplaridade da acção do Estado na sua relação com os arquitectos. Assegurar a viabilidade da prática profissional da arquitectura e criar condições claras para a responsabilização profissional é não só do interesse dos arquitectos mas também da sociedade; revisão do Decreto 73/73; regulamentação legal dos concursos de arquitectura e da contratação de serviços de arquitectura; estágios generalizados para os recém-formados; revisão do código do IVA, dando isenção aos trabalhos de arquitectura.

«TAMBÉM para os arquitectos portugueses o tempo da pré-«adesão à Comunidade Económica Europeia vai ser bastante decisivo», disse a «A Capital» a arquitecta Helena Romero, a propósito das importantes resoluções aprovadas no IV Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, realizados no Porto, nomeadamente a sua reconversão em «associação pública», estatuto que lhe confere poder de negociar o que for necessário à classe com os órgãos de soberania, entre os quais a Assembleia da República e o Governo.

O Presidente da República, Mário Soares, esteve no Porto e falou aos arquitectos presentes no Congresso, tendo afirmado a sua «solidariedade activa para com os arquitectos portugueses que querem lutar pela dignidade da sua profissão e que querem lutar contra a degradação do nosso património», conforme referiu.

A transformação de associação privada em associação pública com a qual Mário Soares se congratulou, mereceu-lhe igualmente palavras de apoio e incentivo.

Directiva da CEE na mira dos arquitectos

Segundo a arquitecta Helena Romero, dentro de um ano, na máximo, muita da legislação portuguesa referente a projectos e controlo de obras terá de ser revista à luz das directivas da CEE para os arquitectos. E sublinha:

«Com pouca ou nenhuma tradição de "agressividade" em termos de mercado de construção, as equipas de projectistas portugueses têm ainda o poder de iniciativa que se verifica em países da CEE como a Itália e a Alemanha Federal.»

Face à «capacidade de iniciativa» já conhecida destes países, os arquitectos portugueses não temem evidentemente a concorrência mas encontram-se na contingência de não poder competir com os seus colegas estrangeiros, por falta de legislação adequada às directivas comunitárias.

Nestas circunstâncias se, no prazo máximo de um ano, a Associação de Arquitectos Portugueses, já com estatuto de associação pública não for ouvida nem atendida nas negociações que pretende realizar com o poder em geral e alguns órgãos de soberania em particular, não só para a homologação desse estatuto mas para a revisão de toda a legislação que se encontra ultrapassada, o mercado português da construção será «invadido» e os arquitectos serão «colonizados», ficando à mercê daquilo que os estrangeiros aqui quiserem fazer e... construir, ao abrigo do direito comunitário de livre estabelecimento e circulação de pessoas e bens...

Passo seguinte é do Governo

Comentando para «A Capital» os «bons» resultados do IV Congresso da Associação de Arquitectos Portugueses, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira, presidente do conselho directivo nacional, adianta:

«Demos o passo que nos competia — ficar com o estatuto de associação de direito público. Agora, são os órgãos de soberania, Governo e Assembleia da República, principalmente, que terão de dar o passo seguinte, que é a homologação do referido estatuto de associação de direito público.»

Como explica Teotónio Pereira, esta nova «figura jurídica» foi criada com a revisão constitucional de 1982 e ainda muito poucos portugueses a conhecem.

«Na prática — sublinha — equivale às Ordens como a dos Médicos e dos Engenheiros, podendo a associação dita "pública" ou de "direito público" ser o interlocutor obrigatório do Estado em tudo o que diga respeito ao campo e intervenção da respectiva classe profissional, no caso presente os arquitectos.»

ACERTO DE LEGISLAÇÃO E DIREITOS

RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS É CHAVE DE ÊXITO NA EUROPA

VISANDO «o reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos no domínio da arquitectura e contendo medidas destinadas a facilitar o exercício efectivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços», a directiva 384 da CEE, de 10 de Junho de 1985, está agora na dos arquitectos portugueses, que têm um ano para pôr a legislação portuguesa em dia, de forma a salvaguardar os seus legítimos direitos.

O artigo 3.º da referida directiva reza assim:

«As formações que conduzem à obtenção dos diplomas, certificados e outros títulos referidos no artigo 2.º são asseguradas por um ensino de nível universitário, do qual a arquitectura constitui o elemento principal. Este ensino deve manter um equilíbrio entre os aspectos teóricos e práticos da formação em arquitectura e assegurar a aquisição:

«1. Da aptidão para conceber obras arquitectónicas, que respondam tanto às exigências estéticas como às exigências técnicas;

«2. De um conhecimento apropriado da história e das teorias da arquitectura, assim como das artes, das tecnologias e das ciências humanas conexas;

«3. De um conhecimento das belas-artes, enquanto factor susceptível de influenciar a qualidade da concepção arquitectónica;

«4. De um conhecimento apropriado no que se refere ao urbanismo, a planificação e às técnicas aplicadas no processo de planificação;

«5. Da faculdade de apreender as relações entre os homens e as criações arquitectónicas, por um lado, as criações arquitectónicas e a sua envolvente, por outro, assim como a faculdade de apreender a necessidade de conjugar entre si as criações arquitectónicas e os espaços em função das necessidades e da escala humana;

«6. Da faculdade de conceber a profissão de arquitecto e o seu papel na sociedade, nomeadamente ao elaborar projectos tendo em conta factores sociais;

«7. De um conhecimento dos métodos de pesquisa e de preparação do projecto de construção;

«8. Do conhecimento dos problemas de concepção de estruturas, de construção e das técnicas de engenharia relacionadas com a concepção de edifícios;

«9. De um conhecimento apropriado dos problemas físicos e das tecnologias, assim como do funcionamento das construções, de modo a dotá-las de todos os elementos de conforto interior e de protecção climática;

«10. De uma capacidade técnica que permita a concepção de construções que satisfaçam as exigências dos utentes, respeitando os limites impostos pelos imperativos orçamentais e os regulamentos em matéria de construção;

«11. De um conhecimento apropriado das indústrias, organizações, regulamentos e normas intervenientes durante a concretização dos projectos em construção e da integração dos planos na planificação.»

QUE FUTURO PARA A ARQUITECTURA?

NA qualidade de presidente do conselho directivo nacional da AAP, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira divulgou uma mensagem ao IV Congresso, de que transcrevemos algumas passagens mais importantes:

«Foi aquele clamor, corporizado nas teses que prevaleceram no congresso, que os órgãos sociais assumiram como mandato. E é desse mandato que agora irão prestar contas ao IV Congresso. Mas, nestes quase dois anos que passaram, os arquitectos, e por tabela, a associação, têm sido sacudidos por acontecimentos e situações que vieram tornar mais aguda a crise vivida pela profissão. Vale a pena enumerar alguns mais uma vez?

«A recessão agravada e o aumento impetuoso do número de novos profissionais vêm tornar mais precária a situação do mercado de trabalho; a administração central bloqueia a admissão de funcionários, num quadro de arquitectos cada vez mais insuficiente face às necessidades, e fortemente desiquilibrado se comparado com outras profissões; promotores públicos e privados fomentam uma concorrência desregrada, deteriorando as condições de prestação de serviços, nomeadamente através de concurso e consultas ao arrepio da dignidade da profissão; o processo de revisão do 73/73 atola-se nas águas pantanosas do aparelho administrativo, que deixa, entretanto, o campo aberto a práticas abusivas, como o aparecimento de uma profissão ficticia — os autodenominados técnicos de arquitectura e engenharia; a adesão à CEE, com livre circulação e estabelecimento, faz adensar nuvens e interrogações. Dúvidas e interrogações suficientes para justificar o título do seminário há pouco organizado pela Secção Regional do Sul da AAP: *que futuro para a arquitectura?*

«No entanto, não são os únicos os sintomas e sinais que geram a inquietação e a dúvida. Como ficou bem patente no próprio seminário na 1.ª Exposição Nacional de Arquitectura, também os há de sinal contrário. Quem não os leu, das centenas que participaram destes acontecimentos?

«Um crescente interesse de largos sectores da opinião pelos problemas da arquitectura e urbanismo, que se repercute numa maior atenção dos meios de comunicação; uma pressão também crescente junto dos órgãos do poder, o que não permitirá por muito mais tempo a marginalização de que o nosso sector profissional tem sido vítima; a abertura do poder local à necessidade de contar com a colaboração de arquitectos, pedida pela resposta que lhe compete dar à satisfação das carências das populações; o papel que forçosamente caberá à nossa profissão no processo de regionalização — bandeira de todas as campanhas eleitorais, mas que cada vez menos poderá ser adiado; mas, sobretudo, o acentuar de uma consciência colectiva, no sentido de acreditarmos que está muito nas nossas mãos fazer inverter uma situação que nos tem sido desfavorável; e que a AAP tem capacidade para constituir o pólo aglutinador dos interesses e aspirações da classe.

«É neste contexto contraditório que se insere toda a actividade da AAP.»

Os novos estatutos como questão central

«Quase toda a vasta problemática a que se aludiu estará presente no IV Congresso. Mas o

A CAPITAL · SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1986 13

Exigindo legislação adequada

ARQUITECTOS PORTUGUESES TÊM UM ANO PARA DESAFIO EUROPEU

O trabalho dos últimos anos que a associação tem desenvolvido para remover obstáculos e aclarar situações, parece não ter sido totalmente em vão.

À guisa de balanço, Teotónio Pereira lembra:

«Este IV Congresso da Associação dos Arquitectos representa um momento culminante de um processo encetado há alguns anos atrás no sentido de ver reconhecido pela sociedade a importância da profissão de arquitecto e a necessidade de o arquitecto ser um agente activo em tudo o que diga respeito à construção ou à transformação do espaço edificado.»

Considerando o congresso «um passo importante no caminho dos arquitectos portugueses», Nuno Teotónio Pereira sublinhou que a Associação se vê agora dotada de um novo estatuto, aprovado no congresso, estatuto esse que dá possibilidade de ser considerado pelo poder, pelos órgãos de soberania, como único interlocutor social.

A designação de associação ou ordem foi discutida no congresso, tendo prevalecido, com maioria dos votos, a proposta do conselho directivo nacional que ia no sentido de a Associação manter esta designação, «numa atitude — refere ainda o mesmo arquitecto — de respeito por uma antiga tradição associativa, uma vez que a designação de "ordem" não acrescentava nada de substantivo e seria, portanto, apenas um adorno que os arquitectos julgaram absolutamente desnecessário.»

Mais de 304 dos 600 congressistas votaram para manter a actual designação.

«A proliferação de concursos organizados à revelia da Associação dos Arquitectos Portugueses» é um dos pontos negativos para a profissão que o presidente do seu conselho directivo nacional, Nuno Teotónio Pereira, mais vezes tem sublinhado em intervenções públicas

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA AVANÇA NOVAS PERSPECTIVAS

nó que ata todos os temas a debater vai ser a questão do Estatuto da AAP, apontado para a transformação desta em associação de direito público. E aqui importa, neste momento não deixar instalar nem a ilusão nem a resignação. E isto porque o estatuto de associação pública não se adquire automaticamente: resultará de uma negociação com os poderes públicos e terá a sua consagração sob a forma de decreto-lei, no caso de promulgado pelo Governo, como será normal. Pela nossa parte, não se vislumbram razões para que nos seja negado um estatuto que já foi aplicado a outras organizações profissionais e tudo fará a AAP para que tal objectivo seja conquistado. Mas convirá ter presente que muitas vezes há problemas que dependem da administração e se arrastam anos, quando a respectiva solução parece óbvia e até consensual. Tratando-se pois de uma questão que não depende de nós, há que olhar com confiança para a sua resolução; mas não nos é permitido ceder à ilusão de que tudo será certamente fácil e rápido. Mas, se isto é assim para a formalização do estatuto de associação pública, já o mesmo não se passa quando se considera o foro interno da AAP: muito é possível melhorar, aperfeiçoar, fortalecer, para dotar a associação de uma estrutura mais capaz de responder às necessidades actuais. E aqui coloca-se a questão crucial: vamos deixar arrastar uma estrutura organizativa tão débil com a actual, até à formalização do estatuto de associação pública, que depende de instâncias que nos são exteriores? Ou vamos, ao contrário, à luz da nossa experiência, adequar quanto possível a estrutura a AAP às necessidades actuais e aos desafios que nos são colocados?

«A resposta a esta questão terá de dá-la o congresso. E deverá dá-la na perspectiva de que, para enfrentar os problemas, muito podemos fazer no âmbito daquilo em que somos nós a decidir. É aqui que deve exigir-se uma atitude frontal contra a resignação.»

Uma associação nacional, enraizada no território

«O facto de este congresso se realizar na cidade do Porto vem ao encontro da necessidade de a AAP se afirmar mais como de âmbito nacional do que tem sido até aqui. Os estatutos actuais, de facto, têm favorecido um funcionamento de carta federativa, que, na prática, dificulta uma eficaz e pronta afirmação da AAP como um todo.

«Dir-se-la que este carácter nacional adquiriria maior significado se o congresso fosse em Lisboa. Puro engano: este carácter nacional implica, não uma centralização na capital mas uma presença enraizada em todo o território — uma acção descentralizada, mas unificada numa perspectiva global.

«É assim que a organização da AAP em núcleos locais ou regionais, como se tem vindo a fazer, adquire todo o seu significado; e é por isso que o congresso fora de Lisboa, na Secção Regional do Norte (em obediência, aliás, à rotatividade consagrada nos estatutos) é importante, para vincar tal carácter nacional.

«A importância, neste momento claramente reafirmada, do Norte no conjunto do País e a cidade do Porto como centro cultural e referência de uma arquitectura constantemente exigente, fornecem um quadro favorável a um congresso que vai constituir um passo decisivo para os arquitectos. E as manifestações complementares, como a exposição da obra de Marques da Silva, organizada no âmbito da SRN, e a 1.ª Exposição Nacional de Arquitectura, da responsabilidade da SRS, demonstrarão que a AAP não pode cirjir as suas preocupações e questões associativas e laborais. Estas questões, cruciais no momento presente, dominam, é certo, o temário do congresso; mas só podem ser correctamente entendidas na perspectiva de uma intervenção cultural que, sem as ter resolvidas, não poderemos defender e promover.»

CONCLUSÕES DO CONGRESSO

DANDO corpo às conclusões do Congresso do Porto, a Associação de Arquitectos Portugueses compromete-se a promover acções no sentido de:

— Ampliação dos quadros de arquitectos da Administração, em particular nos organismos regionais e nas autarquias;
— Estímulo à realização de concursos de Arquitectura;
— Exercício da profissão por estrangeiros em Portugal condicionado ao seu controlo deontológico pela AAP;
— Representação da AAP no Conselho Económico e Social da CEE, bem como comissões previstas sobre livre circulação, formação profissional, etc;
— Inventariação sistemática do Património Arquitectónico Português;
— Participação da AAP na homologação dos cursos de Arquitectura particulares;
— Novas faculdades de Arquitectura, na Região Centro e no Algarve;
— Revisão do Decreto n.º 73/73;
— Regulamentação legal dos concursos de Arquitectura e da contratação de serviços de Arquitectura;
— Estágios generalizados para os recém-licenciados;
— Revisão do Código do IVA, dando isenção aos trabalhos de Arquitectura;
— Moratória na Previdência dos Independentes;
— Simplificação regulamentar da legislação, conferindo maior responsabilidade ao arquitecto.

PRIMEIRO DE JANEIRO Porto
DIÁRIO de COIMBRA Coimbra
ALGAZUR
- 2 APR 1986
Rois, 19-2.ª E.
A Codex

Falta de arquitectos nas câmaras foi objecto de crítica do PR

O Chefe de Estado presidiu à sessão inaugural do IV Congresso dos Arquitectos Portugueses, realizada no Pátio da Nações do Palácio da Bolsa.

Mário Soares associou as novas condições para um surto de desenvolvimento à recente adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, da qual decorrem — disse — «sacrifícios e exigências a que todos nós temos de saber responder, designadamente os arquitectos».

Mário Soares declarou que a sua presença neste acto «não era apenas de circunstância» e afirmou o seu convencimento de que «este congresso não era de rotina».

«A minha presença — acrescentou — representa a minha solidariedade activa pela dignidade da profissão de arquitecto e contra a degradação do nosso património arquitectónico».

Sublinhou que a sua participação na sessão inaugural «também significa que vê com o maior interesse que a Associação dos Arquitectos Portugueses se transformava, de uma associação privada, numa associação pública para defender os interesses da arquitectura.

Soares referiu-se aos «desajustamentos do ordenamento do território», que atribuiu, «em muitos casos, à circunstância de os arquitectos não serem chamados a intervir».

A este propósito, observou que «as próprias câmaras municipais não têm sabido articular-se com os arquitectos» e que «dos quadros de muitas câmaras não fazem parte profissionais desta classe».

«Espero que este congresso seja fecundo — disse o Presidente da República — e que das conclusões que dele se retirarem possa vir a dar-se um assalto qualificativo na vossa profissão».

Mário Soares prometeu ao auditório, de cerca de 300 arquitectos, «seguir os trabalhos do congresso com a maior atenção».

«Estou convosco na vossa luta para a dignificação da vossa profissão» — concluiu.

O Presidente da República visitou a seguir a primeira Exposição Nacional de Arquitectura e, mais tarde, visitou as instalações da Associação Industrial Portuense, após o que presidiu a um almoço oferecido por esta instituição e pela Associação Comercial do Porto.

A arquitectura do arquitecto

Entretanto, o presidente da Associação Regional do Norte dos Arquitectos, Rosado Correia, antigo ministro do Equipamento Social, disse que «o papel do arquitecto na sociedade é fundamental, mas tem sido menosprezado».

«95 por cento do que se constrói em Portugal é alheio à intervenção dos arquitectos» — disse o antigo ministro.

Notou que à Assembleia da República, ao ratificar o código do direito de autor, fez substituir a palavra arquitecto que constava da versão apresentada pelo nono Governo constitucional, por «autor do projecto».

A este propósito, acrescentou que «esta circunstância obriga-nos a, sempre que nos queiramos referir à nossa própria actividade, ter que lhe chamar «a arquitectura do arquitecto».

Rosado Correia manifestou-se solidário com as preocupações recentemente expostas pela Associação Nacional dos Municípios acerca das verbas consignadas no Orçamento de Estado para 1986 e destinadas à Administração Regional e Local, «as quais, embora reforçadas pela Assembleia da República, não correspondem às necessidades reais».

Maior aproveitamento dos profissionais

O objectivo central da Associação de Arquitectos Portugueses (AAP) ao organizar este congresso — refere-se numa informação divulgada — «é a promoção de um maior reconhecimento pela sociedade e pelo Estado da área própria da arquitectura, do seu interesse para a comunidade e de um maior aproveitamento do saber do arquitecto».

De acordo com a mesma informação, «as transformações profundas que o País atravessa evidenciam-se no enquadramento físico da população, que acusa feridas e necessidade de renovações profundas».

Para a Associação, «a indefinição de políticas consequentes no campo da habitação, do ordenamento do território e da renovação urbana tem sido um facto negativo, contribuindo para o desregramento do sector e para a desresponsabilização dos intervenientes no processo de edificação».

Esta Associação sublinha que a profissão de arquitecto se alterou na última década — «triplicou em número total e quintuplicou na província» — inserindo-se hoje melhor no tecido e no espaço geográfico do País «e confrontando-se com instituições novas que reclamam o seu contributo».

No documento divulgado refere-se «a fraca parcela que tem cabido aos arquitectos na elaboração de projectos sujeitos a licenciamento (5 por cento) e o facto de 40 por cento das câmaras não disporem de arquitectos nos seus quadros».

«O primeiro emprego para os arquitectos não é estimulado e a profissão liberal vê-se a braços com forte fiscalidade, sem paralelo noutras actividades de âmbito artístico ou de interesse público» — salienta a AAP.

No entender desta instituição, «é imprescindível a reformulação das condições que enquadram e limitam o exercício da profissão e o seu enraizamento no país».

A «Inserção da prática profissional do arquitecto na sociedade portuguesa» é o tema principal deste congresso que decorre nas instalações do Palácio da Bolsa e se prolonga até sábado.

A presença de Mário Soares no Congresso da Arquitectura pretendeu ser um gesto de solidariedade para com aqueles profissionais.

ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.
DIARIO POPULAR Lisboa
REVISTA da MARINHA
- 4 APR 1986

REUNIDOS EM CONGRESSO

ARQUITECTOS PORTUGUESES DEBATEM ESTATUTO E CÓDIGO DEONTOLÓGICO

Carvalho Couto (texto) e Fernando Oliveira (fotos)

A necessidade de restringir a arquitectura aos rofissionais para o efeito licenciados e aprovação de m estatuto do arquitecto que permita à respectiva ssociação fazer respeitar um código deontológico e ercer jurisdição sobre os filiados foram aspectos tem tratados na sessão de abertura do IV Congresso Associação dos Arquitectos Portugueses, a decorrer Porto.

Se a primeira destas questões se revelou consensual tre os presentes, já a filiação obrigatória dos uitectos na Associação suscitou polémica que mou o primeiro dia de trabalho do congresso, sessão ue presidiu Mário Soares. A presença do Presidente República serviu, aliás, para que um dos dirigentes organização profissional enumerasse alguns dos ícios que lhe permitem afirmar ser notória a aceitação, scente por parte do Poder Central, das autarquias e opinião pública, em relação à Associação dos uitectos Portugueses.

«SÓ aos arquitectos caberá o exercício da rquitectura, assim prevê a proosta de estatutos elaborada pelo Conselho Directivo Nacional da Associação de Arquitectos Portugueses» — declarou ontem o arq. Silva Dias no período em que se discutiu a transformação daquela estrutura em Associação Pública.

«Será, provavelmente, um ponto de discussão com o Governo», admitiu aquele arquitecto aludindo ao facto de a legislação permitir que outros profissionais exerçam a arquitectura.

*De facto, os projectos de edios são, por vezes, entregues técnicos altamente impreparas para o fazer. Por isso mes, os arquitectos assumem a atitude corajosa, quando referida proposta de estatuafirmam: «Só os arquitectos tem, em todo o território nal, praticar actos próprios profissão», designadamente, intervenção em zonas classidas e imóveis classificados; cepção de edifícios e outros aços edificados; concepção planos de urbanização, indo toda a acção de loteamento; concepção de planos de novação e recuperação urbana; e concepção de projectos de beneficiação e reabilitação de imóveis».

Aberta a sessão, começaria por ser dada a palavra a arquitectos de outras nacionalidades, a saber: Joaquim Cores (do Colégio dos Arquitectos Espanhóis), Rossi (do Conselho Superior dos Arquitectos de Itália) e Georges Vranck (*presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Arquitectos Belgas*). *Outros dois italianos assistem aos trabalhos. São eles Struzzi e Palazzo.*

Aprovado que foi por unanimidade o regulamento do congresso, entrar-se-ia na discussão do já aludido estatuto, tendo o arq. Pedro Brandão afirmado que «a proposta do Conselho Directivo Nacional constitui o máximo divisor comum relativamente aos interesses da classe». De resto, tal documento surge numa altura em que começa a ser notória a maior aceitação da Associação junto do Governo e das autarquias. A comprová-lo, há factos de relevo, como a suspensão do concurso para a Universidade do Algarve, o termo dos autodenominados agentes técnicos de arquitectura e a presença de Mário Soares na cerimónia inaugural deste congresso. O carácter itinerante que vai ser dado à Exposição Nacional de Arquitectura, inaugurada em Lisboa contribuirá para a divulgação da estrutura profissional.

Ganhar força jurídica

Ainda de acordo com Pedro Brandão, a transformação da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) em Associação Pública, dar-lhe-á mais força jurídica, para além de uma democracia mais representativa e de um maior número de competências, até agora nas mãos do Poder Central, como, por exemplo, o de «efectuar o registo de todos os arquitectos e credenciá-los para o exercício da profissão e regulamentar a actividade profissional». Permitirá, também: «defender os interesses, direitos e prerrogativas dos associados», e «fazer respeitar o Código Deontológico e exercer jurisdição disciplinar sobre todos os arquitectos nacionais e estrangeiros que exerçam profissão em território nacional». Esclarecendo algumas dúvidas, quanto à possibilidade de uma Associação Pública ficar sob a tutela governamental, *Pedro Brandão remeteria os presentes para a proposta dos estatutos, onde se estabelece que «a APP é independente dos órgãos do Estado, sendo livre e autónoma nas suas regras».*

A obrigatoriedade do registo não deixa de constituir matéria polémica. Na verdade, há quem não esteja de acordo com tal critério, baseando-se na liberdade associativa que a lei constitucional defende. Contudo, Pedro Brandão defende a referida obrigatoriedade, embora entenda que cada direcção regional possa equacioná-la sob formas diferentes. É que, segundo ele, todos os arquitectos devem estar ao mesmo nível, quer em direitos quer em deveres. Sobre o mesmo assunto, aliás, o arq. Manuel Queirós diria que «não há que ter medo da inscrição obrigatória», pois que, além de outros motivos, deve-se evitar que haja colegas «não abrangidos pelas sanções disciplinares previstas a nível associativo».

O Presidente da República, na sessão de abertura do Congresso, disse-se solidário com os arquitectos

Polémica em torno da filiação obrigatória

Já da mesma opinião não se mostram os arquitectos Celestino de Castro e Helena Martins, autores de uma adenda à proposta de estatutos. Assim, para que se concretize a atribuição de poderes públicos à AAP, entendem que a proposta de lei a apresentar pelo Governo à Assembleia da República deve respeitar a «liberdade negativa de associação aos arquitectos para o exercício da profissão», bem como o «princípio da necessária separação» daquilo que é da competência da associação, e o «princípio da criação e manutenção de um registo nacional dos arquitectos que exerçam a profissão em Portugal, de inscrição obrigatória, e bem assim o registo dos respectivos currículos profissionais».

A solidariedade activa do Presidente da República

Na sessão inaugural do Congresso, a mesa de honra era presidida pelo Presidente da República, Mário Soares, pelo governador civil do Porto, eng.º Carlos Brito, o presidente da Câmara Municipal, Fernando Cabral, o primeiro-secretário da Associação Comercial do Porto, Raul de Oliveira, o presidente da mesa do Congresso, arquitecto Manuel Tainha, o presidente honorário da AAP, arquitecto Inácio Peres Fernandes, o presidente do Conselho Directivo Nacional da AAP, arquitecto Nuno Teotónio Pereira, o vice-presidente da mesa do Congresso e presidente da Assembleia Geral da Secção Regional do Norte, arquitecto Rosado Correia, e o vice-presidente da mesa do Congresso, arquitecto Manuel Moreira.

Depois das alocuções dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Manuel Tainha, usou da palavra Mário Soares, *principiando por afirmar que a sua presença mais não representava do que a «solidariedade activa para com a própria dignidade dos arquitectos portugueses, face à degradação que o nosso território atravessa, quer quanto à fisionomia do que se vai construindo, quer quanto ao ordenamento desse mesmo território»*, declarando ver com o maior interesse a transformação da associação privada em pública, visto assim a classe melhor poder defender os seus interesses. O Presidente da República referiu-se à nova fase da vida *nacional, e ao surto de desenvolvimento económico devido à entrada na CEE, realidade que trará desafios e exigências a* que todos teremos de responder.

«As próprias câmaras não têm sabido articular-se com o esforço que compete aos arquitectos. Inclusive, há muitas câmaras que não têm arquitecto ao seu serviço, o que não é aceitável nem tolerável. Que sessões de trabalho sejam fecundas e as conclusões enco jantes para a dignificação actividade, são os meus voto disse, a concluir, Mário Soa

No Palácio da Bolsa, discute-se, desde ontem, alguns dos principais problemas da arquitectura

"RECORTE"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA.

JORNAL DE NOTÍCIAS Porto — 8 MAI 1986
VIDA SOVIÉTICA Lisboa

Os caminhos da esperança

MARQUES DA SILVA — PATRIMÓNIO DA CIDADE

Por GOMES FERNANDES

EM simultâneo com o 4.º Congresso dos Arquitectos Portugueses realizado no Porto, estiveram patentes ao público importantes exposições de arquitectura que suscitaram a curiosidade e sobretudo o interesse de um número bastante elevado de cidadãos. Sinal de que a arquitectura e o património construído sensibilizaram a opinião pública e o poderiam fazer mais se a assiduidade dos eventos fosse maior e o debate à sua volta mais alargado.

Fico-me hoje pela do «Senhor Marques da Silva», como assim refere a arq.ª Beatriz Madureira no excelente texto que produziu para o catálogo da exposição deste arquitecto do Norte que conquistou «a pulso um prestígio invulgar num meio provinciano».

Arquitecto do Norte e sobretudo da cidade do Porto, onde tem em volume e qualidade o melhor da sua vasta obra, bem justa embora um pouco tardia foi a homenagem que constituiu a exposição de parte dos seus trabalhos, realizada na Casa do Infante e por iniciativa da Secção Regional do Norte da AAP. A Câmara do Porto deu-lhe também a sua colaboração e há a promessa familiar de que a casa atelier do arquitecto venha a transformar-se em museu da sua obra.

Ficam de pé, no entanto, algumas dúvidas e interrogações e daí colocá-las, uma vez mais em parte, pela primeira vez noutra.

A primeira tem a ver com o pós-exposição, ou seja, com o destino pedagógico e cultural do material exposto e também do muito que, por falta de espaço e de tempo, não foi possível ou aconselhável expor. Exposição quitecto do Porto de 1900 regressam ao silêncio, ao contacto com o pó e à penumbra da sua casa-atelier, ou prolongam a mensagem e a procura permanente que foi a sua vida, até às novas gerações de arquitectos ou simplesmente de cidadãos interessados pela sua cidade?

Isto tem a ver naturalmente e em primeiro lugar com a criação da casa-museu Marques da Silva, nos ambientes onde o seu trabalho de procura e inovação se processou, e que bem poderia ser a raiz de uma autêntica inventariação da arquitectura moderna portuense.

Tanto quanto sabemos é vontade de sua filha Maria José e de seu genro, arquitectos também, este vínculo patrimonial a tal finalidade, no que demonstram um grande sentido de solidariedade com o Porto, cidade onde nasceu e deixou obra, ensinou e dignificou a vida, o Mestre de muitos discípulos prestigiados, alguns ainda vivos.

Tem a ver também com um compromisso que a Câmara poderia sem dificuldade assumir mas que ainda não fez: a criação de um **prémio municipal de arquitectura**, ligado ao nome e à memória deste arquitecto, sugestão já aqui avançada há anos e que seria um gesto de solidariedade do município com Marques da Silva e de comprometimento cultural com os arquitectos e com o património construído na cidade. É ideia que por suficientemente exposta já não desenvolvemos mais, na esperança de que da próxima vez que tal matéria aborde seja para elogiar o gesto conforme da Edilidade portuense.

Uma outra questão e esta Instituto do Património (IPPC) o processo conducente a tal classificação, que em regra se faz peça a peça, ou seja, neste caso, obra a obra. É um processo complexo e moroso que muitas vezes permite «salvar algumas árvores mas deixa destruir a floresta» e grave seria neste caso se assim acontecesse.

Marques da Silva encontrou no dr. António Cardoso um estudioso profundo e preocupado pela sua obra e através dela da arquitectura portuense de 1900 e da primeira parte do nosso século.

É um trabalho louvável a todos os títulos, mas cientificamente longo e difícil. No que a Marques da Silva toca, o conhecimento inventariado e sistematizado permitiria que, desde já e sem prejuízo de posteriores aprofundamentos e inventários processuais, fosse **globalmente classificada** a obra do arquitecto, tanto mais que está suficientemente conhecida e no Porto localizada.

Fica a sugestão, com algum pragmatismo mas também um sensato sentido de responsabilidade, de que a Câmara do Porto formule ao IPPC uma proposta sumariamente fundamentada, com vista à **classificação global da obra de Marques da Silva** sediada na cidade, como atitude inteligente de defesa da mesma e salvaguarda de «tentações», sempre possíveis e a que nem sempre os Serviços da Câmara têm sabido obstar. Ao IPPC fica a sugestão de que saiba observar a floresta sem olhar só para a árvore e com esse pragmático discernimento dê um efectivo contributo para o património urbano do Porto do nosso século.

É muito?

Talvez pouco para o que Mar-

"RECORTE"
ORGANIZAÇÃO PORTUGUESA DE RECORTES DA IMPRENSA, LDA. 28 MAR. 1986

CORREIO DA MANHÃ	Lisboa	28 MAR. 1986
DIABO (O)	Porto	
JORNAL DE SESIMBRA	Sesimbra	

Rua, 19-2.º E.
Codex

FUNDAÇÃO PARA APOI À ARQUITECTURA VAI NASCER NO PORTO

008

PORTO (Da nossa delegação) – A herdeira do mestre arquitecto Marques da Silva, nascido no Porto em 18 de Outubro de 1869 e falecido na mesma cidade em 6 de Junho de 1947, após uma vida de intensa criação, ao ponto de a segunda metrópole do País lhe dever a maior parte dos seus edifícios monumentais, como a Estação Central de S. Bento, vários dos prédios que ainda hoje dão carácter à Avenida dos Aliados, como o palácio de «A Nacional», e os liceus de Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas, vai criar uma fundação com o seu nome, destinada a apoiar as Belas-Artes e a Arquitectura.

A única filha viva do mestre, Maria José Marques da Silva, também ela arquitecta, e actual presidente da associação nacional do sector, informou o «CM» que os estatutos da fundação, a cargo do advogado portuense Augusto Lopes Cardoso, estão praticamente concluídos, e que este causídico presidirá à futura instituição, que terá sede na monumental residência de Marques da Silva, por ele construída, na Praça Marquês do Pombal n.º 44.

A obra do grande arquitecto, diplomado pelo Governo francês em 10 de Dezembro de 1896, é objecto de uma notável exposição aberta ao público na Casa do Infante, e tema central do 4.º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, a iniciar no dia 3 de Abril, no Palácio da Bolsa, no Porto.